UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TATIANE DA SILVA SALES

BRECHAS PARA A EMANCIPAÇÃO: usos da instrução e educação feminina em São Luís na Primeira República.

Salvador - BA
Março de 2010

TATIANE DA SILVA SALES

BRECHAS PARA A EMANCIPAÇÃO: usos instrução e educação feminina em São Luís na Primeira República.

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Bahia, sob orientação da Profª Drª Edilece Souza Couto.

Salvador - BA
Março de 2010

TATIANE DA SILVA SALES

BRECHAS PARA A EMANCIPAÇÃO: usos instrução e educação feminina em São Luís na Primeira República.

BANCA EXAMINADORA

_____
Profª Drª Edilece Souza Couto
(Orientadora – História/UFBA)

_____
Profª Drª Iole Macedo Vanin.
(Ciência Política/UFBA)

_____
Profª Drª Lina Maria Brandão de Aras
(História/UFBA)

Aprovada em: _____/_____/_____

A todos que acreditam na magia que
é viver e reinventar a vida;
A minha família que me faz enxergar
a vida pelo lado belo; e,
Ao Reinaldo por me mostrar quanto a vida também
é positiva.

Agora que a Odete no deu uma folga, ouve bem o que vou te dizer, com a minha experiência de mulher e de mãe: todos os homens são uns brutos. [...] Depois a gente se acostuma e até gosta. (Josué Montello – Pedra Viva)

AGRADECIMENTOS

Faço um agradecimento geral, a todas e todos que têm relação com minha vida pessoal e profissional. Muita gente não sabe o quanto foi importante em algum momento dessa minha jornada, a vocês o meu **MUITO OBRIGADA!**

Para ser mais específica, tentarei lembrar dos principais nomes que fizeram parte desta fase na minha vida e que merecem muitos agradecimentos:

Minha mãe **Zenita**, que meigamente completa minha vida. Mãe, você é minha grande inspiração, amo-te e obrigada por me financiar...

Meu querido companheiro **Reinaldo**, doce, carinhoso, paciente e totalmente disponível para ouvir e ajudar. Obrigada meu querido por ter me apoiado, abrindo mão de tanta coisa para contribuir comigo nesta jornada, por dividir comigo o prazer de viver.

Minha família, parte essencial e substancial em minha vida, um agradecimento especial ao meu pai **Osvaldo** e minha vozinha **Iraneide** (Nhá), que tanto se preocupa comigo e me ajuda a ser mais humana. Ao meu vozinho **Francisco** (Chico), tio **Assis** e minha querida vovozinha **Nelsina**, por estarem sempre ao meu lado, mesmo sem entender bem o que faço. (rs)

Aos meus **tios Neide, Júnior e Mauro**, por serem mais que tios, serem meus amigos, por compartilharem e me permitirem ter neles ponto de apoio, nos momentos de felicidade e angústia.

Aos meus irmãos, **Beto, Tássia e Indiara**, pela preocupação, em especial ao **Beto** por ser muito humano e sensível nas horas mais necessárias, amo-te querido!

Aos meus amigos **Bruno, Jade, Flávia, Diórgenes, Clenilton, Flávio, Taylany, Joseph, Max e Domingos,** não sei o que seria de mim sem a força de vocês, a graça, o carinho, amor e atenção, com certeza posso chamá-los também de família e dizer-lhes, obrigada, vocês são demais em minha vida.

Aos amigos conquistados em Salvador **Fernanda, Alaíse, Silvana, Humberto**, vocês fizeram de meus momentos nesta cidade algo muito especial, obrigada por compartilharem comigo os bons e maus momentos da vida acadêmica, muito obrigada mesmo!

Agradeço também à **Gisele, Igor e Silvana Bispo** por me receberem de forma tão especial, por me deixarem invadir a casa, por este suporte tão importante, vocês foram fundamentais, em horas fundamentais, valeu mesmo! Às minhas amigas **Fabiana e**

Sabrina pela companhia em Salvador. Aos meus três mosqueteiros: **Alessandro, Klécio e Fabrício**, que mesmo à distância, sinto o amor e a preocupação de vocês a cada novo encontro.

Aos amigos maranhenses **Viviane, Cida, Wheriston, Eduardo, Glória, Roberta**, por compartilhar as dores e delícias deste trabalho. A confecção de algo dessa natureza exige apoio e vocês sempre estiveram comigo de alguma forma, agradeço em especial Viviane, por compartilharmos Salvador juntas, e à Glória, por ser tão presente, prestativa e preocupada comigo.

Às queridas professoras **Elisabeth Abrantes, Edilece Souza Couto, Lina Maria Brandão de Aras, Iole Macedo Vanin e Elisângela Amorim**, sei que tenho em vocês grande inspiração, são mulheres fortes, decididas e que muito me ajudaram a crescer intelectual e pessoalmente, muito obrigada por estarem à minha disposição.

A todos e todas sou grata pela influência tão positiva em minha vida. E obrigada meu **Deus**, pois sei que estás comigo!

Agradeço ainda à **FAPEMA** pelo apoio à pesquisa em seu financiamento.

RESUMO

A dissertação teve por objetivo analisar o processo educacional em São Luís do Maranhão, no período compreendido entre os anos de 1889 a 1930, com enfoque para a situação feminina, atentando especialmente para mulheres da classe média e alta da capital maranhense. Dentro do entendimento de uma educação pública fornecida em São Luís, a pesquisa primou pela observação de 'fragmentos' históricos que evidenciem como as mulheres apropriaram-se dessa formação escolar e conseguiram ocupar mais espaços no meio social, desenvolvendo atividades profissionais, e ultrapassando os usos da educação ainda limitada que lhes era fornecida e entendida como completa. Percebe-las enquanto alunas e profissionais imersas nas transformações que este período de transição, do século XIX para o XX, vivenciou foi um dos destaques dessa dissertação.

Palavras-chave: Instrução. Educação. Mulheres. São Luís. Sociedade.

ABSTRACT

The dissertation was to analyze the educational process in São Luís, in the period between the years 1889 to 1930, focusing on the situation of women, especially focusing on women of middle and upper classes of the capital of Maranhão. Within the understanding of public education provided in São Luís, research focus on the 'fragments' historical documents showing how women appropriated in this school and they have occupied more space in the social environment, developing professional activities, and overcoming the uses education still limited which they were given and understood as complete. The students and professionals was been immersed in the changes that this period of transition, of the nineteenth and twentieth centuries, has experienced one of the highlights of this dissertation.

Key-words: Training. Education. Woman. São Luís. Society.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1: O Namoro de Ontem.....**37**

ILUSTRAÇÃO 2: O Namoro de Hoje.....**37**

ILUSTRAÇÃO 3: FLIRT – lança perfume.....**41**

ILUSTRAÇÃO 4: Leite Condensado 'Moça'.....41

ILUSTRAÇÃO 5: A voz da experiência.....**49**

ILUSTRAÇÃO 6.....**49**

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Matrículas das Escolas Isoladas do Maranhão (1914-1919).....**74**

Gráfico 2 – Matrícula do Liceu Maranhense (1889 – 1929).....**86**

Gráfico 3 – Matrícula do Curso Profissional do Liceu Maranhense (1918).**87**

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Matrículas por sexo em São Luís (1889/1927).....**84**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **12**

CAPÍTULO I **27**

NEM MARIA, NEM EVA: AMÉLIA! gênero e o contexto social da Primeira República

1.1 A Mulher no Contexto Republicano **36**

CAPÍTULO II **57**

A EDUCAÇÃO PUBLICA MARANHENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

2.1 A Perspectiva Educacional no Maranhão **69**

2.2 Família e Participação na Instrução **78**

2.3 Etapas do Ensino **81**

CAPÍTULO III **101**

'O QUE SE DEVE FAZER ANTES É EDUCAR A MULHER BRASILEIRA'

3.1 Leituras Frívolas e Más: imprensa **105**

3.2 Educação Ideal: Em Oposição às "Bonecas de Salão" **114**

3.2.1 Alma do sertão: as mulheres julgadas pelos homens de bem **117**

3.2.2 Alma: um modelo de educação feminina. **124**

3.2.3 As raças humanas: a mulher **129**

3.3 Para manutenção da Família **134**

CONSIDERAÇÕES FINAIS **143**

LISTA DE FONTES **148**

REFERÊNCIAS **150**

INTRODUÇÃO

A fim estudar a relação existente entre as mulheres e o sistema educacional no Maranhão, por meio deste estudo analisei as táticas usadas para a ocupação de espaços, sejam eles públicos ou privados. Uma das formas de entender como o processo de educação, em relação às mulheres, se deu é conhecer como se processava a organização do sistema educacional em São Luís, identifica a presença feminina nessas esferas.

Analisar o sistema educacional na rede de ensino público de São Luís é uma das formas de notificar algumas sensíveis modificações na situação das mulheres ludovicenses, educação e sociedade, mas como não é possível perceber isso explicitamente no conjunto de uma sociedade que ainda carregava forte herança do século XIX.

Alguns conceitos são necessários para a compreensão da relação histórica da mulher com o tempo de estudo proposto. Na formulação de um trabalho que envolva aspectos relacionais acerca da condição social feminina e educação em meio à Primeira República, alguns conceitos são requisitados na proposta de desenvolvimento de uma história das mulheres aberta à perspectiva relacional de gênero, ao posicionamento educacional, noção de emancipação, relação entre espaço público e privado, cidadania feminina, dentre outros. Conceitos como emancipação feminina em meio a uma sociedade estudada, direitos à cidadania das mulheres, e a noção de estratégia e/ou tática trabalhada por Michel de Certeau são suportes que nortearão o trabalho. Discussão ainda dos conceitos de instrução, educação e influência a cultural e social, baseados em autores como Elisabeth Badinter, Passeron e Bourdieu.

As ações das mulheres em fins do século XIX e início do XX, em geral são analisadas pela historiografia como ligadas apenas ao lar e locais mais restritos, habitualmente o espaço religioso da igreja. Com a abolição da escravatura, proclamação da República, urbanização brasileira e por intermédio do otimismo pedagógico e entusiasmo educacional, a educação ganhou algum espaço nos círculos de debates das elites dirigentes do país, a começar por algumas reformas que foram pensadas pelo governo federal.

A reforma Benjamin Constant (1891) dirigida diretamente ao sistema de ensino no Rio de Janeiro, à época Distrito Federal e tentou implementar um currículo enciclopédico

com valorização das ciências, em substituição ao currículo humanístico. A reforma Rivadávia Correia (1911), por sua vez, implantou um ensino facultativo em que as instituições possuíam liberdade na escolha de suas temáticas, já a reforma Carlos Maximiliano (1915) surgiu para organizar o ensino na escola padrão para o Brasil, ocorrida no Rio de Janeiro no Colégio D. Pedro II. A reforma Rocha Vaz, em 1925, ordenou um acordo entre estados e União para organização da oferta do ensino primário.[1]

Na prática, as referidas reformas, isoladamente, não trouxeram significativas mudanças para a educação, mas significaram que na esfera governamental planejamentos estavam sendo estabelecidos. Assim, mesmo diante das modificações na legislação educacional, as permanências de um modelo herdados do Império eram latentes na sociedade republicana, fato também voltado para a cristalização e manutenção de critérios educacionais diferenciados a homens e mulheres.

Entender que a educação estava sendo mais visível neste momento histórico é pensar também em seus agentes, e então na questão feminina, dos negros, das classes desfavorecidas, dentre outros. No momento em que diferentes projetos educacionais eram destinados para grupos específicos, pode-se notar a influência exercida pela cultura dos grupos dominantes vigentes neste período, refletindo-se na educação conferida aos homens e às mulheres por base em suportes diversificados. Um dos exemplos são as disciplinas diferenciadas para meninos e meninas exemplificando a diferenciação das pedagogias oferecidas aos sexos.

Posicionamentos em relação às funções sociais de homens e mulheres justificavam os objetivos educacionais, uma política fruto do século XIX e, ainda, recorrente no século XX, que fundamentava uma educação para as mulheres com disciplinas ainda diferenciadas da destinada aos homens, com a principal visão de preparação para o lar.

A partir do entendimento dessas pedagogias diferenciadas para os dois sexos, é possível notar nas entrelinhas do "discurso oficial" como a utilização do sistema estabelecido se voltou para o desenvolvimento de alternativas diversificadas de *emancipação*. Esse processo pode ser considerado inicial, pequeno ou mesmo imaturo, mas algumas formas de socialização e contato com o espaço público devem ser valorizadas, seja através do magistério ou da publicação nos jornais, tornava-se relevante para

[1] GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez, 2006.

desenvolvimento da participação feminina na vida pública, atentando para o uso pelas mulheres da educação formal escolarizada.

Numa sociedade rígida em seus papéis, onde a relação entre os sexos estava aparentemente bem resolvidos e reforçados, é que as formas de burlar o caminho social estabelecido para as mulheres não eram aceitáveis e foram desenvolvidas algumas formas de estabelecer a "emancipação feminina".

Primeiramente é preciso entender que atualmente se entende por emancipação. Na verdade não levantamos nenhuma tese de que a mulher maranhense que viveu na Primeira República conseguiu emancipar-se no sentido de adquirir independência em relação aos demais setores sociais que frequentava, mas é possível notar, por meio da documentação estudada, que alguns posicionamentos femininos frente a uma sociedade dividida entre espaço público (para homens) e privado (para mulheres), em que era oferecido um ensino que reforçava esses ideais, as pequenas ações de algumas mulheres podem ser destacadas da lei.

É necessário definir o que tratamos como emancipação para o momento histórico da Primeira República, pois não se trata de defender que a mulher de classe média ou de classes mais baixas da sociedade maranhense conseguiram se posicionar enquanto promotoras de uma relação social atípica no Brasil para esse momento, mas que foi possível estabelecer pequenas e expressivas mudanças da condição social feminina por meio não apenas de um processo educacional mais apurado, direcionado e amplo, mas de um conjunto de mudanças sociais pelos quais São Luís passava naquele momento.

Assim, entendemos que a emancipação refere-se à forma que algumas mulheres usaram, por meio da instrução que lhes foi ofertada nas escolas, para se manifestar discreta e delicadamente, realizando ações diferenciadas daquelas esperadas pela sociedade. No Maranhão até o momento não é possível registrar grandes transformações a partir das lutas femininas e feministas, no período estudado, pois as fontes disponíveis apontam apenas indícios, sendo possível perceber que as mulheres passaram a freqüentar espaços antes considerados masculinos como, por exemplo, o espaço de saber e conhecimento representado pela Biblioteca.

Sobre emancipação entendemos que se refere de alguma forma a uma libertação, ou mesmo um processo de independência, sendo que o emancipado é alguém considerado plenamente capaz. Pelos termos admitidos atualmente pelos dicionários de língua

portuguesa não podemos então analisar este conceito de forma literal para o período estudado, mas sim como um processo de abertura para mudanças mais significativas e expressivas socialmente.

Diante do quadro de subordinação feminina, compreende-se que a educação foi utilizada como importante instrumento no processo de abertura dos espaços, seja na questão da sociabilidade, da qualificação profissional, da promoção de filantropia etc., fazendo uso de um suporte promovido pelo sistema. Assim, relativa emancipação que as mulheres conquistaram teve como arma o processo educacional no referido momento. É inegável que a educação estava mais em evidência no país e a questão feminina também se fazia presente em diversos dos debates.

Faz-se necessária uma abordagem da compreensão de dois conceitos tão caros a esse tema, que se relacionam com a *educação* e *instrução.* Para Elizabeth Badinter, a instrução é vista como a viabilização da formação intelectual, respaldada pelas instituições oficiais responsáveis, isto é, a promoção de uma educação formal tendo o governo como organizador, no caso do Maranhão a educação primária, responsabilidade maior do Estado, inclusive declarada na Constituição de 1824 como gratuita, estava em processo de organização, em especial, em vilas e cidades do interior do Estado, também pela dificuldade de encontrar professores disponíveis para essa tarefa. Esta concepção foi utilizada para analisar os discursos e documentos oficiais sobre a organização da instituição regular de ensino que funcionava na São Luís da Primeira República.

A educação é entendida, por sua vez, como a transmissão de valores morais repassados não apenas por instituições de ensino, mas, também, por todos aqueles que fazem parte da vivência diária da criança, sendo responsabilidade dos pais e, especialmente da mãe. Essa sociedade pautava-se em valores sociais arraigados fortemente na concepção de diferenciação entre homens e mulheres. A educação informal deveria priorizar o estabelecimento de *ser homem* e *ser mulher*, no início do século XX, e lançava novas exigências aos seus contemporâneos.

Educação e instrução têm importância neste trabalho, uma vez que foi analisada tanto a perspectiva da instrução formalizada pelo Estado, seus objetivos, suas leis e decretos, investimento financeiro e de pessoal com a Escola Normal e Modelo, enfim, todo o aporte governamental para a manutenção e expansão do ensino primário, secundário e superior no Maranhão, esta forma de ensino é divida em etapas, em ciclos, em matérias

específicas e diversificadas algumas vezes em relação ao sexo e condição sócio-econômica.

Por outra via, a educação informal permeava a sociedade e se manifestava por meio da literatura, dos jornais, da reação social à condição feminina, observando que requisitos tal sociedade preconizava para o estabelecimento de uma mulher considerada ideal e que atendesse às expectativas sociais. Destacamos a instrução e a educação devido aos objetivos propostos de relacionar a instrução como um instrumento de emancipação.

> A educação tem um sentido mais amplo do que a instrução. É antes de tudo transmissão dos valores morais, enquanto a instrução visa à formação intelectual. O século XIX parece redescobrir, [...] que essa tarefa importante cabe à mãe, pois só é bom educador aquele, ou melhor aquela, que conhece perfeitamente o 'terreno' das operações.[2]

Como destaca Elisabeth Badinter a educadora-mãe passou a ser considerada como essencial para o processo de ensinar e, para tanto, deveria munir-se das "operações", isto é, saberes necessários para realizar sua tarefa de criar cidadãos mais comprometidos com os ideais da nação brasileira e mulheres mais conscientes de sua função. O ensinar e instruir devem ser analisados como complemento de um processo. Os conceitos de educação e instrução foram utilizados para identificar a condição da mulher em meio à sociedade, ao casamento e à família, instituições importantes para se compreender um tecido social, pois como afirma Elisabeth Badinter:

> A inteligência das mulheres é portanto uma das condições de longevidade do casamento. Mas é sobretudo a condição de uma melhor maternidade. Uma mulher instruída será uma mãe completa e uma melhor educadora, particularmente para sua filha, a quem transmite o essencial do seu saber.[3]

Havia uma necessidade de educar as mulheres. Aquilo que no século XIX, era considerado como supérfluo e desnecessário, era revisto e analisado pela sociedade republicana como importante. O Brasil da Primeira República via na educação e instrução da mulher uma possibilidade de pleno exercício de sua função, ao ser mãe, educar seus filhos, priorizando valores, dentre outras funções.

---

[2] BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 256.
[3] BADINTER, Elisabeth. Op. Cit., p.262.

Ainda que diante de uma sociedade modeladora, onde os ideais reguladores eram repassados constantemente às mulheres, na sala de aula, pelas professoras preceptoras, pelos jornais, pelas imagens, enfim, seja qual for o veículo, a educação e instrução se manifestavam por intermédio de algumas formas de se desenvolverem em meio a essa sociedade, utilizando mesmo os precedentes modeladores para se fixarem no âmbito social.

Alguns desses aspectos estão atrelados à concepção de cidadania, pois cidadania na sociedade republicana significava estar apto a votar e ser votado, o processo eleitoral estava ligado a questão financeira, ser alfabetizado e implicitamente, ser homem. Que cidadania poderia ser conferida às mulheres? Que cidadania elas buscariam? " [...] a criação da 'diferença sexual' foi uma forma de conseguir a exclusão das mulheres da categoria de indivíduos ou cidadãos, exclusão essa que, não fosse pela 'diferença sexual', seria incoerente"[4]. Mais uma vez foi negada às mulheres a cidadania, o pensamento mais conservador procurava estabelecer uma "tentativa de preservar a estrutura patriarcal da família, advogavam os católicos, alegando as diferenças básicas entre o homem e a mulher, uma correspondente desigualdade no plano das capacidades civis e políticas" [5]. A diferença entre homens e mulheres foi usada para justificar a incapacidade civil e política das mulheres.

Juntamente com a realidade, a noção de cidadania e direito ao voto encontrava-se a ligação ao mercado de trabalho que também refletia as desigualdades de sexo e classe. No entanto, algumas mudanças quanto à profissionalização foram registradas, como a aproximação com ações antes consideradas e realizadas exclusivamente pelos homens, fato este que não significa afirmar uma transformação profissional feminina, mas resultados de maior acesso à instrução formalizada, mas um tanto complicada de ser realizada uma vez que a pedagogia escolar e cotidiana não privilegiava a capacidade de avaliar a realidade em que estava inserida e modificá-la.

As *ações pedagógicas* desenvolvidas nas instituições de ensino em todo o Brasil, como já citado, desenvolveram objetivos diferenciados aos sexos, respaldados no aspecto social adquirido. Este é outro conceito que implementou neste trabalho ainda mais uma conotação da característica cultural da sociedade maranhense e suas implicações para a

---

[4] SCOTT, Joan Walach. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002, p.39.
[5] SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A Mulher: na sociedade de classes mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 205.

educação. Assim, Boudieu e Passeron no debate acerca das *ações pedagógicas* e *trabalho pedagógico* afirmam:

> A AP [ação pedagógica] implica o trabalho pedagógico (TP) como trabalho de inculcação que deve durar o bastante para produzir uma formação durável; isto é, um habitus como produto de interiorização dos princípios de um arbitrário cultural capaz de perpetuar-se após a cessação da AP [ação pedagógica] e por isso de perpetuar-se nas práticas os princípios do arbitrário interiorizado.[6]

Estes dois termos estão ligados a um processo, não é algo repentino, nem solitário, tem bases sociais mais sólidas e sua versão escolarizada (que é o objeto de estudo dos autores referidos) deve ser duradouro de forma a interiorizar os princípios determinados e a fim de que seja assimilado pelo ator social de tal forma que perpetue-se nas práticas. São imposições destinadas pelo sistema escolarizado de ensino. Para as mulheres esse sistema reproduzia as noções historicamente ligadas ao feminino, uma forma de "violência simbólica que uma classe exerce sobre outra pelo intermediário da educação." [7]

O termo *ação pedagógica,* demonstra o quanto a instrução era direcionada para as ações sociais dos agentes e pacientes[8], então diretamente relacionadas com a questão cultural que permeava determinada sociedade, neste caso, referindo-se às amarras sociais em relação à educação do primeiro período republicano no Brasil. Pierre Bourdieu afirma, em *Economia das Trocas Simbólicas*:

> as diferentes ações pedagógicas que operam em uma formação social, vale dizer, tanto aquelas que as famílias das diferentes classes sociais exercem como a que a escola exerce, colaboram harmoniosamente na transmissão de um patrimônio cultural concebido como uma propriedade indivisa do conjunto da 'sociedade'. [9]

Ao abordar as estruturas e condições estruturantes de uma sociedade em sua troca das mercadorias simbólicas, Bourdieu destaca instituições como a família e escola, abordando como a transmissão dos objetos simbólicos é realizada de forma harmoniosa por essas instituições, reforçando as ideologias do grupo de agentes em detrimento de um patrimônio cultural, criando um corpo comum de categorias de pensamento, tornam

---

[6] BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2008, p.53.
[7] BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Op. Cit. p.63.
[8] Leia-se que aqui a expressão '*pacientes'* não tem uma conotação de pessoas que aceitam passivamente a situação a que estão submetidos, mas que também reagem a elas, apenas estão na posição visual mais desprestigiada em relação a quem tem um poder socialmente aceito.
[9] BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 297.

homogêneas as formas de ação, expectativas individuais e grupais, esta semelhança de pensamento era cultivada como forma de manter as diferenciações, pois:

> Toda sociedade conhecida reconhece e elabora algumas diferenças entre os sexos e embora hajam grupos onde os homens vestem saia e as mulheres calças, em todo lugar há tarefas, maneiras e responsabilidades características, especialmente associadas com as mulheres ou com os homens.[10]

As sociedades buscam suas diferenciações não apenas para o sexo, mas idade, casta e grupo de diversas formas e tais assimetrias refletem-se em novas concepções como, por exemplo, a de *autoridade* e *poder*. No momento em que existe uma variante, existe também uma medida entre os diversos atores sociais e como se comportam em conjunto. Utilizando a definição estabelecida por Michelle Zimbalist[11], onde as diferenças sociais estão ligadas ao sexo e, por conseqüência, as atividades desempenhadas por homens e mulheres assumem conotações desiguais, *poder* e *autoridade* devem ser analisados de forma que a noção de autoridade é associada ao homem e a de poder à mulher.

A autoridade é expressamente aceita e aberta, o homem a exerce por uma legitimidade que a sociedade lhe confere. Para a Primeira República a autoridade voltava-se para o casamento, onde o homem assumiria a postura de cabeça, líder e responsável direto por filhos, esposa e dependentes. O poder exercido pelas mulheres, por sua vez, entraria em um espaço de conquista e barganha, menos perceptível pelos outros agentes ou mesmo legitimado, pois a máxima de que a mulher é a "rainha do lar", conferia uma outra sensação de poder, mesmo que diminuto e restrito ao espaço privado, enquanto o marido estivesse ausente ou em situações de menos importância. O *poder* era exercido pela mulher ainda que de forma articulada e cuidadosa.

> [...] em várias circunstâncias a autoridade masculina podia ser mitigada e talvez reduzida quase à insignificância pelo fato das mulheres poderem possuir uma importante influência não formalizada de poder. Enquanto reconhecem a autoridade masculina, as mulheres podem dirigi-la para seus próprios interesses; e em termos de escolhas e decisões reais de quem influencia quem e como, o poder exercido por eles pode ter efeito considerável e sistemático. [12]

---

[10] ZIMBALIST, Michelle. A mulher, a cultura e a sociedade. In: LOUISE, Lamphere; ROSALDO, Michelle (org). *A mulher, a cultura, a sociedade***.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 35.
[11] ZIMBALIST, Michelle. Op. Cit. p.37-38.
[12] ZIMBALIST, Michelle. Op. Cit. p. 37.

Michelle Zimbalist chama atenção para os usos desenvolvidos a partir da autoridade masculina, reconhecida pelas mulheres e oficialmente aceita, mas nem sempre respeitada e seguida como lei, é onde "nasce" espaço para a atuação do poder feminino, na maioria das vezes não formalizada, porém influente.

Por não se desenvolver em um meio assumido do poder feminino, especialmente no período estudado, usos diversos da situação estabelecida foram realizados diversificando do caráter "oficializante", pois mesmo a situação social estando aparentemente inalterada algumas modificações internas, realizadas pelos "subalternos", eram e são desafiadas, no entanto este desafio não se configura por meio de um embate aberto e assumido, ele estava e está nas entrelinhas das ações cotidianas.

Em relação ao paternalismo, Sidney Chalhoub destaca que esta estrutura social pode ter sido nada mais do que um sonho, uma vontade de concretização dos senhores, pois seu referencial vinha de uma sociedade com forte formulação na verticalidade, em que se acreditava na total dependência e deferência dos menos favorecidos. Esta dependência, porém, não era absoluta como o esperado socialmente, ela era fraudada.

> em nenhum momento as prerrogativas da vontade senhorial são questionadas - ao contrário, elas são reforçadas e ritualmente reverenciadas a cada passo; segundo aos dependentes resta perseguir objetivos próprios tentando provocar nos senhores os movimentos que lhes interessam a eles, dependentes. Em outras palavras, impossibilidades de lutar abertamente por seus objetivos. [13]

O contexto educacional no Maranhão também traz uma perspectiva em relação à vida pública feminina, como por exemplo a profissionalização, freqüência ao espaço público e possibilidades de menos controle masculino, para os modelos de esposa e mãe, educadora dos filhos. Entretanto, ainda neste espaço onde prevalecia o paternalismo, tradicionalismo.

No processo educacional maranhense, as mulheres modificavam a influência formalizada do poder estabelecido, neste caso amplamente divulgado pelos jornais da época, pela literatura e escolarização. Para melhor compreender a noção de 'burlar silenciosamente' um sistema social estabelecido, a noção dos dominados e subordinados, há, "porém, territórios sociais mais ambíguos, indeterminados, nos quais práticas políticas

---

[13] CHALHOUB, Sidney. Diálogos políticos em Machado de Assis. CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 98-99.

outras que não a aparente submissão ou o antagonismo aberto estavam instituídas e eram acionadas"[14]. Dessa forma, os submissos conseguem de forma dissimulada vantagens no processo de convivência com o seu senhor, por meio da indução, da manipulação da autoridade senhorial para alcançar seus objetivos, uma forma silenciosa mais ativa.

Em relação ao estudo, a instrução formalizada foi uma das vias encontradas por algumas mulheres, para adquirir espaço social e realizar atividades diversas até então concebidas apenas aos homens, como o exercício de uma profissão fora do lar e que fosse bem conceituada moralmente (neste caso o magistério primário, secretariado, datilografia, etc.) a participação em pesquisas nas bibliotecas, como a pública do estado do Maranhão, a inserção nas escolas de ensino secundário (sejam privadas ou liceu), o sonho de ingressar no ensino superior, mesmo que isso não pudesse ser realizado imediatamente no Maranhão, o primeiro registro de mulheres frequentando o ensino superior nas Faculdades do estado foi em 1925, sendo sua criação em 1918.

É possível compreender a lógica de dominação social existente entre homens e mulheres a partir da concepção em Bourdieu, que analisa a superioridade masculina e as ações que a compõe como uma violência simbólica e suave, exercida de tal forma que se torna até invisível e insensível às suas próprias vítimas, enquanto às mulheres era agregado o valor simbólico da castidade, da pureza (associados à Virgem Maria 'redentora dos pecados femininos'), aos homens adiciona-se o caráter da virilidade, da iniciativa, da concepção do homem enquanto liderança social, o cabeça das relações político-administrativas, colocando sempre o princípio masculino como referencial.

A noção encontrada em Michel de Certeau ao abordar a "arte de fazer", destaca os usos de tática e estratégia em um processo de conflito, tanto com referência à questão material e física, quanto ao posicionamento ideológico. Seu conceito pode ser entendida da seguinte maneira:

> Chamo de *estratégia* o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma *exterioridade* de alvos ou ameaças.[15]

A estratégia seria uma forma de ação mais visível e notória, como o autor destaca, é a "manipulação de forças" entre dois agentes que possuem posições semelhantes no

[14] CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., p. 97.
[15] CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 99.

conflito. Os sujeitos da estratégia são atores das questões sociais, econômicas ou ideológicas pelas quais reclamam atenção. O embate se trava de forma mais aberta e justa, socialmente se referindo, os pesos e medidas são próximos ao balizar as condições e posições desses agentes. Por sua vez, a tática é compreendida de forma a atender mais aos objetivos propostos neste estudo, sendo que Certeau norteia a tática como:

> a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. [...] a tática não tem por lugar senão o do outro. [...] a tática é movimento 'dentro do campo de visão do inimigo'. [...] ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as 'ocasiões' e dela depende, sem base para estocar benefícios. [16]

Este conceito é bem aplicável aos deferidos citados por Chalhoub, aos aparentemente dependentes, mas que por freqüentarem o espaço de atuação dos considerados mais fortes conseguem, por meio de táticas não abertamente expressas, mas minuciosamente pensadas para "romper" com o projeto mais globalizante do senhor social. Então, a tática é forma que o mais fraco procura para manipular as ações dos mais fortes. Acontece por meio da esperteza, sem deixar transparecer a astúcia, ela "é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder"[17].

As mulheres maranhenses que vivenciaram suas experiências na mudança da monarquia para a República brasileira, utilizaram de táticas em relação a sua instrução e educação, mesmo porque este foi um momento propício para o desenvolvimento de ações ligadas à instrução pela atenção conferida a ela. Essa tática, deferência, ou seja, qual nome for dado à sensível insubmissão de algumas mulheres em relação à educação e os usos feitos por ela, não pode ser analisado como um movimento, menos ainda como algo intencionalmente articulado.

Com o objetivo de apreender os usos da instrução para identificar a "emancipação" feminina, foi necessário compreender o contexto educacional de São Luís com as medidas políticas adotadas, investimento, políticas de regulamentos, legislação vigente e principais decisões, em especial, informações referidas às escolas que atendiam a um público feminino.

---

[16] CERTEAU, Michel de. Op. Cit, p.100.
[17] CERTEAU, Michel de. Op. Cit, p.101.

Após delimitar a situação educacional maranhense, abordamos as atuações femininas em meio ao espaço público, os espaços de poder freqüentados pelas mulheres e, até mesmo, níveis superiores de ensino, destacando sempre a reação social à instrução fornecida bem como essa 'nova' mulher que a consumiu. Assim, este trabalho irá concentrar-se nas informações oficiais da instrução pública e nos reflexos sociais acerca da educação, contidos em jornais, revistas e literatura.

Para composição deste trabalho diversas fontes foram utilizadas, abaixo uma organização das principais:

Jornais e Revistas – encontrados na Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís. Esta documentação se configura enquanto um importante suporte na realização do trabalho, e foram mapeados todos os jornais e revistas do período compreendido entre 1889 a 1900, no entanto para composição deste trabalho foram selecionados cerca de 19 jornais e 4 revistas que em suas matérias trazem alguma informação referente à instrução e sociedade e instrução/educação feminina;

Livros – também encontrados na Biblioteca Pública Benedito Leite, acervo de Obras Raras. Usaremos nesta dissertação três obras escritas na Primeira República e por maranhenses: **Alma: educação feminina** de Coelho Neto, **O Mestre e a Escol**a, de Barbosa de Godois e **Alma do Sertão**, de Catullo Paixão e **As Raças Humanas: a mulher**, de Gomes de Castro.

Falas e Mensagens de Governadores – esta documentação foi encontrada na íntegra em um site de arquivo de documentos ligados ao governo crl lamp (http://www.nd.edu/~kic/brazil/pindex.htm), em que foi possível baixar os registros do governo do Estado, neste caso interessando apenas os que se reportavam à instrução, biblioteca pública e gastos com a educação. Alguns destes documentos também se encontram na Biblioteca Pública Benedito Leite, porém em quantidades bem menores e condições de manuseio algumas vezes precário;

Regimentos Internos de Escolas – presentes no Arquivo Público do Maranhão, esta documentação é bem variada por representar as principais organizações educacionais públicas do ensino, encontramos regulamentos referentes à Escola Normal, Liceu Maranhense, Escola Modelo e Grupos Escolares da capital;

Leis e Decretos – a pesquisa realizada para esta documentação também se deu no Arquivo Público do Tribunal a partir da Coleção de Leis do Estado do Maranhão, solicitamos todas as referentes à educação pública de forma abrangente.

Por transitar entre dois momentos históricos marcantes, fim do século XIX e início do XX e por destacar mudanças e continuidades nas relações de gênero e educação na sociedade maranhense, este trabalho tem o desafio de perceber sujeitos históricos silenciados e considerados sem interesse pelas abordagens históricas. Parte de uma complexidade metodológica delineada pela nova historiografia, uma vez que esses sujeitos geralmente têm suas falas e registros intermediados por seus censuradores, daí o processo de (re)leitura das fontes.

A dissertação será composta por três capítulos descritos a seguir:

O primeiro capítulo é intitulado de: **Nem Maria, Nem Eva: Amélia! Gênero e o Contexto Social da Primeira República,** seguintes, discutindo inicialmente o conceito de gênero e sua importância na academia e produção histórica, os caminhos da historiografia internacional e nacional acerca das questões de gênero e história das mulheres. Discuto também o conceito de gênero onde juntamente a este serão articuladas outras noções de igual importância: classe e etnia, compreendendo gênero como uma categoria que não pode estar desvinculada de outras, para se tornarem um todo mais amplo e completo, a fim de serem capazes de oferecer uma análise sobre o feminino menos genérica e mais próxima da pluralidade das mulheres enquanto agentes históricos. Faço ainda uma contextualização nacional e regional acerca da realidade política, econômica e social da Primeira República visando principalmente perceber a mulher enquanto sujeito histórico, identificando suas ações e modificações ao longo da história. Para tanto usaremos a bibliografia nacional e utilizaremos algumas fontes da imprensa maranhense.

O segundo capítulo, **A Educação Maranhense na Primeira República,** apresenta um quadro geral da educação pública oferecida em São Luís, através de alguns pontos como: o diferencial da educação promovida no regime republicano e o próprio discurso de atenção à educação concedido por autoridades governamentais, percebendo a extensão que a educação alcançou com incentivos financeiros, contratação de mais professores e criação de mais espaços para aulas; analisando os objetivos educacionais por meio dos discursos de governadores e autoridades educacionais e políticas locais. Após uma situação geral da organização dos ensinos primários, secundários e do ensino superior, este capítulo destaca

as mulheres neste contexto percebendo como se deu a entrada expressiva das mulheres na educação formal, em especial, a Escola Normal e o seu caráter de profissionalização. Um outro espaço educacional que mereceu destaque foi o Lyceu Maranhense, por ser, historicamente, um espaço masculino e de poder simbólico da educação, isto é, o ensino secundário que prepararia para o acesso ao grau superior de ensino, o regime interno da escola e as falas de governadores dão suporte para situar esta instituição e perceber a partir de quando foi permitida a entrada de mulheres enquanto alunas e professoras.

O processo de educação formal ganhou expressivos contornos no Brasil e Maranhão para a organização de um quadro da instrução feminina, apontando avanços, conquistas e também dificuldades enfrentadas. Compreender tais medidas é também ler nas entrelinhas de um discurso, sobretudo oficial e superficial da sociedade e com o intuito de entender esse momento singular na história das mulheres é que este capítulo se preocupará em destacar alguns aspectos, dentre eles: espaços públicos freqüentados pelas mulheres, com destaque para os que representam poder e conhecimento, a exemplo da Biblioteca Pública, do Liceu Maranhense, do ensino superior e a melhoria da qualidade educacional destinadas às meninas, inclusive pela adesão das escolas mistas e da co-educação.

Analisaremos alguns critérios dessa instrução, como por exemplo: o rol de conteúdos aplicados nas escolas primárias e escola normal, as disciplinas que eram oferecidas exclusivamente às mulheres, bem como todo discurso que permeavam esta ação, e a entrada do sistema de escolas mistas e da co-educação, como um fato que seguiu a tendência nacional e que revelou oportunidades de um ensino mais amplo para as mulheres.

O terceiro capítulo "**O que se deve fazer antes é educar a mulher brasileira"** analisa a educação feminina no estado do Maranhão**.** Após situar a educação feminina no próprio aspecto escolar, discute a educação em seu aspecto social, isto é, compreendendo-a mediante o ideal de civilização da sociedade maranhense embasada pelo discurso republicano. A família era entendida como a estrutura base para a sociedade, fato este que justificava a condição da mulher enquanto mãe e esposa, ao mesmo tempo em que justificavam uma educação mais primorosa para tais mulheres. Tentar entender a família neste contexto é algo fundamental para compreender a tradicional função social da educação para as mulheres em contraponto com a realidade republicana.

Este capítulo ainda remonta o ideal de educação feminina a ser buscado na sociedade, através das fontes de jornais e obras literárias dedicadas à temática. As fontes necessárias para a compreensão deste capítulo são: Falas e Mensagens de Governadores, pois oferecem informações acerca das tendências educacionais para as mulheres, inclusive sobre as disciplinas antes consideradas exclusividade dos homens e que passaram a ser acessíveis às mulheres também. Usaremos ainda duas obras da literatura maranhense, uma de Catullo da Paixão que nos oferecerá um aspecto geral da mulher no Maranhão e, a segunda, será a obra de Coelho Neto que permitirá perceber algumas das críticas lançadas à educação feminina considerada "perigosa" e "ousada". Os jornais de São Luís apresentarão um pouco dos aspectos discutidos em sociedade.

A educação feminina no momento da Primeira República pode ser entendida de forma ambivalente, pois ao mesmo tempo em que assume uma postura ainda tradicionalista, que visava formal a mulher voltada para o âmbito privado, promove maiores espaços e acessibilidades dessa mesma mulher na promoção de uma educação mais completa e capaz de levar à profissionalização. Debateremos o processo nas fontes de jornais e a luta pelo direito à cidadania plena que é poder votar e ser votada, os posicionamentos e repercussões obtidas nas diversas esferas da sociedade.

Procuraremos entender também as reações sociais em meio a uma educação feminina mais ampla, os debates ocasionados sobre o ideal dessa educação e a missão da mulher no tecido social e as contradições das reações registradas na imprensa ludovicense.

CAPÍTULO I

NEM MARIA, NEM EVA: AMÉLIA! GÊNERO E O CONTEXTO SOCIAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA

No momento em que a escrita da História das Mulheres passou a ser realizada algumas problemáticas permearam o campo acadêmico e foram identificadas enquanto fragilidades desse saber – até então associado apenas à prática política do feminismo e, portanto, mais marginalizado, adverso em meio à academia e a sociedade. Muito dessa análise se dava pelo fato deste saber ser recentemente realizado e burocraticamente legitimado, entendido enquanto uma produção relegada ao segundo plano ou mesmo um saber à parte, tendo em vista a própria condição social da mulher em seus contextos históricos, em geral vista como um apêndice do homem.

A produção histórica consagrada preocupava-se em caracterizar os feitos dos personagens masculinos com prestígio social estabelecido e tidos pela historiografia tradicional como apto a se eternizar em grandes narrativas, muito disso porque as fontes trabalhadas direcionavam nesta perspectiva, citando apenas nomes masculinos e de prestígio social, atuantes no espaço público. A não visibilidade às mulheres, enquanto agentes históricos foi reafirmada no século XIX, momento em que a história positivista ganhou espaço e reconhecimento, utilizando as chamadas "fontes oficiais", ou seja, aquelas elaboradas por homens pertencentes aos meios governamentais.

A história produzida pelos positivistas privilegiava um quadro de destaque para o sujeito universal, exibindo características bem definidas, em geral: homem, branco, ocidental e que participava das esferas mais privilegiadas de poder político, administrativo e econômico. Longe de preencher estas características estava a maior parcela da população que, por conseguinte, não participava da história ocidental. Com um esquema tão afunilado de permissividade à construção do saber histórico, grupos como os das mulheres, negros, subalternos, operários e orientais, dentre outros, eram vistos apenas como os *outros*, não tendo valorizadas as suas ações históricas, mesmo porque boa parte da documentação analisada pelos historiadores positivistas não incluía esses sujeitos, tendo em vista que o

privilégio de análise se dava para as fontes de registros oficiais, em que essas "minorias" não se encontravam notificadas.

Décadas após o apogeu da história positivista registrou-se um redirecionamento dos temas de estudo histórico. Ocorreu uma ampliação de perspectiva no trabalho do/a historiador com importantes contribuições de trabalhos desenvolvidos por mulheres, alguns com intuito de romper com uma lógica habitual de um sujeito universal, representativo e distante dos demais. A contribuição para uma história mais democrática nasceu dessa maneira, ao passo que as primeiras mulheres ao redor do mundo foram expressando a sua opinião acerca do papel feminino.

Acontecimentos importantes marcaram a forma de operacionalizar a história e, em especial, na França com o advento da Escola dos Annales, privilegiou algumas *diversidades* até então não contempladas pela historiografia. Destacada enquanto um movimento que nasceu no meio acadêmico a partir de uma revista homônima, de certa forma combateu uma história preocupada exclusivamente com fatos políticos, possibilitando abertura para a chamada Nova História, que incluía uma perspectiva no "fazer historiográfico". [18]

A emergência da Escola dos Annales se deu num período de propagação de uma crise geral que alcançava não apenas a ciência, mas todas as estruturas da sociedade. As duas grandes guerras mundiais marcam estes episódios de crise, onde a solidez dos saberes passou a ser questionada frente à flacidez do mundo nas guerras.

Desta forma, questiona-se a produção científica e noção de uma verdade absoluta que explicaria tudo, intelectuais de todo o mundo iniciam um movimento 'involuntário' questionando verdades, métodos e técnicas, uma expressão que "tudo que é sólido se desmancha no ar". Com o colapso da civilização Ocidental anunciado na Primeira Guerra, campos como a arte, a literatura, ciências físicas e naturais e, em maior escala, as ciências sociais tendem a rever seus conceitos tão fixos.

A Nova historiografia com a Escola dos Annales é um exemplo desta manifestação, sendo que seus fundadores vivenciaram a experiência da guerra bem de perto. Assim, pensaram e produziram uma história-problema, dialogando com outras categorias, outras

---

[18] VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.) *Domínios da História.* São Paulo: Campus, 1997, p.130. Ver também: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales* (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

ciências. Com o objetivo de desenvolver uma produção historiográfica que contenha 'os outros' até então excluídos da possibilidade de serem agentes da História, "a tradição historiográfica dos Annales propunha ampliar o leque de fontes e observar a presença de pessoas comuns, esta contribuiu pra que as mulheres, posteriormente, fossem incorporadas à historiografia". [19] As mulheres ainda não eram evidenciadas pela primeira geração da Escola, mas este momento é importante por possibilitar a construção de uma história que tivesse como problemática o meio social dos anônimos.

Assim, com a primeira etapa dos Annales, a mudança da historiografia possibilitou a inclusão de estudo em áreas que antes não eram consideradas privilegiadas como a história dos operários, história dos sentimentos e crenças, por exemplo. Posteriormente, na terceira geração, já na década de 1960, com a contribuição intelectual das obras de Lévi-Strauss e Michel Foucault enfatizou a abrangência para temas como discursos, rituais, sexualidades, prisões, medos, micropoderes, dentre outros.

Os "microtemas" foram adotados na história como forma de perceber partes do meio social que não foram estabelecidos por uma história sectária de temas considerados mais relevantes, então uma gama de novas possibilidades para o estudo da História despontava de forma mais sólida com a terceira geração da Escola dos Annales. A interdisciplinaridade, a articulação do feminismo, os questionamentos ao estruturalismo e os recortes sociais para análise foram fatores que contribuíram para um maior desenvolvimento da História das Mulheres. Inicialmente esta história estava atrelada à vida privada, aos espaços tidos tradicionalmente como femininos, à família e à educação, estudá-las nestes espaços era mais aceitável. No entanto, mesmo com as mudanças no campo da escrita da história a partir da valorização na pesquisa de diversos sujeitos que não podem ser negadas e consideradas inexpressivas, essa produção histórica ainda estava sendo realizada como um apêndice à "odisséia" masculina, como um saber paralelo, considerada enquanto caráter compensatório em relação às mulheres, usando referenciais teóricos de importância e reconhecimento.

Joan Scott apresenta sua preocupação com a escrita da história das mulheres ao afirmar que "a história desse campo não requer somente uma narrativa linear, mas um relato mais complexo, que leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das

---

[19] SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*. Texto no prelo a ser publicado na Revista Brasileira de História, p. 4.

mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina história" [20], ou seja, ela chama a atenção para uma produção mais significativa e ampla, capaz de impactar na formulação do conhecimento histórico e não apenas se restringir a descrever os hábitos femininos do passado, isto é, a autora solicita uma produção que estimule a reformulação da história tradicional, este objetivo não pode ser alcançado imediatamente, seria necessário mais do que narrar, pois após alcançado o primeiro objetivo que era o da inclusão, dever-se-ia analisar e criticar o posicionamento histórico e atual das mulheres.

Dessa forma, entra na discussão o fazer historiográfico sobre as mulheres, uma vez que autoras como Joan Scott e Joan Gadol, consideram que a história das mulheres não deve ter apenas uma característica compensatória, ou mesmo que não deveria ser uma escrita apenas das mulheres excepcionais (pois isto implicaria na formulação de novos padrões restritos para a história e em pouco ou nada abrangeriam os objetivos perseguidos por uma história mais igualitária), ou um conhecimento paralelo à produção central masculina, mas que deveria redefinir as noções tradicionais de história, sendo capaz de "elaborar teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando entender como e porque assumem a forma que têm". [21]

Para entender melhor o percurso realizado na produção da história das mulheres é necessário atentar para às categorias de análise dessa área, que, por sua vez, estão presentes nas mais diversas áreas de estudo, não se limitando apenas a questão histórica ou sociológica. A historiadora Milagros Rivera[22] realizou um trabalho que sintetizou algumas das categorias de estudo das mulheres mais comuns em teorizar sobre relação das mulheres com o feminismo. Dentre as categorias de análise passíveis de delimitação, pode-se destacar algumas, tais como: a mulher enquanto *sujeito*, agente de ações e, portanto, legalmente participativa da história, cumprindo um papel tão legítimo quanto o do homem e, também, responsável pelas mesmas; o *patriarcado*, enquanto um modelo de estrutura de poder com base no masculino, o *pater*, que pode-se desenvolver tanto de forma específica, isto é, associado a um tipo de família, quanto na perspectiva de dominação masculina mais ampla e que faz referência a um modelo social existente e estabelecido nas estruturas de

---

[20] SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História:* novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 65

[21] SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica.* Recife, S.O.S CORPO, 1996, p. 3.

[22] RIVERA, Maria Milagros. Uma aproximacion a la metodologia de la historia de las mujeres. In: OZIEBLO, Bárbara (org.). *Conceptos y Metodologia em los estúdios sobre la mujer.* Málaga, Universidade de Málaga, 1993.

poder[23]. As mulheres, neste contexto, eram analisadas no contraponto de uma sociedade patriarcal, vistas apenas como pacientes em meio ao espaço masculino. Pensar nestes dois conceitos é tentar "desconstruir" essa sociedade aparentemente homogênea.

Outras categorias de análise para a produção de uma ciência que enxergue as mulheres estão pautadas na noção de *poder* e *gênero* também configurado por sua relevância ao privilegiar a questão cultural de homens e mulheres em detrimento de seu nascimento biológico e para além de sua noção física, levando em consideração a contextualização, as individualidades e as especificidades da região, época, fontes escolhidas para serem vistas, lidas, ouvidas e analisadas.

As categorias da análise citadas têm proporcionado uma avaliação das mulheres e sua inserção na história enquanto agentes, sujeitos e objeto da mesma, e isso se dá de forma articulada com a utilização do termo gênero enquanto categoria relacional de análise, para tanto passível de conjunto outro de informações.

Assim, Maria Izilda Matos ressalta que:

> em função dessas críticas e das próprias tensões/transformações nas reivindicações dos movimentos feministas é que surge o gênero como categoria de análise histórica, convergindo com tendências historiográficas emergentes, entre elas a 'história cultural' "[24].

Como já destacado anteriormente, as mudanças perceptíveis no pesquisar e escrever história também foram fundamentais para uma mudança de perspectiva no que tange a questão feminina (e outros sujeitos também). Maria Izilda destaca dois termos importantes: o movimento feminista ao redor do mundo e a história cultural.

A mais utilizada formulação do conceito de gênero é apontada pela historiadora estadunidense Joan Scott, por volta da década de 80, em que ela apresenta o termo como organização social das relações entre os sexos, uma forma de não estabelecer o estudo das mulheres de forma isolada, mas oferecer uma análise que leve em consideração aspectos envolvendo a elaboração social e relações entre homens e mulheres/ homens e homens/ mulheres e mulheres.

---

[23] A sociedade patriarcal definida por Gilberto Freyre, em Casa-Grande e Senzala, no caso brasileiro estabeleceu-se com base na hibridez da sociedade colonial e na figura do patriarca, o pai, em sua autoridade sobre a família que o cercava, sobre seus dependentes. Esta estrutura estendeu-se na organização social além do período colonial, como algum aspecto da família e organização brasileira, presente até hoje.

[24] MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. In: *Cadernos Pagu* (11), Campinas, 1998, p. 69.

A palavra gênero indicava uma rejeição ao determinismo biológico [25]. Pautado neste diferencial, este termo pode representar um aliado na elaboração de trabalhos possíveis de uma análise que leve em consideração os diversos sujeitos históricos. Scott afirma ainda que há uma introdução de características sociais para a compreensão do ser homem e ser mulher, fato este que não vem mais da biologia a explicação para os sexos.

O conceito é também muito trabalhado na noção anunciada por Simone de Beauvoir[26], ao afirmar em 1949, que não se nasce mulher, torna-se uma, ou seja, os fatores sociais e culturais ganham notoriedade em detrimento do fenótipo e aspectos biológico-físicos que diferenciavam o 'macho' da 'fêmea'.

O termo gênero ganhou maior notoriedade em diversos espaços universitários no mundo a partir da década de 90, pois o uso dessa categoria se tornou mais freqüente, inclusive no Brasil, pois os termos comumente usados em trabalhos acadêmicos eram: mulher, mulheres e condição feminina. Margareth Rago em seu artigo *Descobrindo historicamente o gênero*[27] narra alguns dos primeiros passos da consolidação do estudo de gênero no Brasil, como a organização de grupos e núcleos de estudo, seminários, palestras e espaços para discussões, dentre outras atividades. Assim, os estudos das "relações de gênero, no campo das ciências sociais, designa, primordialmente, a perspectiva culturalista em que as categorias diferenciais de sexo não implicam no reconhecimento de uma essência masculina ou feminina"[28].

A identificação de que as formações, antes tidas como biológicas, tornam-se expressões das práticas sociais vivenciadas, construídas e elaboradas dão suporte para o 'nascimento' de uma 'nova' ciência aparentemente atenta não apenas à presença feminina e caracterização social, mas sobretudo que tende a perceber relações entre os gêneros.

Com a tradução do texto de Scott em definição sobre gênero, este ganhou notoriedade no Brasil, fato que possibilitou uma maior articulação entre focos de pesquisa com amplitudes antes não consideradas relevantes ou mesmo viáveis e a escrita da história das relações de gênero, oferecendo uma "ênfase ao caráter fundamental social, cultural, das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização; dá precisão à idéia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando as

---

[25] SCOTT, Joan. Prefácio a Gender and Politics of History. *Cadernos Pagu:* desacordos, desamores e diferenças. Campinas, 1994, nº 3.
[26] BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo: fatos e mitos.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, vol. 1.
[27] RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o gênero. In: *Cadernos Pagu* (11) 1998, p. 89-98.
[28] MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. *Cadernos Pagu* (11) 1998, p. 100.

dimensões de poder" [29]. Poder este diretamente relacionado com as questões sociais, com as implicações das relações entre os diferentes sexos e aquilo que é estabelecido enquanto ação masculina e ação feminina, o *gênero* mostra então, à luz da influência da psicologia de Lacan e do Pós-Estruturalismo, que as implicações do meio oferecem diretamente uma outra proposição para os dois sexos.

Mesmo com o desenvolvimento da produção historiografia sobre as mulheres algumas observações devem ser feitas, pois envolvem desde as primeiras inclusões das mulheres na história até o amadurecimento desta perspectiva. Na produção de uma história das mulheres a concepção inicial e a mais recorrente se deu em uma formulação em que partiria do princípio de categoria homogênea, ou seja, todas as mulheres eram vistas e analisadas como 'iguais' e sua "essência" feminina não se modificaria, apesar das situações sociais, políticas e econômicas diversas.

Posteriormente, os trabalhos adquiriram uma conotação voltada para a relação *dominador* X *dominado*, estudos enfatizando os temas privilegiando áreas tidas como "femininas", sem, contudo, levar em consideração as mais diversas formas de resistência e os poderes desenvolvidos pelas mulheres nos mais variados meios de opressão[30], bem como a presença feminina em locais declaradamente masculinos.

A produção de História das Mulheres foi marcada por certo impulso a partir da década de 70 do século XX, e alguns dos fatores que contribuíram para o seu maior desenvolvimento foram, o advento do feminismo, a história das mentalidades e as pesquisas na área de memória popular, que possibilitaram abertura conceitual e analítica de inclusão e percepção do *outro.*

O uso da História Oral é importante, pois muito da vida das mulheres não estava registrado em documentos e precisavam ser ouvidos primeiramente. Esse estudo foi realizado, então, pelo próprio movimento feminista, grupos de pesquisa em Universidades, produções monográficas, e se estruturam a partir de dois eixos: a mulher contextualizada em uma história pouco atenta a questão das relações de sexo; e, a perspectiva que demonstra a exploração e a dominação.

---

[29] SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. Op. Cit. p.8.

[30] SOIHET, Rachel; SOARES, Rosana e COSTA, Suely (trad). A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres. Ensaio de Historiografia. *Revista Gênero*. NUTEG, Vol. 2, N° 1, (2ª sem. 2000). Niterói, Eduff, 2000, p. 7 – 30

A história cultural, por sua vez, ganhou espaço entre os historiadores do gênero uma vez que deu a importância a linguagem e as representações sociais culturalmente constituídas, [31] um espaço teórico ávido pelo entendimento de elementos que discutem o todo social a partir do referencial cultural.

No Brasil, os estudos sobre as mulheres ganharam notoriedade a partir da década de 80, onde se destacaram trabalhos como os de: Maria Odila Costa da Silva Dias, Margareth Rago, Rachel Soihet, Eni de Mesquita e Magali Engel. A criação de um Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero também foi importante, uma vez vinculado à ANPUH esse grupo e outros que nasceram a partir de outros eventos e instituições de pesquisa, contribuíram para a visibilidade da pesquisa sobre gênero em História, Ciências Sociais, Artes, Saúde, etc.

Atualmente vários são os trabalhos redirecionados ao olhar sobre a história das mulheres, repensando suas ações, percebendo-as enquanto sujeitos históricos com seus "poderes" e "saberes". São trabalhos que transitam na fronteira entre o público e o privado, não apenas privilegiando em sua análise os espaços tidos como "femininos", ou um lugar próprio de mulher.

Em meio à ciência androcêntrica, ou seja, aquela que privilegia o ponto de vista masculino e as questões associadas à virilidade, a história das mulheres teve, e tem, alguns desafios em relação à legitimidade acadêmica. Estudos como o de Sandra Harding (1993), Amaro Moreno (1987) e Maria Milagros Rivera (1993) chamam a atenção para o risco de escrever uma história centrada nas mulheres, esquecendo-se das relações existentes entre os sexos, fato este que acarreta o ginecocentrismo, isto é:

> Analisar as relações sociais e em pensar sua história desde o ponto de vista das mulheres. É dizer, deslocar as mulheres das margens do saber e das margens do campo de visão, que é onde estavam tradicionalmente, e as situar no centro. [32]

A aproximação entre Gênero e História resultaria na busca pela explicação, em conjunto, com amplas vias de análise, ao perceber que o gênero deve ser estudado em conexão com o meio social, não podendo configurar-se em uma produção isolada, reducionista em si mesma. A possibilidade teórica nos estudos de gênero pelo pós-estruturalismo, entendendo a compreensão cultural das diferenças sexuais pelo saber, não

---

[31] RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (org.). *Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Mulheres, 2006, p. 27

[32] RIVERA, Maria Milagros. Op. Cit p. 16 (Tradução livre)

referente apenas à idéia, mas também às instituições, práticas cotidianas e rituais,[33] ligado à concepção estabelecida por Foucault, em que acrescenta possibilidades analíticas das elaborações dos diversos saberes.

Dentro da organização social da diferença sexual no construtivismo "o conceito destaca o privilegio da dimensão de escolha cultural para explicar as feições que o feminino e o masculino assumem em múltiplas culturas, mas sustenta que a 'natureza' é um pilar sobre o qual se constrói a diferença sexual" [34]. Essa noção levanta possibilidades de elaboração de um saber histórico mais consciente e pautado nas conotações culturais de *ser homem* e *ser mulher* assumidas em determinada sociedade, época e condição sócio-econômica.

Outro fator que merece destaque foi a busca por legitimidade e amplitude acadêmica pelos historiadores das "minorias", e uma das características dessa legitimidade foi a implementação de uma abertura na concepção teórica de gênero, destacando o aspecto relacional com classe e raça/etnia. Atualmente, essas três noções são entendidas como um tripé para uma análise substancialmente mais completa não podendo ser ignoradas e nem balizadas no sentido de medi-las.

A paridade entre raça/etnia, classe e gênero é necessária no sentido de oferecer uma análise menos superficial e homogênea acerca das mulheres. É nesta perspectiva de articulação que as diferenças entre as mulheres se tornam mais pautável e permite pluraliza-las em seu contexto e tempo, como afirma Verena Stolcke "de que modo abordar a maneira como gênero, classe e raça se aproximam para criar não apenas fatores comuns, mas também diferenças na experiência das mulheres"[35], fatores de coesão são também de diferenciação.

Pensando nesta forma de cruzar tais abordagens de gênero, classe e raça/etnia, Kimberlé Crenshaw[36] apresenta um modelo de experiência interseccional para percepção das mulheres e etnia, em especial ao se tratar da violência e opressão acometida às mulheres, tendo em vista que as diversas mulheres vivenciavam o sexismo de forma

---

[33] SCOTT, Joan. Prefácio a Gender … p. 12-13

[34] HEILBOM, Maria Luiza. Gênero: um olhar estruturalista. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (org.). *Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade.* Florianópolis, editora Mulheres, 2006.

[35] STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Revista Afro-Ásia.* Salvador, nº 20, 1991, p. 102.

[36] CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 2002, nº 1, v.10, p.7.

diferenciada por sua condição social e/ou raça/etnia. Um recorte de gênero que não invalida, pelo contrário, privilegia as diversas experiências e condições das mulheres e elabora a construção acadêmica com base nestas premissas de diferenciação.

Alguns dos eixos temáticos associados comumente à questão de gênero é educação, imprensa, poder, política, sexualidade, família, trabalho, maternidade, discussões mais recentes de masculinidade e educação, dentre outras vias de análises possíveis. Em relação à historiografia brasileira, variadas temáticas têm promovido a diversidade de estudos e de aportes conceituais, bem como o uso de fontes também diversificadas. Com o maior desenvolvimento da chamada nova história, muitos atores sociais foram incluídos no 'fazer' historiográfico e com esses atores incluiu-se também novas leituras sobre o passado, em uma perspectiva mais abrangente de fontes.

1.1 A mulher no contexto republicano

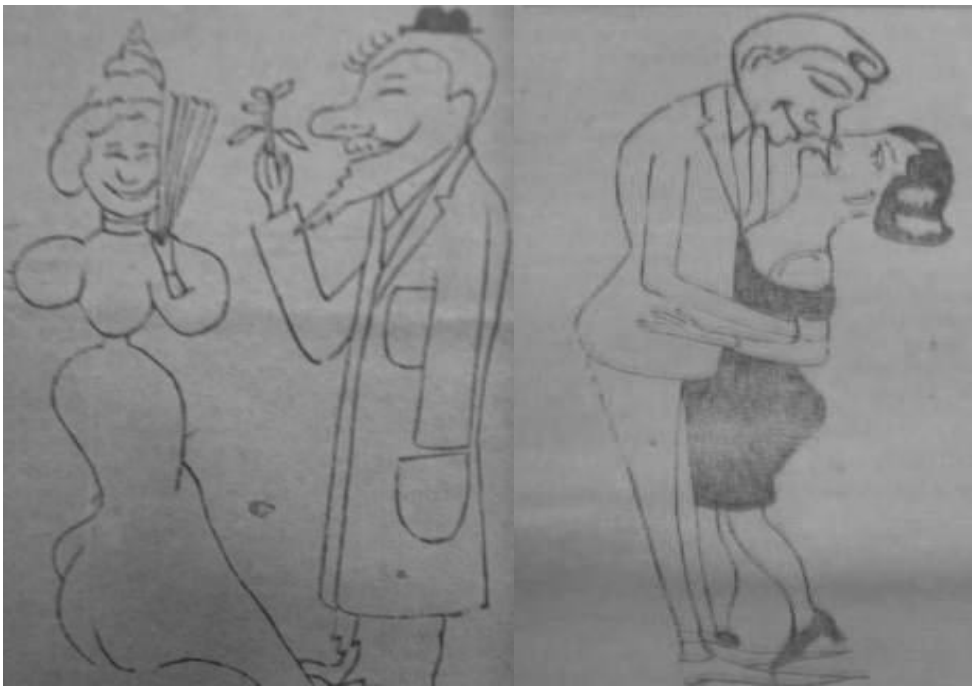
Para analisarmos o processo educacional na Primeira República, em São Luís do Maranhão, é importante perceber a sociedade maranhense e brasileira da época e a condição da mulher na mesma. Para tanto, é essencial a de compreensão da mulher no contexto republicano, tendo em vista que nosso trabalho não pretende enfocar diretamente todos os grupos de mulheres que compunham aquela sociedade, mas selecionou mulheres das camadas sociais médias e altas, considerando que a maioria dos discursos sobre a mulher nessa época, seu papel, missão e imaginário enfoca basicamente estas classes.

Com o advento da República é possível identificar algumas características daquilo que era considerado essencial para uma mulher em seus atributos e funções, num contexto que, gradativamente, ganhava novos contornos e elas continuaram a ser alvo de atenção e controle, pois sua atuação na sociedade era parte na disseminação de novos padrões sociais. Se no final do século XIX ocorreu a efetivação da sociedade que se pretendia moderna, pode-se refletir sobre quais as implicações do moderno para a mulher. Se ao mudar determinadas bases da sociedade como famílias e instituições, mudou-se a noção sobre o feminino? Mudou-se a mulher?

Abaixo temos duas ilustrações publicadas pelo mesmo jornal almejando comparar os tipos de namoro e destacando a mulher como peça fundamental para a mudança de concepção entre o namoro de 'ontem' e o de 'hoje'.

ILUSTRAÇÕES 1 e 2

O Namoro de Ontem /O Namoro de Hoje.



Fonte: O Dia[37]

Estas imagens reforçam o ideal de diferenciação entre dois momentos históricos diferentes, sendo um a preservação do recato entre homem e mulher, onde se destaca a vergonha, vestimenta e inocência, e a outra já aponta para uma relação de contato físico e sensualidade nas roupas. Duas mulheres que sobreviviam no imaginário de então, onde se buscava por um modelo ideal equilibrado entre a modernidade e a tradição.

Elisabeth Abrantes se propôs a analisar a educação feminina na segunda metade do século XIX, ressaltando os principais traços de uma mulher considerada ideal para aquele momento. No trecho é possível identificar que para o sexo feminino pregava valores universais e que continuaram a ser buscados, ensinados e propagados no século seguinte, a problemática se dava em relação à aplicabilidade desse perfil feminino em uma nova conjuntura.

---

[37] BPBL. Minha avó contou-me sempre/As prosas do meu avô/Até de forma piegas/Com que elle a conquistou.../Um dia, todo sisudo/Co uma flor presa entre os dedos/Declarou lhe sua paixão,/Como quem conta segredos,/Com uma 'pose' acanhada.../E ella, toda zangada/De leque a frente do rosto/Altiva grita lhe logo:/Seu moço não tome gosto! In: O Namoro de Ontem. *O Dia*, de 05 de fevereiro de 1925, Nº 31, ANO II. O Namoro de Hoje. *O Dia*, de 08 de fevereiro de 1925, Nº 32, ANO II.

> Nesse imaginário social, exaltava-se a virgindade, o papel de esposa e mãe exemplares. O casamento era apresentado como o ideal da mulher, a concretização dos seus sonhos de juventude, o alvo de sua existência. Amparados na idéia da "natureza frágil e débil" da mulher, reforçava-se a tradição de sua vida tutelada pelo homem, seja seu pai, irmão ou marido, que deveria garantir-lhe a proteção, o sustento e também a honra.[38]

Destacando as palavras-chave desta citação traça-se uma visão sobre o feminino construído socialmente em um processo de longa duração, que, de certa forma, foi interpretado para cada sexo. No século XIX o reforço destas imposições sobre o feminino constituíam-se em tradições daquela sociedade, refletidas diretamente sobre questões de virgindade, casamento, maternidade onde havia formas de controle sobre as mulheres, com a boa desculpa de proteção necessária às mulheres. Ainda no século XIX a família era entendida como natural e, portanto, os casamentos tinham como maior finalidade procriar e educar sua prole. A organicidade e unidade da família estava sob égide do *pater*, considerado o cabeça do casal.

Já no século XX alguns elementos foram considerados cruciais na formação da nova conjuntura republicana, pois colaboraram na formação do quadro do que é chamado de modernidade. Dentre estes indicadores analisaremos aqueles que de forma mais objetiva estiveram relacionados à questão feminina neste contexto, tais como: processo de urbanização, República e positivismo, cidadania e família.

Um dos principais motivos de caracterização de mudanças se deu com a urbanização, esta por sua vez implicou em diversas questões relacionadas às mulheres. De acordo com Jurandir Freire a mulher foi impulsionada de diversas maneiras pela urbanização, a favor de ações cada vez mais públicas, dentre elas destacam-se aspectos de capacitação intelectual e profissional.

> Descritivamente, essa reciclagem da função feminina na família operou-se em dois tempos. No primeiro, a higiene, acompanhando a urbanização, retirou a mulher do confinamento doméstico, liberando-a para o convívio social e o consumo comercial. Esta etapa seria representada pela crítica à 'mulher de alcova'.[39]

É, antes de tudo, necessário analisarmos com cautela as proposições apontadas ao definir 'retirar' e 'liberar', pois os mesmos intelectuais que apoiavam a necessidade de

---

[38] ABRANTES, Elisabeth Sousa. *A Educação do "Bello Sexo" em São Luís na Segunda Metade do Século XIX*. Recife: UFPE, 2002, p. 62. (Dissertação de Mestrado).

[39] COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar.* Rio de Janeiro: Graal, 2004, p.255.

maior interesse público acerca das mulheres afirmavam a importância de manutenção de controle sobre as mesmas, não devendo ultrapassar as fronteiras da mulher-esposa-mãe.

O espaço urbano representou a abertura de novas possibilidades de intelectualização feminina com maiores possibilidades na instrução formal, pública ou privada. O contato maior com o mundo para além do doméstico motivar, inclusive, um aumento de mulheres alfabetizadas, pela constante necessidade que a cidade exigia, 'gerando' mulheres mais cultas, com possibilidades de visibilidade pública, pois eram mulheres leitoras.

> A urbanização do final do século XIX aumentou drasticamente as oportunidades de investimento, emprego, mobilidade social e mobilização política – oportunidades que, por sua vez, fomentaram transformações na consciência e gradativamente afrouxaram as relações sociais patriarcais tradicionais.[40]

O conjunto de formas 'socializantes' apontam para a nova composição que ganhava importância no contexto republicano. No caso do Maranhão a urbanização, em especial da capital São Luís, se ordenou como reflexo de profundas crises econômicas vivenciadas no meio rural, com o plantio da rizicultura, babaçu, açúcar, fato este que promoveu um abandono significativo dos espaços de agricultura, sobretudo na região da baixada maranhense. Com a mudança de foco na economia, e aproveitando espaços de comércio disponibilizados com a Primeira Guerra Mundial a cidade de São Luís ganha mais dinâmica, mais moradores permanentes e tem sua economia aquecida, é como aponta Lourdes Lacroix:

> Outros tantos "barões" venderam suas propriedades por valores inferiores ao que valiam, contribuindo, em pequena proporção, para o estabelecimento do parque fabril de São Luís, especialmente em fábricas têxteis.[41]

A partir do crescimento urbano, impulsionado pelas fábricas, a cidade de São Luís viveu certa mobilidade e dinâmica, não da mesma forma que outras cidades do eixo sul-sudeste, mas com certo grau de intensidade. É neste sentido que pelo aumento no volume de pessoas, inclusive de marginalizados, estabeleceram-se alguns critérios de convivência

---

[40] BESSE, Susan. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914 - 1940).* São Paulo: EDUSP, 1999, p.18.
[41] LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A Campanha da Produção*. São Luís, Associação Comercial do Maranhão, 2004, p.17.

social e padrões, inicialmente estes estabelecimentos foram voltados para as moradias, tendo em vista como elas refletiam as contradições sócio-econômicas de São Luís.

> Assim, num esforço para modificar esse quadro em que se defrontam na mesma praça sobradões e casas de palha, mesmo sem modificar as bases das desigualdades que ensejam a coexistência conflitante de tão diferentes códigos de posturas normatizando a ocupação do espaço urbano, com vistas a alcançar aquele fim.[42]

Os Códigos de Postura, datados de 1866, tentavam conter a presença e ações de pessoas mais pobres, e já que a cidade de São Luís estava mais visível, mais movimentada o discurso de modernidade ganhou espaço entre autoridades e elite. Acreditava-se na exigência de uma postura social "mais adequada" para a cidade que ora se estabelecia, sendo assim, a habitação, os cortiços, ambientes ocupados por mulheres e vagabundos com xingamentos e sujeira, faziam com que um novo padrão de sociabilidade fosse estabelecido no sentido de disciplinamento e obediência civil.

Nos jornais a cidade de São Luís também foi constante alvo da análises, principalmente no que diz respeito ao seu espaço físico.

> Só a nossa pobre S. Luiz se conserva no mesmo estado em que estivera há trinta annos atraz: sempre esse mesmo aspecto sombrio, sempre essa mesma construcção sem arte, sempre estas mesmas ruas tortuosas, estreitas e mal calçadas.[43]

A urbanização em São Luís se deu de uma forma não organizada, estruturalmente ainda eram inúmeras as reclamações em relação à cidade, contava-se com serviço de energia elétrica, bondinhos e construção de novas e mais amplas avenidas, no entanto alguns jornais destacavam que a oferta destes serviços era muito precária e atendia pequena parcela da população. "E´ por demais dolorozo registrarmos em nossas columnas factos que deveríamos elogial-os em vista da grande utilidade que teriam, se não fossem a espertesa e tratantada que os envolvem. A luz, por exemplo, um elemento de tanta necessidade."[44]

Uma forma de identificar as oportunidades do espaço público é perceber a dinâmica cultural e intelectual que se processava nas cidades, a acessibilidade e mobilidade educacional foi visada por diversas estruturas dessa sociedade.

---

[42] CORREIA, Maria da Glória Guimarães. *Nos fios da trama: quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho feminino em São Luís na virada do século XIX*. São Luís, Edufma, 2006, p.28
[43] BPBL. *A Campanha*, 13 de abril de 1903, nº 71, ano II.
[44] BPBL. *Gazeta do Povo*, 01 de maio de 1913, nº 5, ano I.

No Maranhão, uma forma de exemplificar certa flexibilidade na educação do estado estão contidas nos dados de freqüência da Biblioteca Pública Benedito Leite, eles apontam para o número de mulheres que visitavam este espaço leituras e realização de pesquisas, onde foi verificado, o crescimento do número de mulheres neste ambiente. Deve-se notar também a riqueza de diversidades de livros consultados pelas mulheres, demonstrando que não estavam interessadas apenas em romances e arte, mas também por uma literatura mais próxima dos homens, como geologia, física, aritmética, dentre outros.[45]

A propaganda em jornais maranhenses apresenta uma conotação bastante difusa acerca da mulher, pois as imagens mais recorrentes permeavam o binômio da recatada dona de casa e da popular mulher que freqüentava a rua. Abaixo apontamos dois exemplos de diferentes imagens de propagandas:

ILUSTRAÇÕES 3 e 4

FLIRT – lança perfume/Leite Condensado 'Moça'.

Fonte: O Tempo/O Jornal[46]

É possível identificarmos, sem maiores dificuldades, duas evidências sobre a atuação de mulher no espaço público, a primeira se refere a uma mulher que está

[45] BPBL. *Diário Oficial do Estado do Maranhão*, seção Relatório de Biblioteca Pública do Estado do Maranhão.
[46] BPBL. Flirt. *O Tempo* de 8 de fevereiro de 1931, Nº1, ANO I. Leite Condensado Moça. *O Jornal***,** de 22 de fevereiro de 1923.

aproveitando uma festa de Carnaval, acima do homem, trajando roupas sensuais, tendo a perna e busto à mostra. O produto anunciado é o lança perfume, algo voltado para o prazer e satisfação do Carnaval.

A segunda imagem aponta para uma outra forma de satisfação, a materna, tendo em vista que a moça segura uma criança como se fosse um troféu, erguendo sua saúde ao ter escolhido a alimentação correta, note-se a forma como está vestida, com mangas que vão à altura do pulso, busto coberto e um modelo que já não atendia às exigências da moda.

O problema do público era ter o oposto de mulher ideal, sendo que na cidade republicana a mulher ideal resultaria de uma combinação entre dois modelos femininos, mas consciente que:

> [...] quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho.[47]

O modelo da "amélia" nasce dessa mulher que desempenha dois papéis aparentemente opostos, mais complementares, onde um não permite que o outro assuma suas características ditas originais, compondo um quadro da mulher instruída e que, no entanto, só desempenharia uma profissão caso houvesse necessidade e desde que fosse condizente com a moral e lhe permitisse a continuação de suas ações tradicionais ainda tão requisitadas e caras ao lema de ordem e progresso.

Ligada à concepção de mudança na mentalidade da população e do sistema social vigente ocorreram influências que se direcionaram diretamente sobre a condição da mulher nesta sociedade em transformação. A urbanização era cada vez mais freqüente no Brasil, as cidades estavam crescendo sobremaneira e, juntamente com elas, as oportunidades de trabalho, o nascimento de várias fábricas (não representando trabalho garantido a todos os citadinos) aqueceu o crescimento urbano. Um outro fator de contribuição veio da própria economia cafeeira, há muito estabelecida no país, pois seu processo de escoamento pelos portos de algumas cidades estimulou o crescimento das mesmas, ampliando as necessidades de consumo desses núcleos [48] e requerendo novos cidadãos do meio urbano.

---

[47] RAGO, Margareth**.** *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.63.

[48] ARIAS NETO, José Miguel. *Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização.* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol.1, p. 220.

No caso do Maranhão o declínio da economia rural também foi o causador de crescimento da cidade, com o declínio da exportação de açúcar, o cultivo que ainda resistiu foi o da produção de algodão para atender as necessidades das fábricas têxteis das cidades como São Luís, Caxias e Codó. Em São Luís, também padrões de sociabilidade moderna foram requisitados aos citadinos.

> A urbanização, que atraiu as mulheres para fora das fronteiras do mundo privado, também exigiria delas os comportamentos morais que a sociedade burguesa esperava que desempenhassem, como o cuidado com a família, a educação dos filhos, o apoio ao marido, enfim, que acatasse o papel do anjo tutelar tão privilegiados nos romances da época.[49]

Assim, é possível identificar que a urbanização exerceu influência no que se refere à situação da mulher, como uma maior freqüência nos espaços fora do lar, gerando mulheres de classe média e elite mais expostas na sociedade, mas, não podemos definir o poder dessa influência e nem classificá-la em positiva ou negativa, mas alterações foram registradas e é nelas que vamos nos concentrar, com destaque para a realidade do Maranhão.

Historicamente a República e o positivismo têm se inspirado nas mulheres para caracterização de seus símbolos com expressões fortes do maternal, da segurança, solidez e proteção. A figura de Marianne demonstrava nos diversos símbolos pátrios, quadros e bustos o quanto era importante o controle sobre as mulheres. A elas caberiam alguns poderes, dentre eles o principal concentrava-se na ordem social via educação adequada, higiene e controle emocional.

> Na escala dos valores positivistas, em primeiro lugar vinha a humanidade, seguida pela pátria e pela família. A república era a forma ideal de organização da pátria. A mulher representava idealmente a humanidade. [...] O símbolo perfeito seria a virgem-mãe, por sugerir uma humanidade capaz de se reproduzir sem a interferência externa.[50]

Dentre os traços do positivismo aproximados com a figura feminina estava a concepção de humanidade, tendo em vista que o ato de dar a luz é exclusivamente feminino e que o contato das crianças se davam prioritariamente pelas mães, daí os valores de humanidade, pátria e família terem sido tão fortemente reforçados nos primeiros anos

---

[49] ALMEIDA, Jane Soares de. *Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?* Campinas: Universidade Metodista de São Paulo/Autores Associados, 2007, p.108.

[50] CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.81.

republicanos, mas não cabia a qualquer mulher o desempenho desta simbologia, não estando incluídas negras, índias, pobres, prostitutas, feministas.

A utilização desta imagética feminina na formulação do que seria a República também encontrou uma série de contrapontos em que a associação da mulher com setores não valorizados da sociedade gerou uma espécie de crítica ao regime. Carvalho afirma que ao contrário dos símbolos de castidade e pureza, foi muito abordado uma crítica de mulher da vida, prostituta ou mesmo uma mulher com seios tão grandes que representava uma vaca, alimentando republicanos com seu leite.

No geral, as mulheres atendiam aos interesses republicanos e positivistas sendo consideradas importantes para manutenção do lar, da ordem e da educação, ao mesmo tempo em que tornava-se distante desta 'nova ordem' quando era negada qualquer outra forma de participação na política e quando era limitada determinadas formas de acesso ao saber.

> Salientava a sensualidade, a beleza, a fragilidade da mulher. Era a mulher da sociedade urbana carioca, se não parisiense, tornada objeto de consumo. [...]. A mulher que os melhores pintores da época representavam não tinha lugar no mundo da política, não tinha lugar fora de casa, a não ser nos salões e nos teatros elegantes, ou nas butiques da rua do Ouvidor.[51]

A cidade e seu fascínio urbano foi caracterizado como um espaço em que o consumo definiria as relações sociais, a figura feminina, de certa forma, foi revista para melhor enquadramento neste espaço, sendo assim acabava por tornar-se também objeto de consumo, idealizada não apenas para o lar, mas também para espaços públicos diversos, desde que adequados e vigiados, alguns exemplos: salões, teatros, butiques, menos na política. Apesar de se utilizar da figura feminina na composição do quadro político nacional, a esta era vedada outras formas de participação. No entanto, havia um discurso de ampliação da cidadania uma vez que a Primeira República tornou-se base para estimular a formação da nacionalidade, onde havia uma percepção de que a cidadania plena estava longe de ser alcançada, porém era uma condição para a caracterização deste Estado como republicano.

A "cidadania" permitida às mulheres não contemplava os mesmos benefícios sociais dos homens e, pelo contrário, ressignificou as tradicionais ações femininas já

[51] CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., p. 95.

desenvolvidas na sociedade em fatores que lhes garantiria o privilégio da participação cidadã. Com ações sociais continuadas às do oitocentos, alguns autores consideram que a mulher sofreu o processo de nova modelagem para as mesmas condições de submissão.

Com o advento da República o discurso de universalização da prática cidadã se expandiu, ainda mais pela idéia de incorporação do povo à nação, já que divulgava-se o nascimento do país naquele contexto. Se para os homens a cidadania estava atrelada à vida política ativa, para as mulheres ainda representava a procriação e educação dos filhos, bem longe das urnas eleitorais e direitos políticos.[52]

A família brasileira também é outra característica que em fins do século XIX começou a ganhar novas conotações, a própria noção de higiene, proibição ao incesto e controle sobre casamentos de mulheres muitos mais jovens que seus maridos, demonstrando que novos modelos de constituição de casamento e família se formavam. A família nuclear nas cidades perdia as características de muito numerosa, pois parte dos agregados gradativamente deixavam de compor o cenário econômico do país. A própria condição de urbana proporcionava limitação nas tradicionais ações o casamento não passou a ser visto apenas pela obrigatoriedade das uniões vantajosas financeiramente, mas sobretudo pela escolha do amor.

Tais mudanças devem ser levadas em consideração de forma mais cuidadosa ao saber que nenhuma delas se deu da maneira brusca. A mulher ainda era considerada base principal da família, responsável por sua unidade. Assim, é possível destacar que:

> Idéias vindas dos principais centros europeus propunham diversas reformas sociais, entre elas, o casamento civil, a secularização dos cemitérios, a instrução feminina objetivando assim também educar os homens, a importância da maternidade e a crença no poder da educação.[53]

A educação feminina ainda teria que promover os objetivos semelhantes aos do passado, a diferença é que estava estruturada com novos discursos em novas bases. Desta forma ao retratar o processo educacional para as mulheres, em fins do século XIX, a autora Constância Duarte aponta para o fato que esta sociedade encontrava-se no limiar de uma política educacional abrangente, destacando, sobretudo as mulheres.

---

[52] Sobre esta questão ver: ROCHA, Marlos Bessa Mendes. *Matrizes da Modernidade Republicana:* cultura política e pensamento educacional no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004, p. 133-183, discute sobre voto feminino e esta questão também é estudada.

[53] ALMEIDA, Jane Soares de. Op. Cit., p.10.

> Aos poucos criava-se quase um consenso (perceptível nas opiniões veiculadas nos jornais) em torno da idéia de que uma sociedade não evolui se não cuidar também da educação feminina e se não habilitar a mulher para participar, junto com o homem, dos progressos da técnica e das ciências.[54]

A mãe do núcleo familiar moderno teria sob sua responsabilidade atribuições com a nação que hasteava na bandeira o lema *'Ordem e Progresso'*, pois a mesma almejava, com certa urgência, a formação de cidadãos (leia-se elite) amplamente capacitados para exercer cargos de dirigentes políticos. É por preocupações idênticas que os casamentos passaram a ter uma preocupação maior com os filhos, com a interferência constante de médicos e uma ordem social que delimitou as formas corretas de cuidar para que a criança tivesse uma infância sadia.

Algumas atenções também foram voltadas para as famílias mais pobres e sem instrução/educação suficientes para desenvolver uma criação adequada. No caso das famílias pobres ou menos afortunadas, os idealizadores do regime republicano solicitavam a capacitação para tornarem-se trabalhadores descentes, com preceitos morais e higiênicos, afugentando a tão miserável figura do pobre-livre-vagabundo, que, por vezes, atormentou as elites agrárias e administrativas do Brasil.

> No casamento idealmente concebido pela higiene o casal olhava o futuro e não o passado. Seu compromisso era com os filhos e não com os pais. A escolha do cônjuge estava manietada a esta proposição. O cuidado com a prole converteu-se, por esta via no grande paradigma da união conjugal.[55]

O casamento teria outras bases, meninas muito mais jovens deixaram de casar com homens muito mais velhos, pois isso refletiria sobre a prole, considerada o futuro da nação. A sociedade precisaria de pessoas que fizessem *jus* à situação social vigente onde cada estrato social exerceria suas funções adequadamente e, por sua vez, levariam o país à condição de nação moderna.

O discurso se enquadrava nos moldes de uma vida burguesa, baseada em novos padrões de vida e modo de pensar. Tais alterações se faziam não apenas no plano da política, mas também no cotidiano da população, envolvendo mudança de hábitos,

---

[54] DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta e a Educação Feminina do século XIX. In: LOBO, Yolanda; FARIA, Lia (orgS.). *Vozes femininas do Império e da República*. Rio de Janeiro: Quarteto/Faperj, 2008, p.108.

[55] COSTA, Jurandir Freire. Op. Cit., p. 219.

estruturação física das cidades, em especial, o Rio de Janeiro, maior preocupação com questões sanitárias, educacionais, etc.

Afora um novo padrão de vida que tentava se disseminar por entre a elite brasileira, a política e a economia passavam por um período de transição, mesmo porque a urbanização se deu de forma híbrida ao redor do Brasil, negros libertos (e a contradição do sistema que manteve muitos em condições semelhantes ao período pré-abolição), criação de fábricas têxteis, dentre vários outros aspectos que marcaram este período. No Maranhão, a economia foi caracterizada pelo crescimento do cenário urbano, com a aceleração e investimento no setor têxtil, mas também vivenciava um momento de crise econômica em virtude da abolição, pois "a extinção definitiva do trabalho escravo ocasionou dificuldades à situação econômica da Província, fazendo com que muitos engenhos e fazendas de algodão encerrassem suas atividades"[56]

O começo da República foi marcada pelo otimismo pedagógico, as elites acreditavam que o sistema educacional poderia propor mudanças mais significativas no quadro social. Duas expressões se acentuaram bastante neste começo de século XX, *entusiasmo na educação* e *otimismo pedagógico,* significando a ofegante expectativa que se tinha de um processo educacional capaz de levar o Brasil à condição de nação civilizada, aos moldes europeus, em especial, a França.

Todo esse entusiasmo pode ser caracterizado pela distinção que o próprio sistema de ensino operacionalizava, dividindo elite e povo em categorias ligadas à instrução que era destinada, mais completa ou mais elementar. O objetivo não era estabelecer uma paridade por meio da educação, mas deliberar elementos de diferenciação, aos mais abastados, o ensino superior que começava a se organizar, aos mais pobres uma educação de ler e escrever atenderia aos ideais propostos.

Despontou, desta forma, diversas modificações referentes à instrução e o regime escolar, leis educacionais foram implementadas para modernizar a educação e atender aos interesses da nação. Assim, ampliações para a instrução foram um meio de estabelecer mudanças.

Com as exigências da nação mais moderna, os pobres deveriam ser ensinados também a serem bons cidadãos contribuindo para o crescimento "sadio" da mesma,

---

[56] SALDANHA, Lilian Leda. *A instrução pública maranhense na primeira década republicana* (1889-1899). Imperatriz: Ética, 2008, p.31.

exercendo suas funções sociais. Alguns estados receberam escolas profissionalizantes de trabalhos manuais direcionados aos meninos menos afortunados.

> Neste sentido, os efeitos do entusiasmo da educação e otimismo pedagógico estavam limitados pela conservação dos padrões tradicionais de ensino e cultura da escola secundária, bem como pela posição desta última no sistema escolar em vigor; era através desta instituição que se mantinha a separação entre 'elite' e 'povo'. [57]

A educação oferecida neste período estava servindo de instrumento para manutenção dos papéis e seu reforço de forma mais acentuada, estabelecidos por classes ou gênero. Que critérios essa sociedade exigiria da mulher, esposa e mãe considerada apta às exigências da sociedade republicana? Ainda que o reforço dos mesmos objetivos definidos no Império, a mulher republicana ganhou algum reforço no que tange a sua imagem, uma roupagem nova para discursos antigos embalaram algumas concepções acerca de ser mulher e exercer um papel na sociedade. É possível também identificar isso por meio das imagens veiculadas nos jornais de São Luís à época, pois em mais de uma situação tem-se a ambigüidade sobre a figura feminina.

As imagens representadas a seguir contêm duas formas de expressividade: uma em que há uma forma de ensinamento e propagação de valores, isto é, aquele que prima pela permanência, indicada pela mulher mais velha em posição de superioridade e sabedoria em relação à moça, o próprio dedo indicador apontado para a mulher jovem demonstra algum ensinamento ditado. A imagem posterior veicula uma possível e sensível 'ruptura' de tais valores tradicionais, pois apresenta ênfase no plano da imagem da mulher sobre o homem, quando esta se posiciona à sua frente.

---

[57] NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.155.

ILUSTRAÇÃO 5

A voz da experiência

Fonte: O Jornal[58]

As mulheres representadas apontam tanto para a propagação de valores através de gerações, intitulada de "a voz da experiência", onde a moça que ouve a senhora está em posição de recato, aceitação e mesmo satisfação dos ensinamentos repassados. Uma realidade bem diferente da apresentada abaixo, onde tem-se uma mulher aparentemente menos submissa.

ILUSTRAÇÃO 6

Fonte: A Rua[59]

[58] BPBL. A voz da experiência. *O Jornal*, de 01 de março de 1923.

Na segunda imagem tem-se a mulher em primeiro plano, em posição ativa na figura, aparentemente falando ao homem que permanece de cabeça baixa com feição entristecida e como ficou em segundo plano está aparentemente menor. Nesta ilustração há uma apresentação de que as relações de gênero são desiguais, mesmo que neste momento seja a mulher que encontre-se em posição privilegiada.

A partir destes perfis tendo como marco a diferença baseada nas permanências e mudanças, esta sociedade elaborava a mulher considerada ideal para o período de transição. Ela deveria equilibrar bem estas duas posturas, atendendo as novas demandas públicas, porém também estando apta a desenvolver sua ainda verdadeira missão, nascendo dessa forma um ressignificado perfil para as mães.

> A 'nova mãe' passa a desempenhar um papel fundamental no nascimento da família nuclear moderna. Vigilante, atenta, soberana no seu espaço de atuação, ela se torna a responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar, num momento em que cresce a obsessão contra os micróbios, a poeira. [...] o discurso médico concede-lhe uma autoridade na esfera doméstica.[60]

A divisão de papéis entre os sexos era considerada importante uma vez que a dupla função exercida pela mulher fornecia as bases para sociedade brasileira onde cabia ao feminino o cuidado com o lar, desde em seu aspecto espiritual, moral, até sua condição higiênica, em relação à moradia, alimentação, roupas. A estruturação do lar e criação dos filhos[61] eram atributos femininos considerados como uma missão, nessa *nobre* missão incluía a implantação da fé, do amor e da religião cristã. Assim, era nutrida a concepção de que a mulher tinha um importante papel a desempenhar na sociedade, esse se daria por meio de sua casa e sua influência com a educação de seus filhos.

Vale ressaltar como, na sociedade do início do século XX, existiam constantes formas de reforço de uma imagem sobre as mulheres, a maioria destas imagens estavam inseridas num plano da visão que contribuía para mantê-las sob o julgo da castidade, honestidade, bondade, candura, inocência. E, a partir destas imagens, os apelos para ações de caridade às mulheres da elite maranhense também se faziam de forma numerosa.

---

[59] BPBL. *A Rua*, de 11 de fevereiro de 1915, nº 13, ano I.

[60] RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Brasil 1890 – 1930. Paz e Terra, 1997, p.80.

[61] As crianças eram consideradas o futuro da nação, vários discursos eram construídos em torno dessa noção, muitas delas para reforçar a instrução oferecida. As diferenciações de classe ficavam explícitas nas propostas diferenciadas: se pertencente às classes menos favorecidas a criança deve oferecer sua mão de obra para o desenvolvimento do país, se da elite, a criança estaria destinada a uma instrução mais completa, pois a liderança política, administrativa e econômica lhes seria reservadas.

A beleza feminina era também alvo de diversos escritos, poéticos ou descritivos, mas as características do belo estavam associadas aos valores requisitados para uma vida pública em sociedade. Dessa forma, eram bem definidas as características femininas e masculinas para o interesse social no contexto da Primeira República, no jornal O Martello é possível exemplificarmos um pouco dos principais ideais divulgados nos periódicos de São Luís:

> Acerca mulher e seus requisitos aponta:
> Estro que o homem traz a realidade,
> Tão puro qual as pétalas de uma flor...
> Feita de beleza, de harmonia e amor,
> Vinda dos cosmos p´r´a realidade...
> Trazes para o infeliz, felicidade,
> E alentas o bohemio luctador;
> Dando-lhe calma, e tornando-o sonhador,
> Para luctar contra adversidade!
> Tenra qual o cântico de uma ave ao voar,
> Sublime como a creança a sonhar;
> E e´s da humanidade um supremo mister.
> E para se fallar sempre a verdade,
> Diga-se que toda humanidade,
> Depende só de um ponto, que é - a mulher.[62]

Como é possível identificar no trecho acima, requisitos e associações das mulheres com beleza, harmonia, amor, felicidade e outras características que propagam uma ação feminina de auxiliar o homem na sua realidade, transformando-o em sonhador e sendo um alento em meio à dura realidade e às adversidades da vida. Bem diferente se faz uma propagação da imagem masculina, divulgada no mesmo jornal:

> Se quiseres ser bom, ser feliz, ser ditoso,
> Se quiseres na vida essa fama gosar:
> Homem! – Finge-te ser, sendo sempre orgulhoso,
> sem ligar neste mundo e sem nisto ligar [...]
> Não tenhas para alguem, a mínima piedade,
> Deixa que viva assim no extertor da ansiedade:
> - Sem lágrimas de dor, emfim, sem compaixão...[63]

No caso do homem, as recomendações, para uma vida pública de respeito, eram de manter o orgulho, não ter piedade, não exprimir compaixão, isto é, desenvolver características de insensibilidade para alcançar a "bondade" e felicidade citada no início da abordagem aos homens. Constantes também eram escritos sobre a maternidade, em que o

---

[62] BPBL. MINDELLO, José. A Mulher. *O Martello*, de 01 de agosto de 1914, nº 38, ano IV.
[63] BPBL. NOGUEIRA, Cláudio. Homem. *O Martello*, de 01 de julho de 1913, nº 25, ano III.

papel social da mãe era exaltado e esta era divulgada como uma válvula de escape em meio ao mundo imerso na tribulação e conflitos. Alguns poemas publicados nos jornais de São Luís exemplificam esta questão, inclusive com as tradicionais comparações com a mãe bíblica de Jesus: "Tu, para mim, ó doce olhar materno, E´s qual olhar da mãe do Omnipotente, Que me guia nos transes deste inferno!"[64]

Assim, no sentido de promover caracterizações a homens e mulheres os meios de comunicação foram os principais veículos, confirmando modelos masculinos e femininos, muito embora estes perfis nem sempre pudessem ser corporificados na sociedade.

A sociedade brasileira, deste período, pautava-se na concepção de que à mulher cabia o cumprimento dos papéis de esposa, mãe e filha, que devia destinar-se ao espaço do lar, tendo como principal local de sociabilidade a igreja, permanência pensamento do século XIX, difundindo alguns ideais e valores para a educação das mulheres.

> Disciplina de comportamentos, controle das emoções, ética e moral, capacidade de diferenciar o bem do mal. Enfim, que concorresse para o bem estar familiar e social, afastando os males sociais como a falta de instrução e projetando a sociedade que se queria. [65]

O projeto de transformação social do período republicano deveria contar com a participação das mulheres, pois estas eram as primeiras educadoras de seus filhos e primavam não apenas pelo cognitivo, mas também pelo moral e valores sociais aceitos e estabelecidos. O positivismo analisava a educação com base nas diferenças sociais, algumas dessas diferenciações notadas na instrução positivista são descritas abaixo por meio das inteligências masculina e feminina:

> Homem e mulher são concebidos como seres, não apenas biologicamente, mas também mental e socialmente complementares. A uma superioridade afetiva da mulher corresponde uma superioridade de caráter do homem; à inteligência analítica do homem corresponde a inteligência sintética da mulher.[66]

A educação era vista como um pré-requisito para o bem estar nacional, uma vez que a partir dela surgiria o desejado progresso econômico e social de grande relevância no

---

[64] BPBL. GUEDES, Clemente. Olhar de Mãe. *Revista Maranhense*, 12 de março de 1916, nº 1, ano I.
[65] ALVES, Gisele; MATOS, Maria Izilda Santos de. "A nova mulher" educando as futuras mães. São Paulo 1850 - 1900. In: *Caderno Espaço Feminino,* 2006, v.15, n° 18, p. 180
[66] SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Op. Cit., p.209.

discurso republicano[67]. A mulher ganhou notoriedade em meio à sociedade, pois recaiu sobre ela a responsabilidade de manter a família, operacionalizando uma boa educação aos seus filhos. [68] Apesar de respaldados pelo ideal republicano, os objetivos da estrutura educacional permaneceram praticamente inalterados, ou seja, tinham a proposta de preparar a mulher para exercício da sua missão maior, a de ser mãe, esposa e dona de casa.

A educação feminina foi entendida com cautela pelos contemporâneos e, algumas vezes, divulgavam que a mulher adquiriria um aspecto 'masculinizante' por meio do estudo excessivo e perderia a sua 'essência' e função, pois, por intermédio da instrução, poderia ocupar cargos dantes preenchidos apenas por homens.

A própria discussão do direito ao voto feminino (que já era possível perceber desde o século XIX) mostrava o leque de possibilidades que a instrução poderia abrir às mulheres, e isto era visto como perigoso por parte dos homens, pois representava ameaça ao próprio lar como ameaçado pela possível saída de mulher e interesse em questões não privilegiando o bem estar da família e filhos. Esse incômodo era refletido nos jornais.

> Alguém dirá, que desse dia em diante se esfalecerá o lar que até então era o paraíso das flores; pois a mulher poderá discernir dos ideais do marido, e sairá pelas ruas pedindo votos para o seu partido e contra o partido de seu esposo. Assim o resultado será discussões diárias, e má viver entre os dois, porque não se entenderão. Não duvido que isso aconteça. [69]

Por mais que se pensasse a educação com nível escolar formal mais elevado como algo que promovesse a destruição da figura feminina, família e, consequentemente, da sociedade, a educação voltada para as mulheres era estimulada e funcionava como mecanismo reforçador dos tradicionais papéis femininos, como uma concepção fruto do século XIX e estendida à mentalidade dos primeiros anos do século seguinte. E, dessa forma, a educação servia de articulação para que a mulher soubesse seu papel na estruturação da família e na sociedade.

---

[67] Sobre a questão do discurso republicano, ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da republica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Este autor aborda a alegoria feminina como um dos novos símbolos da República, tanto na França, quanto no Brasil, em que a figura feminina despontava como uma representante da mulher virgem-mãe, carregada de valorização da família e altruísmo.

[68] BESSE, Susan. Op. Cit., p. 123.

[69] BPBL. *Revista Maranhense*, de 23 de novembro de 1916.

É a partir de análises como esta de gênero e educação no Maranhão republicano, que se pode estabelecer uma ligação com os movimentos historiográficos surgidos ao longo do século XX e que contribuíram para a produção de uma história que se firmasse em análises para além da reprodução de fatos e do estabelecimento de uma visão homogênea sobre o Brasil, sobre as classes sociais, sobre os sexos, dentre outros. Emerge assim, a importância da discussão levantada pelo feminismo ao propor o rompimento com a lógica de um sujeito universal (masculino) visto enquanto apto às interpretações históricas.

É então que as novas reflexões sobre os entrelaces entre gênero e história, puderam contribuir para o aparecimento de interessantes matizes, dentre elas a probabilidade de perceber o período inicial da republica brasileira como um momento não apenas estabelecido pela política, mas que representou também modificações sociais para as mulheres em diversas áreas.

No entremeio dessas áreas de mudanças para as mulheres, destacou-se a educação, alvo de modificações significativas, em especial para o sexo feminino, que inclusive conquistaram maior acessibilidade em espaços públicos e instituições escolares. Novas percepções acerca das relações entre homens e mulheres no meio social desenvolveram-se e foram possibilitadas para este contexto.

No século XIX cristalizou-se a imagem da mulher como rainha do lar, que trazia para si toda responsabilidade com as atividades do seu "reino", como o cuidado dos filhos, a alimentação, a higiene, a implantação de valores morais no seio do lar, a unidade doméstica de uma maneira geral. O novo século lançou algumas exigências sobre as mulheres, como a sabedoria para atrair o marido, educar melhor os filhos, sendo uma esposa amável e, sobretudo, silenciosa. Essas imagens e ideais foram importantes na formação das perspectivas sobre as mulheres no início do século XX.

A educação era a grande reforçadora desses ideais, contribuindo para que a mulher soubesse seu papel na estruturação da família. A educação formal, até então menos exigente intelectualmente para a mulher, teve seus campos de estudo alargados. Ao lado da manutenção das disciplinas femininas como as "Ciências Domésticas", "Prendas Domesticas", "Corte e Costura" dentre outras, em detrimento da co-educação, pois esta permitia o compartilhamento entre meninos e meninas do mesmo espaço educacional e

praticamente das mesmas disciplinas, tais como: química, geografia, aritmética, dentre outras.

A condição social feminina no período republicano se deu em duas concepções aparentemente contraditórias: a continuada e a modificada. Continuada porque o ideal da educação oitocentista permanecia, as antigas atribuições ainda eram requisitadas e ministradas nas aulas publicas ou particulares, e modificada porque um conjunto de transformações cooperou para alterar este contexto.

> as imagens das moças independentes que trabalhavam fora e das melindrosas sensuais simbolizavam a mudança nas relações sociais. Fascinante ainda que assustadora, a 'moça moderna' foi, ao mesmo tempo, exibida com orgulho, como demonstração do progresso nacional, e denunciada como ameaça à tradição nacional.[70]

Assim, situações que apresentavam a ambigüidade de relações entre o recato do mundo privado e a diversidade do mundo público o que cooperou na formação de figuras das 'moças modernas', como destaca Besse, e por mais permissiva que fossem suas situações de independência, trabalho e educação acabavam por representar uma ameaça ao consenso social de mulher, podendo atingir negativamente, portanto, a família e outros valores sociais tão importantes para permanências.

Alguns casos relatados nos jornais maranhenses apresentam um pouco desta situação dúbia da mulher, por exemplo, ao falar sobre honestidade feminina o jornal Paladium descreve que a virgindade não deveria ser vigiada e, a defloração não deveria ser punida somente até os 18 anos, mas sempre, até o momento do casamento.

> O Código Civil considera a castidade como a mais alta virtude feminina. Em torno da castidade, como de um eixo, gira toda a aparente, toda a sophistica protecção á mulher. [...] até os dezoito annos, a lei protege-lhe a virtude. Daquelle edade em deante, a castidade da mulher, da qual a lei faz depender quase todos os seus direitos não lhe merece senão desdém.

Isto é mais uma demonstração de que a extensão de controle sobre a mulher deveria ampliar-se para uma idade mais avançada, a sociedade masculina tinha ainda a necessidade de vigiar, cercar e punir ações consideradas contrárias ao ideal de pureza e castidade feminina.

---

[70] BESSE, Susan. OP. Cit. p.37.

Fala-se de poderes femininos conquistados de forma lenta e gradual retratando que o espaço público tornou-se mais próximo, e situações até então apenas prestadas ao sexo masculino começaram a serem utilizadas por mulheres também. Falamos em poder feminino porque este se dava de forma adquirida, conquistada sutil ou assumidamente, e pode-se afirmar que a instrução e educação destas mulheres foi demarcada pela conquista, não uma concessão, mas a aproximação entre necessidades da vida em sociedade e interesses femininos de aproveitar destas situações, ao contrário do que já acontecia com os homens que tinham seus direitos à cidadania e vida pública, definidos pela legitimidade de sua autoridade plena social.

Desta forma, é interessante notar quão importante foram as "mudanças socioeconômicas, o processo de urbanização e industrialização coincidiram com as reivindicações do feminismo que eclodiu na virada do século, desencadeando a necessidade de grandes transformações no plano educacional"[71]E, a partir deste quadro geral pode-se identificar com maior propriedade características da educação no Maranhão e Brasil, com destaque para a feminina.

[71] AZEVEDO, Helena Selma. Professoras e Escritoras: a possibilidade de profissionalização das mulheres cearenses de classe média no final do século XIX e início do século XX. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. *Feminismo, Ciência e Tecnologia.* Salvador, REDOR/NEIM/UFBA, 2002, p.299.

CAPÍTULO II

A EDUCAÇÃO PÚBLICA MARANHENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

> Cabia à escola preparar o cidadão para o bom desempenho de sua função social, fazendo dele um indivíduo harmonicamente adaptado á ordem vigente.[72]

O período republicano no Brasil acarretou alguns pontos diferenciais em relação ao Império nos aspectos sociais, econômicos, culturais e educacionais. Tais modificações não se estabeleceram de maneira abrupta, pois algumas novas características foram implementadas no momento de transição pelo qual o Brasil atravessava.

> Em todo o país, o ideal liberal-democrático republicano fez surgir novas bandeiras de lutas e entre elas estava a de expandir o ensino. O tema da educação popular passou a freqüentar mais assiduamente o discurso político e a educação a ser proclamada remédio para todos os males que afligiam a nação.[73]

Um dos aspectos que provocou reações sociais e ganhou espaço em falas e mensagens de autoridades brasileiras foi a instrução, tanto no caráter filosófico quanto no legal. Para entender o aspecto educacional deve-se levar em consideração a sociedade, seus agentes e os valores apreendidos como uma alternativa mais sólida para analisar as alterações do âmbito educacional.

> A clarinada liberal precisava ser combinada com duas ordens de ocorrências. De um lado, com a passagem do sistema agrário-comercial para o sistema urbano industrial, que se vai processando no tempo; de outro lado, rompem-se os alicerces da sociedade estamental e se estruturam as bases de uma sociedade de classes. [74]

---

[72] SALDANHA, Lilian Leda. *A instrução pública maranhense na primeira década republicana (1889-1899).* Imperatriz: Ética, 2008, p.107.
[73] SALDANHA, Lilian Leda. Op. Cit., p.16.
[74] NAGLE, Jorge. Op. Cit., p.132.

A primeira compreensão que pode ser destacada neste momento de *passagem* do Brasil, como se refere Jorge Nagle[75], sendo que muito do articulado para a educação republicana ser fruto da concepção moderna de país em vias de urbanização e industrialização. Pelo estabelecimento de *dois brasis*, um que ainda vivia sob as diretrizes da sociedade agro-exportadora, produzindo café (No caso do Maranhão, com a produção de arroz, babaçu, algodão) e mão de obra de maioria estrangeira. E, outro, cada vez mais urbano e industrial, com destaque para a têxtil, trabalhos em escritório é que se formava um período de transição econômica e política, é que a educação ganhava novos contornos, diferenciando-se em certa medida do sistema de ensino do Império, pois com mudanças sociais mais aguçadas, as instituições também ganhavam novos contornos. O *novo* representado na república deve ser entendido com certa cautela, pois:

> o nascimento e a expansão das cidades geraram um lugar marcado pela 'desordem', para o que houve uma resposta do poder social, do Estado, no intuito da elaboração de um discurso e uma ação de urbanização e higienização nas cidades, sendo que a escola teria um papel importante nesse processo.[76]

Esta ordem social transmitia exigências para os moradores das cidades, e caberia ao Estado a implementação de maneiras de organização social, com a influência do positivismo e da política higienista o Estado utilizaria a escola como elemento regulador do social.

Foi em meio ao processo de urbanização e das diferenciações que predominância neste espaço implicava a escolarização primária alcançava número mais vasto de pessoas, inclusive as mais pobres, visando a extensão da noção de cidadania e nacionalismo, preparação para um mercado de trabalho urbano mais exigente e, também, a organização da cidade, através de uma ordem que atingiu a população de formas diferenciadas, como uma escola que atendia às necessidades referentes à condição social do educando.

Ao lado da extensão das características educacionais do Império estão também as modificações advindas com a República, pois vários aspectos educacionais foram discutidos nos primeiros anos e dentre eles podemos destacar uma maior visibilidade do processo educacional, estabelecimento de leis, decretos e regulamentos e a implantação de

---

[75] NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

[76] GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da Educação, Instituições e Cultura Escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: INÁCIO FILHO, Geraldo; GATTI JÚNIOR, Décio (orgs.). *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produções e novas investigações*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 82.

uma educação sobre a lógica universal, gratuita e com 'dinâmica própria' como afirma Beatriz Andrade ao perceber as principais políticas educacionais destinadas para setor público no Estado do Maranhão, inclusive com análise das medidas tomadas.

Por mais que algumas concepções se considerem adversas, a maioria dos teóricos reconhece que foi elaborado um projeto de escola para uma população urbana, incluindo a grande maioria afastada do processo educacional, interesses políticos e econômicos maiores garantiram que o modelo educacional ganhasse novos moldes de 'inclusão' para determinados fins.

A instrução pública primária do meio urbano, em geral, destinada às pessoas mais pobres, desenvolveria mais atividades profissionais/manuais, direcionando os jovens para áreas profissionalizantes, para o desenvolvimento de trabalhadores braçais, até mesmo para poder atender a demanda urbana. Por sua vez o mesmo cuidado não se repetiria com jovens de classe média e alta, pois a estes estavam destinadas as atividades intelectuais, mais valorizadas socialmente e como consequência os cursos superiores de bacharelado.

O governo republicano dispensou atenção ao ensino público, mas alguns autores apresentam concepções diferenciadas, acompanhando ações do Império que não permaneceram na República.

> Embora a linha geral dos debates do final do Império apontasse para a direção da construção de um sistema nacional de ensino, colocando-se a instrução pública como destaque para a instrução primária, sob a égide do governo central, o regime republicano não corroborou esta expectativa.[77]

Na República brasileira a educação permaneceu descentralizada, no sentido de distribuição das responsabilidades governamentais. O governo republicano não assumiu a educação como uma responsabilidade do governo central, cabendo, portanto, a responsabilidade aos governos estaduais, que assumiram parte dessa responsabilidade. Alguns autores consideram que não ocorreram mudanças significativas na educação no Brasil pós Proclamação da República, desta forma, teria uma continuidade de um sistema deficiente de ensino.

> Assim, quando se proclama a República, o Maranhão apresenta, relativamente à instrução pública, o mesmo aspecto desolador que as demais províncias do Brasil, agravado ainda pelas lutas políticas e competições suscitadas pela mudança do regime. [...] com a

[77] SAVIANI, Demerval. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil.* Campinas: Autores Associados, 2008, p.170.

> universalização de alguns ideais educativos como o direito de todos à Educação, a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar, o sistema educacional adquire uma dinâmica própria que o torna mais aberto às influências externas.[78]

O 'aspecto desolador' a que se refere a autora, diz respeito a questões de condições na manutenção de escolas, condições de trabalho para professores/as e permanência de alunos mais carentes.

> É preciso considerar que a nova escola foi pensada para uma vida circunscrita ao ambiente urbano e é destinada a todas as crianças, inclusive às das camadas populares. A escola nova se fez correlativamente às definições de novos poderes e de uma nova forma de coação a que as pessoas estariam expostas. [79]

Deter maior controle sobre a educação destinada às camadas populares era ampliar o grau de influência sobre essa população, algo requerido pelo governo republicano. A partir das características do Brasil da Primeira República o processo educacional brasileiro foi reservando atenção nas questões de reformas e leis implementadas, demonstrando como o debate circundava o meio governamental naquele momento.

As principais reformas republicanas atingiram diversos aspectos educacionais, porém a maioria serviu como *letra morta*, pois foram mantidas no papel, levando efetivamente a população poucos benefícios.

> O governo federal, por sua vez, atuou no campo educacional através de medidas dispersas durante a 'Primeira República', consubstanciadas em legislação de caráter pontual. No campo legislativo, o governo republicano iniciou seus dias com a Reforma Benjamin Constant (1891), [...] e tentou a substituição do currículo acadêmico de cunho humanístico por um currículo de caráter enciclopédico [...]. Tal reforma reorganizou o ensino secundário, primário e a Escola Normal.[80]

Essa característica de ensino de conteúdo de cunho humanístico é uma herança da educação implementada pelos jesuítas com influência de São Tomás de Aquino, onde a essência universal e imutável é destaque. Já a concepção influenciada por Benjamin

---

[78] ANDRADE, Beatriz Martins de. *O discurso educacional do Maranhão na Primeira República.* São Luís: UFMA/Secretaria de Educação, 1984, p.29.
[79] ROSSI, Ednéia Regina. Espaços autônomos e modernos de educar: a instituição de ensino elementar no início da república e a produção de uma cultura escolar. In: MACHADO, Maria Cristina Gomes; OLIVEIRA, Terezinha (org). *Educação na História.* São Luís: Editora da UEMA, 2008, p. 148.
[80] GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Op. Cit., p.35.

Constant desligava-se da essência divina e firmada na natureza humana, racional, promovendo uma escola pública, laica, gratuita e universal.

No Maranhão, após o estabelecimento do regime republicano, estabelecidos também regulamentos e reformas para organização do sistema de ensino que, até pouco tempo, era centralizado no governo nacional. Em 1890, por decreto, o governo de José Thomaz da Porciúncula, visava organizar a educação dividindo-a em primário, secundário e técnico. "Esse decreto, além de proibir o castigo corporal nas Escolas, mantinha o Liceu com a introdução de algumas reformas em sua organização, cria a Escola Normal, um Conselho Superior de Instrução Pública e um Instituto Técnico."[81] Essa mudança organizacional no Maranhão seguia uma linha nacional, pois mesmo que o sistema estivesse descentralizado havia algumas diretrizes nacionais norteadoras para os projetos educacionais, tendo em vista que para a pretensa urbanização e industrialização requerida no país por meio dos discursos de autoridades, a educação primária e profissional massificada era uma necessidade.

Todavia o período estudado diferenciou-se do anterior por meio da atenção que a educação adquiriu, esta análise deve ser realizada com cuidado, pois a euforia diante das reformas educacionais teve limites bem delineados. É como afirma Francisco Filho:

> com a proclamação da República em 1889 não houve grandes mudanças na estrutura do ensino primário e secundário, na prática. O ensino superior continuou recebendo os principais cuidados, formando a elite e as demais lideranças do país.[82]

Assim, as bases educacionais continuaram perseguindo os mesmos objetivos e a configuração educacional ganhou delineações com as devidas adaptações que o período republicano exigia em seu contexto, no entanto as modificações educacionais ocorreram como brechas para as amplas discussões propagadas, posteriormente, no século XX.

Uma das características conferidas ao regime republicano que deu maior visibilidade à educação foi a implementação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, sendo que esta instituição foi responsável pelo estabelecimento de novas concepções em ensinar, organizando várias Conferências Nacionais de Educação e divulgando, dentre outras medidas, a situação dos estados brasileiros em seus relatórios, buscando introduzir os pressupostos teóricos da Escola Nova, na perspectiva de mudança

---

[81] ANDRADE, Beatriz Martins de. Op. Cit. p.30.
[82] FRANCISCO FILHO, Geraldo. *A educação brasileira no contexto histórico*. São Paulo: Alínea, 2001, p.71.

do processo didático da aulas, onde sua proposta pautava-se no aluno como centro da aprendizagem, respeitando as características individuais e apoiando o docente enquanto agente facilitador. Posteriormente esta associação estabeleceu as bases do "Plano Nacional de Educação" e de diretrizes nacionais para o ensino popular.

Mesmo tendo um processo educacional que reproduzia o do sistema social vigente e elitista[83], uma das características da instrução foi o movimento conhecido como *otimismo pedagógico*, que implicava nas relações adquiridas pela sociedade com a educação, inclusive valorizando-a quanto aos ideais pedagógicos em relação a metodologia e didática, assim o "entusiasmo e otimismo, [foram] a forma mais acabada em que se procura[va] responder aos desafios propostos pelas transformações que ocorrem a partir do segundo decênio do século XX"[84].

As transformações do meio social refletiram em situações do meio educacional, não apenas pelas leis, mas a partir da conjuntura dos finais do século XIX, com o direcionamento de uma educação que atendesse os fins considerados adequados para o período.

> Durante a 'Primeira República', tivemos dois grandes movimentos de idéias a respeito da necessidade de abertura a aperfeiçoamento de escolas: aqueles movimentos que chamamos de o 'entusiasmo pela educação' e o 'otimismo pedagógico'. O primeiro movimento solicitava abertura de escolas. O segundo se preocupava com os métodos e conteúdos de ensino. Tais movimentos e alternaram durante a 'Primeira República' e em alguns momentos se complementaram.[85]

Como analisado por Paulo Ghiraldelli, as duas perspectivas educacionais de *entusiasmo pela educação* e *otimismo pedagógico*, difundidas no Brasil, tinham objetivos e aproximação e divergência, entretanto, esses dois posicionamentos lançavam uma preocupação com a acessibilidade de um número cada vez mais expressivo de alunos, isto é, a implementação de escolas que atendessem a demanda requerida no Brasil.

O movimento conhecido como *entusiasmo pela educação*, dedicava-se à divulgação da importância da educação pelo país, a necessidade de incluir a demanda

---

[83] Sobre este tema ver: BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução...* Estes autores destacam como o sistema educacional em diversas perspectivas promove apenas a reprodução de um sistema social mais elaborado, em nome de uma classe que o legitima, assim a ação pedagógica e o trabalho pedagógico são reproduzidos nas estruturas das relações de força entre os grupos dominados e a pretensa legitimidade do grupo dominante.
[84] NAGLE, Jorge. Op. Cit., p.134.
[85] GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Op. Cit., p. 32.

populacional no processo educacional, porém havia algumas restrições sociais a ampliação da educação às classes onde exerceria o papel social que lhe caberia, isto se refletiu na busca por oferta de maior números de escolas, cadeiras, condições de permanência das crianças em todo o período letivo. No Maranhão este entusiasmo se refletiu na expansão das escolas urbanas e estabelecimento de equiparações, padrões de qualidade, necessidade na formação de professores afim de um melhor desenvolvimento da educação no estado.

> Legítimo representar do fenômeno caracterizado como entusiasmo pela educação, que tomou conta do Brasil, sobretudo, durante a segunda década do século XX, Godofredo Viana cuida em promover a difusão do ensino por todo Estado. [...] Cria escolas urbanas e rurais e, numa tentativa de suprir a grande demanda de matrículas na capital para a Escola Modelo Benedito Leite, equipara a esta os cursos primários de alguns estabelecimentos, como os da Escola Normal Primária, os da Escola São Luiz Gonzaga, os do Colégio Santa Teresa, Instituto Fernandes e Educandário Maria Auxiliadora.[86]

Um elemento de mudança na educação em seu cunho nacional diz respeito a alteração da educação *palaciana* e *literária* que se mantinha no Brasil, até então inatingível a maior parte da população. A República propunha uma educação mais prática para a maioria que tivesse condições de acesso a essa educação, então algumas medidas foram tomadas para a implementação das escolas, conhecidas como profissionalizantes, tendo em vista a estrutura de vida urbana que se implementava no Brasil àquela época e das indústrias que nasciam nas diversas cidades brasileiras. Medidas como estas também podem ser analisadas pela perspectiva de cidadania que se implantava no país, ser cidadão era contribuir para o crescimento da nação, desenvolvendo valores morais e desenvolvimento da economia, do bem estar social e do estabelecimento de papéis delimitados seja pelo sexo, idade, condição econômica e de instrução.

A educação aos mais pobres era justificada pela contribuição que estes poderiam oferecer na *formação* do país. O sistema educacional visava preparar a mão de obra apta ao trabalho nas fábricas e instrumentalizar os pobres com uma educação elementar, condição para atribuição de todos os segmentos na modelagem do país.

A instrução geral da população dividia a sociedade em seus posicionamentos por meio da noção de trabalho, organizando as pessoas que trabalhariam e as que pensariam, estas por sua vez era uma minoria, pois o ensino superior, ainda incipiente no país, era exclusividade de um grupo a quem a direção política do país se submeteria. De forma

---

[86] ANDRADE, Beatriz Martins de. Op. Cit., p.37.

menos hierarquizada a escola das primeiras letras cresceu numericamente, mas comparada ao contingente populacional da época ainda eram suficiente. Abaixo, a exposição da noção de escola associada às atividades práticas e não apenas intelectuais.

> É corrente hoje que a missão da Escola é preparar para a vida. Assim, ao lado das noções theoricas, que o alumno desenvolverá depois nas profissões intellectuaes a que o arraste a vocação, deverá elle adquirir alli as bases práticas, que mais tarde ampliará na officina que for a fonte de subsistencia. [...] a escola, nosso ver, deve ser a officina-escola.[87]

A *oficina-escola* proposta por este jornal maranhense, dedicado exclusivamente às questões educacionais perseguem os objetivos de uma nação imersa no ideal de industrializar-se onde a educação elementar pública atenderia a demanda de uma mão de obra qualificada tecnicamente. Perseguindo objetivos mais amplos do que os registrados em outros momentos históricos do Brasil, a instrução descentralizada, a cargos dos governos estaduais e municipais se fez dividir com a família.

A instrução sendo analisada como uma responsabilidade de pais e tutores, com responsabilidades compartilhadas a isenção do Estado ingresso e manutenção das crianças seria de certa forma justificada.

> Educar e instruir a infancia não é tão fácil como á muitos talvez pareça, não, a educação escolar é a mais difficil e trabalhosa das tarefas impostas ao funccionario instructor. [...] Eis em que fracas e pobres bases se acha sustenado o sublime edificio que tem de servir para a educação dos nossos filhos. Emquanto os paes ou tutores não se encaminharem para o verdadeiro posto de honra que lhe está reservado na educação da infancia, veremos sempre desse continuo descalabro, e, a nossa decantada Instrucção Publica jamais passara de ephemera e lisonjeira.[88]

Destacava-se a importância e a dimensão do trabalho desenvolvido na escola, pelo ato de educar e instruir, relevando o papel do professor, como agente diretamente envolvido na educação escolarizada, mas apresentando "novos" co-responsáveis por este processo, os pais e tutores.

Pensar numa educação que incluiria também a família era um desafio apresentado ainda mais para os socialmente menos privilegiados, pois o ato da matrícula de uma criança na escola já representava o suficiente para estas famílias, não havendo a cultura de acompanhamento do processo, tendo em vista a não compreensão do estudo em

---

[87] BPBL. GONZAGA, Aprigio. Pela educação. *Vida Escolar*, 31 de março de 1932, nº3, ano I.
[88] BPBL. A instrucção publica. *O Ser*, 16 de novembro de 1904, nº2, ano I.

organização seriada, pois isto iria requerer frequência nas aulas tendo em vista que elas seguiam uma sequência.

Muitos dos que passaram pela escola ausentavam-se da sala de aula em prol do sustento da família, em geral, extensas, aos meninos a necessidade de exercer pequenos trabalhos e favores em troca de moedas e alimentos, às meninas a exigência de cuidar da casa e irmãos menores, a proporção da ausência dos pais. Apesar das dificuldades de manutenção nas escolas, as matrículas das crianças no Maranhão aumentaram e as verbas públicas destinadas à educação também, e isto atraía maior atenção à educação e suas instituições.

Os meios de comunicação da época registravam as ações políticas educacionais no estado, destacando a formação de professores, as condições físicas das escolas e o material didático utilizado. No caso de jornais não partidários do governador do Estado as críticas eram contundentes mostrando as problemáticas do sistema de ensino, no caso descrito abaixo, onde o jornal de oposição ao então governador João Gualberto Torreão Costa (1901) publicou:

> Constrage-nos o coração escrever hoje estas linhas, protestando contra a indifferença com que os governos tem votado a educação publica. E´ a eschola publica a ultima classe esquecida no nosso querido Estado, digno de toda dedicação de seus filho illustrados [...] O ensino publicos seria o primeiro ponto de vista comparado sob as mais solidas bases do desenvolvimento, afim de que o povo instruido possa cumprir os deveres civicos, tornando-se deffensores da patria e fieis respeitadores da lei. [...] Nada mais tetrico e revoltante do que visitarmos uma eschola primaria nos sertoes do Estado; mesmo em certas cidades e villas, onde se vê pobreza e tibieza.[89]

A publicação apresenta um governo estadual que estava a passos curtos de valorizar a instrução pública, enaltecendo-a como útil à nação, no sentido de instruir os populares a cumprir seus *deveres cívicos* e promover a preparação de mãos de obra para as nascentes indústrias e profissões do meio urbano. Dessa forma, apresentava o Estado como se não tivesse interesse nessa instrução, sucateando o espaço e reduzindo os recursos.

Já as falas e mensagens de governadores do Estado do Maranhão, por sua vez apresentavam um discurso partidário ao governo da situação e manifestavam certa preocupação com o futuro da instrução pública, afirmando valores ligados a educação tais como o progresso da civilização, valor moral, os direitos e deveres do cidadão.

---

[89] BPBL. O Ensino Publico. *O Zephero*, 17 de agosto de 1901, nº10, ano I.

A educação passou a ser entendida como importante para a vida, na construção do saber, promovendo uma sociedade melhor, por meio da contribuição do indivíduo à Pátria, onde os contemporâneos divulgavam a sua importância, mesmo aos mais pobres. Assim foi desenvolvido o movimento das caixas escolares, uma organização de iniciativa privada que pretendia lançar subsídios para manutenção de crianças pobres nas escolas públicas, através de doações de roupas, calçados e materiais escolares como cadernos e lápis. A associação dessas ações com questões de filantropia, e a crença na escola como elemento regulador da sociedade, evitaria que estes jovens causassem problemas à sociedade relacionados a vandalismos.

> Trabalhamos por dotar no Maranhão de Caixas Escolares. A educação popular não progrediu onde sua organização não repousa sobre essas instituições de reconhecida eficiência. [...] A Caixa escolar é uma instituição que recolhe meios para a manutenção da freqüência escolar das crianças pobres. Estas, filhas de pais pobres ou órfãs e por isso jogadas a um canto, não tem dinheiro, ou o pouco que tem não da para comprar roupa, calcado, livros, merenda, etc. Se estes entezinhos não frequentam uma escola, não poderão tornar-se homens fortes e úteis. A pátria não deve esperar deles alguma coisa de eficiente, alguma coisa de proveitoso.[90]

A organização de caixas escolares se devia a preocupação com as crianças que se saíssem da escola, não seriam proveitosos fora dela, fato que nos leva a crer que esta ação teve como objetivos explícitos o atendimento de sua própria condição: a manutenção do *status quo*. Vários destes aspectos parecem mostrar uma educação florescente no Brasil, em especial porque ampliou atenção à educação dos mais pobres, em condições mínimas de acesso, daí a necessidade de estabelecimento das caixas escolares pelos mais abastados, que faziam suas ações sociais e de solidariedade. Entretanto, o texto aponta para um retrocesso da educação popular nos casos em que as crianças não receberam apoio material para complementar os estudos, e em uma concepção elitista onde sem a instrução formal pouco essas crianças serviriam a nação.

As escolas noturnas foram instaladas neste período como uma afirmação da institucionalização do ensino primário público, gratuito e laico. Elas dedicavam-se à alfabetização e profissionalização aos jovens maiores de 16 anos. Em São Luís, o registro de escola noturna em 1922 aponta 155 alunos, todos do sexo masculino e a maioria, com

---

[90] BPBL. TRINDADE, José. *Alma Nova,* 07 de setembro de 1929, nº2.

idade superior a 15 anos, média de aprovação nos cursos seriados de 89% em 1919.[91] A oportunidade de levar o estudo a jovens que não estavam dentro de faixa etária escolar se refletia na profissionalização deles. Na escola noturna não encontramos o registro da presença de mulheres, tudo leva a crer que esta possibilidade de estudar à noite não se fazia válidos às mulheres.

A garantia do ensino primário já previsto desde a Constituição de 1824, inclusive com o objetivo de implantação de diversas escolas primários e secundários, motivando a ampliação para o ensino superior, mas "a instrução pública gratuita para ensinar a ler e escrever ficou quase esquecida nas linhas mortas da Constituição de 1824."[92] E assim, durante todo o Império foram fundadas escolas isoladas com salões multiseriadas e inacessíveis a parcela significativa da população e o desafio de expandir a educação por meio de um país tão diverso em suas questões como o Brasil recaiu sobre a nação republicana.

No Maranhão o sistema educacional foi definido como leigo e gratuito. Com a Lei nº 666, de 1914, estabeleceram as ordenações para o ensino público estadual em três áreas, o ensino primário, Lyceu e Escola Normal.

> Art 1º O ensino público do Estado, leigo e gratuito, será ministrado:
> a) Em tantas escolas primárias, masculinas, femininas ou mixtas, quantas forem creadas pelo congresso, em suas sessões annuaes.
> b) Na Escola Modelo Benedicto Leite
> c) No Lyceu Maranhense
> Art 2º As escolas primárias serão de dois graus, as do 1º abrangendo um curso de quatro annos nas escolas isoladas, e as do 2º comprehendendo um curso de quatro ou de seis annos, conforme seja dado em aulas de um só mestre, ou graduadas na Escola Modelo.
> Art 3º As Escolas do 2º grau só poderão ser preenchidas por professores que estejam em escola da mesma categoria ou, na falta desta, nas do 1º grau desta circumspição.[93]

A aplicação legal instituída em 1914 apresenta o sistema organizacional da educação pública maranhense, estabelecendo subdivisões no ensino primário, com grande atenção governamental do momento estudado, em dois graus que somados davam um total de oito a dez anos de estudo, o que parece um bom período para a educação básica. O maior problema enfrentado era a não continuidade dos alunos de classe mais baixa ao

---

[91] MARANHÃO. Relatório do Governo Municipal. *Instrucção Pública Municipal de São Luís.* Movimentos da Escola da Capital. 1920.
[92] FRANCISCO FILHO, Geraldo. Op. Cit., p. 56/57.
[93] BRASIL. Collecção das Leis do Congresso, Decretos e Regulamentos do Governo do Estado do Maranhão, de 1914. Imprensa Official, 1915. Lei nº 666, 28 de abril de 1914, p.85.

inicialmente chamado ensino primário complementar e, posteriormente, ensino primário de 2º grau.

Outra implicação para a educação desenvolvida no Brasil foi a separação institucional entre a Igreja Católica e o Estado, o poder da Igreja já não atendia aos ideais, implementados sob forte influência do positivismo, de um Estado que intentava ratificar autoridade administrativa. O Estado laico reivindicava condições próprias para administrar a educação, porém o estabelecimento de uma educação religiosa já se fazia presente na sociedade brasileira por séculos, resistindo, até mesmo, às reformas de Marquês de Pombal[94], resultando em divergências de opiniões acerca da influência religiosa católica, ora apontada como forma de ensino mais completa e ora rejeitada pela complexidade da modernidade. Esse processo foi discutido em São Luís no Jornal Labor.

> Foi bastante debatida, nestes últimos tempos, a questão do ensino e não faltam os partidários de sua laicização. Vejamos entretanto o que deve ser o ensino. Não há negar que seja ele um elemento poderoso e decisivo na educação. [...] Eis por que a igreja católica zela de modo especial o precioso deposito da doutrina que lhes foi confiado por Nosso Senhor e condena todos os erros perniciosos. [...] Só diremos que à igreja, às famílias e aos Estados cumpre ministrar e proteger o ensino cristão.[95]

O jornal propunha uma conciliação entre Igreja e Estado através de uma associação em favor do ensino, expressando um discurso de valorização da instrução e destacando como a Igreja Católica poderia zelar pelo ensino. A isto pode estar ligado também a propaganda para as escolas particulares católicas mantidas vivas.

O Jornal *Labor* era um órgão dedicado à questão religiosa e plenamente identificável na defesa da associação entre o ensino, a sociedade e as entidades religiosas proposta neste artigo, numa concepção sutilmente difundida de que a questão moral só poderia ser trabalhada nas escolas por meio do ensino cristão, sendo uma responsabilidade inclusive do Estado em manter o ensino religioso.

---

[94] Sobre a Reforma de Marquês de Pombal no Brasil ver: SAVIANI, Demerval. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil.* Campinas: Autores Associados, 2008, em que o autor aborda a influência iluminista no processo decisório de Pombal em Portugal e Brasil, sendo implantada por meio do Alvará de 1759 onde a educação não serviria mais aos interesses da Igreja, mas sim do Estado, estabelecendo o sistema de ensino laico, por meio das aulas avulsas e sem articulação entre si, as aulas régias isoladas e funcionando em condições, físicas e pedagógicas precárias.

[95] BPBL. O ensino. *Labor,* 15 de Julho de 1913, nº5, Ano I.

2.1 A Perspectiva Educacional no Maranhão

Neste tópico analisamos como se processava a educação no Maranhão, avaliando os valores associados a educação, compreendendo como ela atingiu um público mais amplo, percebendo que condições eram impostas aos professores, como as famílias adentravam neste processo e a organização do ensino primário, normal, secundário e superior. E, neste contexto, situar da educação feminina.

A instrução entre os contemporâneos da Primeira República estava ligada, em geral, à concepção de cidadania e nacionalidade, onde o desenvolvimento do país referia-se a capacidade de trabalho realizado no Estado-Nação. Nestes fins, a instrução voltava-se ao labor, que dignificaria o homem e proporcionaria enriquecimento ao país, sendo este um dos objetivos difundidos pelos ideais positivistas para um modelo de nação, educação e cidadão.

> Sem necessitar agglomerar provas nem argumentos que ponham em evidencia a máxima importância da instrucção, o maior elemento da civilisação, o mais energético factor do progresso, thermometro do valor moral dos povos, garantia do direito, atalaia das mais sagradas liberdades, é a instrucção o objecto que mais reclama a attenção dos governos nos paizes organisados democraticamente, onde esta instrucção é a necessidade absoluta para que o cidadão conheça a lei que é o arbítrio supremo da vida social.[96]

A educação estava ligada, nesta fala, diretamente a alguns privilégios sociais aparentemente inerentes à condição social do estudante: a moral, garantia de direitos e a liberdade. Todos estes fatores eram entendidos como uma condição plena para o estabelecimento de uma sociedade moderna e organizada, sendo que um dos requisitos para alcance dessa sociedade seria o conhecimento da lei, e com finalidade de proporcionar tal saber, a educação formal contribuiria para este estabelecido social.

A aproximação entre o ideal de civilização ocidental e os modos institucionalizados de saber também foi muito estimulada no Maranhão do início republicano, pois tais ideais eram entendidos como essenciais para o progresso da nação, e como consequência disso o desenvolvimento da educação formal aqui seguiriam valores tão difundidos na Europa.

Como forma de perceber a dinâmica em relação ao sistema educacional no Maranhão é interessante perceber as reformas que se estabeleceram logo nos primeiros

---

[96] MARANHÃO. *Falas e Mensagens do Governo do Maranhão à Assembléia Legislativa*, 1895, p.23.

anos da república, ainda no século XIX. Tais reformas se concentraram basicamente em quatro anos, 1890/1891/1893/1894 e foram marcadas por mudanças no ensino literário para um cunho entendido como mais científico, uma das mais importantes reformas se deu em 1895 com influência de Benedito Leite[97], onde ao ensino foi acrescentado o caráter da obrigatoriedade no Maranhão.

> Em 1895, a influência política de Benedito Leite se fazia sentir em todo o Estado. Influenciado pela idéias liberais que concebiam a educação como a solução de todos os problemas, ele esteve sempre atento à questão educacional no Maranhão. Acreditando na importância da habilitação do professor primário como forma de melhorar esse nível de ensino, lutou para revitalizar a Escola Normal e posicionou-se firmemente contra as tentativas de extingui-la.[98]

A reforma proposta por ele previa a equiparação das escolas municipais e estaduais, de forma que todas tivessem profissionais preparados e adotassem os mesmos planos de estudo. Falar sobre os possíveis interesses dessa homogeneização do ensino, era positiva?

A educação básica no Maranhão ganhou conotações mais modernas e estes aspectos deveriam contar com a praticidade e economia dos cofres públicos destinados a este fim, modernizar, ampliar e, ao mesmo tempo, encontrar alternativas para gestão financeira do estado eram um dos objetivos das autoridades estaduais. Juntamente com um discurso de modernização da sociedade e pela educação, como já abordado no primeiro capítulo, estavam as principais idéias acerca da instrução feminina e as necessidades de situa-las em prol dos principais ideais republicanos.

> Somente após a República, o Estado se preocuparia com a educação feminina e moveria esforços para esse fim no atendimento à demanda pela escolaridade, vida principalmente das reivindicações da classe média, que passou a ter maior força de pressão, uma vez que para tais segmentos a educação se constituiria em um dos instrumentos mais eficazes para ascensão social.[99]

Como afirma Jane Soares de Almeida, a escolaridade feminina pública somente teve maiores resultados após a proclamação da República em que os interesses para a sociedade desejada se estabeleceram com mais intensidade. A autora situa ainda a as 'reivindicações da classe média' por uma educação que garantisse formas consideradas

---

[97]Benedito Pereira Leite nasceu em Rosário, Maranhão, foi governador do Estado do Maranhão, governou de 01 de março de 1906 a 25 de maio de 1908.
[98] SALDANHA, Lilian Leda. Op. Cit., p.79.
[99] ALMEIDA, Jane Soares de. Op. Cit., p.107.

‘saudáveis’ de sustento financeiro e ascensão social às mulheres como a educação feita em casa ou por instituições privadas tinham um custo muito elevado tais reivindicações ganhavam maior destaque.

Em São Luís, esse processo de inclusão das mulheres em uma instrução formal e pública se deu de forma mais lenta e gradual se comparada com a realidade de outros estados.

> De modo geral, durante todo o século XIX, a sociedade maranhense apresentou-se bastante preconceituosa e conservadora, sobretudo em relação à mulher, que até a Proclamação da República não conseguia sequer garantir o direito de dar continuidade a seus estudos. O Liceu, como as demais escolas secundárias particularmente existentes no Estado, destinava seu ensino exclusivamente aos rapazes que pretendiam ingressar nos cursos superiores. Por esse motivo, as moças de família abastadas, em geral as únicas que tinham acesso a uma boa escolaridade – recorriam a professores particulares que lhes ensinavam algumas disciplinas oferecidas no Liceu (francês, por exemplo, e outras como a música, o canto, a declamação etc.).[100]

Com as heranças de uma instrução não valorizada nem privilegiada ao longo do processo histórico às mulheres, os preconceitos e conservadorismos permaneciam constantes nesta ‘nova’ etapa. Mesmo após a República as dificuldades para que as mulheres dessem continuidade aos estudos tinham seus entraves. Como citado acima o Liceu manteve por muito tempo sua exclusividade masculina e mesmo após a Escola Normal dividirem as mesmas progressões pedagógicas e didáticas esta ainda era vista como um apêndice, anexo e sem expressão própria.

Um outro aspecto que merece destaque em relação a formalização da educação feminina pública foi a promoção da aproximação educacional entre meninas e meninos inclusive com permanência no mesmo espaço físico e de saber pedagógico, sendo uma das possibilidades visíveis à educação e possíveis aos recursos financeiros do Estado. Este sistema foi conhecido no Brasil como educação mista e sistema de co-educação e contaram com a criação de escolas no final do século XIX, sendo que, em 1899, estas escolas no estado eram em torno de 21, já em 1920, cerca de 21 anos depois, este número havia crescido para 119, um aumento que para a realidade do estado deve ser considerado expressivo.

---

[100] SALDANHA, Lilian Leda. Op. Cit., p.62.

Em relação à características pedagógicas a instrução mista, por consequência, submeteria os/as alunos/as aos mesmos aspectos pedagógicos de ensino, representando certa condição de paridade na educação entre os sexos. Tendo em vista a situação da mulher na sociedade republicana também envolveria alguns benefícios, como uma educação mais abrangente, acréscimo de disciplinas antes não associadas ao ensino feminino, pois este privilegiava exclusivamente o aspecto matrimonial e da maternidade.

> Do ponto de vista psicológico, a co-educação é uma forma de educar conjuntamente, isto é, as diferentes maneiras de educar [...] Na terminologia pedagogia co-educar refere-se ao ato educativo no qual ambos os sexos se educam em comum na mesma escola, na mesma classe, nas mesmas horas e utilizando-se os mesmos métodos, as mesmas disciplinas e com os mesmos professores, todos sob uma direção comum.[101]

A educação que agregava no mesmo espaço pessoas de sexos diferenciados, pode ser analisada como uma medida capaz de exercer forte influência na ação educacional, revelando mesmo que de maneira incipiente, a noção de igualdade no processo educacional, pois meninas e meninos passavam a ser atendidos por um sistema escolar que se lançava mais igualitariamente, chegando aos discentes sob bases próximas e, talvez, até com discursos sexistas menos apurados, muito embora, socialmente a educação para o lar impostas às mulheres ter continuada a ser reproduzida para além do sistema escolar.

Partindo do pressuposto explicativo de co-educação já apontado por Jane Soares de Almeida, podemos repensar o que esta proposta educacional trouxe de reflexos à instrução pública, pois se o ideal é partir de uma educação sob os mesmos métodos e direção comum onde não existisse formas de diferenciação entre os sexos. Neste sentido destacamos as vantagens deste processo para a educação feminina, pois foi uma das maiores expressões que deu garantias de aproximação com a instrução pensada aos homens, muito embora abissais ressalvas devam ser lembradas neste momento de construção de uma educação que pretensamente carregava um discurso de igualdade nesta instrução.

Em seu sentido estrito a co-educação não foi, pelo menos no Brasil, plenamente adquirida[102], sendo que o próprio discurso republicano não era o de promover a igualdade

---

[101] ALMEIDA, Jane Soares. Op. Cit., p.166.

[102] Jane Soares divide a instrução pelo sistema de co-educação em três formas a saber: "1º) Co-educação total: todo o tempo e todas as atividades escolares organizam-se em regime co-educativo. Indo mais além pode atingir a vida familiar e social, incorporando atributos de igualdade de educação e de oportunidade para os dois sexos sem distinção, plasmados por uma escola comprometida com as aspirações democráticas de uma nação. [...] 2º) Co-instrução: as atividades organizam-se apenas de maneira informativa, isto é, dizem

plena entre os sexos, e se a instrução deveria atender a objetivos de oferecer às crianças e jovens suas novas roupagens em atribuições, a diferenciação na educação ainda era necessária e mantida. Algumas atividades ainda permaneciam separadas, sobretudo as que ensinavam meninas a serem mães e donas de casa.

> Na co-educação, meninos e meninas devem ser educados de forma a desenvolverem suas capacidades de maneira coerente com suas peculiaridades sexuais e opções individuais sem a opressão exercida pela diversidade sexual. Finalmente, caberia a escola co-educativa a finalidades propícias para um bom relacionamento na vida adulta.[103]

Para atender também aos objetivos de uma vida pública mais frequente e da necessidade de profissionalização das mulheres era também importante que houvesse a propagação, desde a infância, de um contato considerado sadio entre os sexos.

Além do ensino articulado em sistema misto, um diferencial educacional também foi o ensino por meio dos grupos escolares em detrimento da educação processada em disciplinas isoladas. As disciplinas isoladas congregavam diversos alunos de etapas educacionais diferenciadas em um mesmo espaço e sendo atendidos pelo mesmo professor, independente do nível que eles estivessem, este fato foi fruto da ação de Marquês de Pombal ao expulsar os jesuítas do Brasil e, juntamente com eles, todo o sistema de organização educacional existente.

> Nesse sentido, as pesquisas sobre a gênese e a história dos grupos escolares no Brasil vêm mostrando como a reunião de escolas isoladas foi aclamada como uma fórmula mágica para resolver os problemas do ensino primário. [...] No início do Brasil republicano, as escolas isoladas deveriam ceder lugar, tanto na memória como na realidade espacial, para os grupos escolares, mais racionais e abrangentes [...]. Nessa ótica, o papel dos docentes ganharia especial relevo na constituição moral, na formação das novas gerações.[104]

Para um sistema de ensino que se pretendia moderno, os grupos escolares e escolas mistas representavam, um aspecto mais racional dos gastos públicos e possibilitaria incluir mais alunos. No lugar das cadeiras e classes isoladas nasceram os grupos escolares

---

respeito mais propriamente aos conteúdos desenvolvidos, assemelhando-se mais à escola mista. [...] 3º) Co-educação parcial: nesta, o regime co-educativo concentra-se em algumas atividades escolares, nas quais o contato entre os sexos é sistemático, porém periódico. Sistemático porque faz parte de um mesmo plano de ensino e periódico, pois a relação entre os sexos limita-se a algumas horas e a determinadas atividades, não englobando todo tempo de permanência na escola." In: ALMEIDA, Jane Soares. Op. Cit.,p.168.

[103] ALMEIDA, Jane Soares. Op. Cit, p.167.

[104] GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. Op. Cit., p. 84.

organizados em séries anuais e a reunião de grupos de alunos no mesmo nível de ensino e a agregação de várias escolas isoladas em um prédio comum, assim:

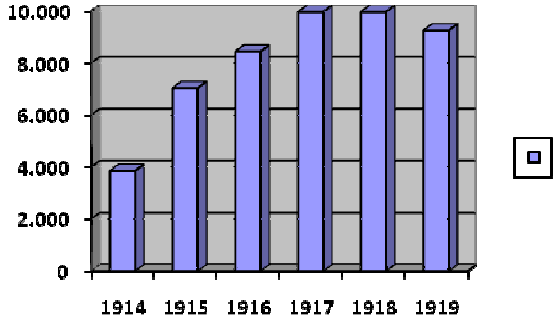
> cada grupo escolar tinha um diretor e tantos professores quantas escolas tivessem sido reunidas para compô-lo. Na verdade essas escolas isoladas, uma vez reunidas, deram origem, no interior dos grupos escolares, às classes que, por sua vez, correspondiam às séries anuais[105].

Assim, passou a existir uma correlação entre os alunos dos grupos escolares, pois o nível de série era anual e necessitava de uma aprovação para a promoção em série posterior.

No Maranhão, coexistiu tanto escolas isoladas quanto grupos escolares na Primeira República, pois a criação destes aconteceu apenas em 1903 e o processo de adaptação de um sistema para outro dificilmente se daria de forma instantânea até por conta dos recursos pedagógicos e financeiros disponíveis. As escolas isoladas foram citadas em algumas mensagens de governadores em relação ao número de alunos que detinham por todo o estado.

Gráfico 1

Números de matrículas das Escolas Isoladas do Maranhão (1914-1919)



Fonte: Falas e mensagens de governadores do Estado do Maranhão (1914 - 1919)

Pelos registros encontrados nos relatórios governamentais à Assembléia Legislativa, em cinco anos o número de alunos matriculados nas escolas isoladas cresceu de 3.850, em 1914, para 9.260 em 1919, quantidade expressiva se levarmos em

[105] SAVIANI, Demerval. Op. Cit., p.172.

consideração também o avanço dos grupos escolares pelo Estado[106]. A estas escolas cabia apenas o ensino primário básico das primeiras letras e operações matemáticas.

Assim, mesmo em vias de substituição, as escolas isoladas registraram crescimento em suas matrículas. Entre os anos de 1914 e 1919 a matrícula das escolas isoladas triplicou no Estado do Maranhão, mas na cidade de São Luís manteve-se praticamente a mesma, do que se pode inferir que na Capital as escolas formadas fizeram nos grupos escolares, nas demais regiões do Estado as escolas isoladas continuaram em expansão. O número de alunos em geral crescia, com média de 1.400 matrículas por ano e a presença masculina e feminina era numericamente bem equilibrada.

A Collecção de Leis e Decretos do Maranhão, em 1905, trouxe uma espécie de Diretriz ao que deveria ser ensinado em cada uma dos núcleos escolares, organizando os conteúdos por séries, os horários de aula, como os/as professores/as deveriam ministrar cada uma das aulas, que assuntos destacar, enfim, uma organização educacional verticalizada, coordenando cada uma das ações em sala de aula, retirando toda forma de autonomia de alunos/as e professores/as. Essas medidas eram válidas para os Grupos Escolares (cada um continha 3 professoras), escolas estaduais isoladas da capital e interior, escola normal e escola modelo com seus anexos.

A preocupação com a composição e organização das escolas também se deu na elaboração de formas como os grupos escolares deveriam ser implementados. Em 1904, o governo estadual do Maranhão estabeleceu a implantação de um Regimento para os Grupos Escolares e dentre outras medidas é possível encontrar as que se dedicam a intervir na iluminação e ventilação dentro das salas, abordando questões sobre higiene dentro da escola, com os utensílios e com os alunos, determinando pátios e jardins amplos para desenvolvimento do corpo e atividade de ginástica era obrigatória.

> Art. 115. Deverão ficar longe de hospitaes, asylos, cemitérios, hospicios, quarteis, fabricas, prisões, etc. etc. Art. 116. Devendo ser construidas nos centros de população condensada: contudo será de rigor escolher ruas ou praças pouco concorridas e onde não haja aglomeração urbana. Art. 117. Deverão ficar sempre isoladas das casas mais próximas, de modo que não recebam influência algumas destas.[107]

---

[106] Matrículas nas escolas isoladas do Maranhão: 1914 -3.850; 1915 - 7.039; 1916 - 8.441; 1917 - 9.971; 1918 - 9.971; 1919; 9.260.

[107] BRASIL. Collecção de Leis do estado do Maranhão. Decreto nº 38, de 19 de julho de 1904. Regimento dos Grupos Escolares, 1904, p.190.

É possível perceber a atenção dada ao espaço para construção das escolas, tendo em vista que a maioria das existentes até então ocupavam espaços inadequados e improvisados. A idealização do espaço, que fosse tranquilo, ficou registrada só no papel, como a maioria das decisões em leis, decretos e regimentos. Esse regimento dissertava, ainda, sobre a possibilidade do estabelecimento oferecer aulas noturnas e previa oferecer às escolas preparação com iluminação para receber os alunos. Esses grupos eram para o ensino misto, com curso primário elementar, médio e superior e baseados nos programas da Escola Modelo Benedito Leite. Um modelo aparentemente adequado de renovação educacional no Maranhão, permitia o acúmulo de até setenta alunos em uma mesma classe, aprovando a separação apenas após ultrapassado este número.

Dentre os diversos aspectos citados, um destaque se refere ao número de escolas implantadas no Maranhão e, em especial, em São Luís mantidas pelo poder público estadual, alcançando, por sua vez, mais alunos em diversas condições de acesso e manutenção.

> O funccionamento das escolas tem sido regular e é sensível o augmento da matricula e freqüência. Atribuo este facto ao preenchimento das cadeiras por maior de professoras normalistas, cujo magistério attrahe mais aos escolares, porque lhes transmitem ellas, mais suave e habilmente, os conhecimentos que procuram.[108]

Ao registrar o "sensível aumento na matrícula e frequência" das escolas mantidas pelo poder público estadual, é importante destacar mais a frequência, pois o número de alunos que evadiam era expressivo e, no momento em que esta evasão diminuía a educação começava a se fortalecer no Maranhão. A presença de professores formados na Escola Normal também foi apontada como diferencial para a educação ministrada, destacando a atuação da habilidade metodológica em aula.

O ensino primário registrava números de crescimento em suas matrículas, frequencia e aprovação, com proporções sempre mais complicadas quando se refere à permanência dos alunos e sua aprovação ao final do ano letivo. Em 1917, o Maranhão possuía 56 municípios e, destes, 50 possuíam escolas estaduais somando um total de 115 escolas no interior e na capital. Em 1919 existiam 185 escolas isoladas no estado, destas 159 somente nas cidades do interior, em dois anos foi registrado um número de escolas acrescido em 44, o que diante da realidade estadual não poder ser considerado

[108]Falas e Mensagens do Governo do Maranhão à Assembléia Legislativa (1916), p.16.

insignificante, é preciso refletir não apenas na quantidade de escolas que abriam, mas também nas condições de funcionamento e qualidade do ensino.

Já em 1929 havia um contingente educacional de 188 centros educacionais e somente 23% da população em idade escolar estudava, isto é, de quase 175 mil crianças e adolescentes do Maranhão apenas 43 mil frequentaram a escola neste ano, pois:

> transformar o ensino elementar em institucional e obrigatório impulsionou a democratização da escola elementar. A proliferação destes espaços institucionais de ensino é correlata ao processo de desenvolvimento e intensificação da vida urbana brasileira. [109]

Estes números apresentam uma interpretação de que apesar de todo o debate em torno da expansão, muito precisava ser feito para que a educação chegasse a uma parcela substancial da população.

Em 1928, por ocasião da 2º Conferência Nacional de Educação em Belo Horizonte com a participação do Maranhão, este adquiriu um posicionamento de destaque em relação aos demais estados do Nordeste por apresentar uma colocação no *ranking* nacional de oitavo lugar, resultado de análises feitas dos relatórios lidos e apresentados naquele evento.

> [...] o Maranhão tomou parte na 2º Conferencia Nacional de Educação, realizada em novembro ultimo na cidade de Bello Horizonte, tendo sido nosso representante o illustre deputado e professor da Faculdade de Direito, dr. Clodomir Cardoso. Servindo-se de dados estatísticos que daqui foram enviados, o nosso digno delegado retificou as cifras relativas á nossa instrucção. [...] Justos foram por isso os votos de aplausos que recebeu esse nosso representante, em vista de sua brilhante exposição. No resultado apurado pela conferencia, coube ao nosso Estado o oitavo lugar, classificação que não deixa de ser lisongeira, attendendo-se aos nossos limitados recursos financeiros.[110]

Até que ponto estas informações contidas neste relatório, apresentado ao congresso, são confiáveis ou expressam dados próximos do real? não é possível fazer afirmações a este respeito, mas é possível que alguns números tenham sido elaborados no sentido de oferecer uma melhor exposição pública do Estado e sua instrução.

Ao levarmos em consideração que a situação do Maranhão em relação à instrução não era muito favorável, embora o nível de atenção conferido à instrução pública por

---

[109] ROSSI, Ednéia Regina. Op. Cit., p. 147.
[110] Mensagem do Governo do Estado do Maranhão à Assembléia Legislativa (1929), p. 16

aquele período tenha sido maior do que as registradas anteriormente, dessa forma percebe-se como o país emergia sua educação de forma mais ampla.

Ao pensar no caráter da modernização do ensino por meio das escolas mistas, grupos escolares e mesmo a formação dos professores para exercício do cargo, é necessário compreender as implicações pedagógicas ocorridas neste período. No aspecto relacionado com a atuação de professores e a concepção de educação e avaliação, podemos destacar alguns itens importantes para compreender como se processava o ato de ensinar.

O governo tinha expresso objetivos em manter controle institucional e, até mesmo, pedagógico nas escolas, e isso se refletia nos diversos regimentos escolares e nos detalhes que os mesmos abordavam. No que se referia a avaliação ocorrida nas escolas, as regulamentações destinadas pelos governos eram precisas ao estabelecer que os/as professores/as não tinham autonomia para desenvolvimento isolado desta atividade e deveria ter o acompanhamento da Direção escolar.

Em 1901 um decreto foi aprovado com a preocupação em estabelecer regras para o processo ensino-aprendizagem-avaliação onde versava:

> art. 8º As sabbatinas [...] não impedem a revisão da matéria lecccionada que os professores julguem de conveniencia fazer em qualquer occasião, por meio da prelecção ou arguição sobre o que já tiver sido dado. [111]

Foram editadas Leis e Decretos com uma série de regulamentações para as instituições escolares públicas, como as normas de regimento interno que versam sobre os inúmeros temas que permeiam o cotidiano de uma instituição escolar, desde a questão dos procedimentos de matrículas, exames, atuação do professor com suas limitações e as, por sua vez ilimitadas, ações de diretoria. Esses regulamentos eram diferenciados para escolas isoladas, grupos escolares, Escola Normal e Liceu Maranhense.

2.2 Família e Participação na Instrução

> A escola e a família não podem estar divorciadas, completamente indiferentes. O chefe da família que reconhece a superioridade

[111] BRASIL. Collecçao das Leis, Pareceres do Congresso, Decretos e Decisões do Estado do Maranhão, 1901-1902. São Luis: Typ. Fria. Decreto nº 13, 2 de abril de 1901, p.37

> indiscutivel da educação na escola sobre educação familiar, quer no ponto de vista da educação physica, que é escrupulosamente regulada na escola, de accordo com as leis physiologicas e quer no da educação moral e intellectual, que é mais elevada de caracter social, mirando ideais que transpõe o circulo estreito da família [...]. [112]

A aproximação da família e da escola fazia-se uma constante, diversas obras e páginas dos jornais destacaram a importância desta associação e necessidade de acompanhamento dos pais. Aos mais pobres a justificativa se dava como uma procura para manutenção dessas crianças até o fim do ano letivo, tendo em vista o alto índice de abandono. Aos pertencentes às classes mais privilegiadas, representaria a tentativa de melhor reprodução dos conhecimentos adquiridos na escola, uma possibilidade de continuidade dos estudos, chegando ao ensino superior.

A formação dos professores não era a única preocupação no processo educacional, a isto outros temas estavam ligados e a interação da família era considerado fator de destaque. Não era costume das famílias acompanhar os filhos, e em geral, não se valorizava a formação intelectual por ser um meio de desenvolvimento que acarretava em resultados a prazos médios e longos, em comparação com as necessidades que a população maranhense enfrentava e muitos alunos interrompiam os estudos para ajudar na renda familiar, urgências vitais, por consequencia, mais importantes para o momento. Ao tempo em que não existiam vagas para o ensino secundário e superior, maior entrave ao acesso dessa população.

Com a tradição de um ensino avulso, em que a criança não recebia acompanhamento diário e poderia ter faltas que não acarretariam em problemas no estudo, não era preciso que a família dispensasse atenções ao ensino da criança mas com a implantação das classes seriadas ocorreram uma maior necessidade de frequência e acompanhamento dos pais.

> Não é fácil tarefa e por muito tempo ainda exigiria esforços constantes convencer a muitos paes de família da necessidade do ensino seriado e reserva da theoria gramatical para uma classe superior, estando mais adiantados em anno e com espírito mais desenvolvido, possão comprehender esta disciplina e não somente decoral-a, como sucede nos estabelecimentos, em que ella começa a fazer parte do curso, desde classes inferiores.[113]

---

[112] GODOIS, Barbosa. *O Mestre e a Escola*. Rio de Janeiro, 1910, p.138/139.
[113] Mensagem do Governo do Estado do Maranhão à Assembléia Legislativa (1905), p. 2.

O governo por diversas ações expunha as dificuldades de manutenção dos alunos mais carentes, inclusive em contar com o apoio da família para o desenvolvimento das atividades e manutenção na escola. No caso citado ocorreu uma análise do não acompanhamento dos pais em relação ao ensino organizado por séries e ao estudo da gramática, inclusive com a sugestão da adoção de uma tendência pedagógica que não estivesse ligada apenas a memorizar os temas estudados, mas à compreensão, ao que tudo indica a implementação de uma compreensão em detrimento do estudo tradicional se fazia enquanto novidade para as escolas frequentadas por crianças e jovens de níveis inferiores socialmente, algo a ser estimulado desde as primeiras séries.

Associadas às novas ações pedagógicas dos professores em sala de aula, este momento foi marcado por alguns ideais pedagógicos delineados em três perspectivas, a saber: tradicional, liberal e científica.

> As mentalidades *tradicionalista, liberal e cientificista*. Destas as duas últimas correspondiam ao espírito moderno que expressava o laicismo do Estado, da cultura e da educação. Neste contexto, era de esperar que os representantes dessa mentalidade de tipos moderno, empenhados na modernização da sociedade brasileira viessem a formular as condições e prover os meios para realização da idéia de sistema nacional de educação.[114]

O sistema educacional era alvo de constantes modificações, sendo que a implementação do moderno na educação se fazia uma exigência constante, o pensamento liberal começava a formular um sistema nacional de educação que servisse mais aos interesses capitalistas. Tais mentalidades não conseguiram expandir a noção de um conjunto educacional que se estabelecesse por todo o Brasil e a elaboração de um plano educacional mais amplo começava a erigir por meio de congressos e associações nacionais de educação.

Outra característica envolvendo a família refere-se a atenção que o governo teria em implementar uma política para não permitir que pais e tutores não colocassem seus filhos na escola por desconhecer os benefícios da instrução.

> É direito admitir-se que os paes ou tutores colloquem os seus filhos onde lhe bem pareça, que os façam instruir como bem lhes aprouver; mas também o que não é admissível é que esses responsáveis os conservem na ignorância. O interesse da sociedade dá ao Estado o direito de exigir que os responsáveis de menores lhes dêem uma instrucção conveniente, do

[114] SAVIANI, Demerval. Op. Cit., p.168.

> mesmo modo que exige que lhes sejam dados vestuários, aposento e alimento.[115]

Este posicionamento aconteceu de forma mais rígida do governo, e revela-se também como mais uma maneira de desviar a responsabilidade pela falta de matrícula e permanência de crianças na escola, responsabilizando a família e justificando estes problemas na ignorância social. Era a saída perfeita para não interação responsável com a oferta, condições de acesso, escolas, professores e recursos didáticos de qualidade. Ao mesmo tempo o Estado assumiu uma posição de responsável socialmente pelas crianças que não estavam na escola, obrigando aos pais a efetivação da matrícula, assim como detinham responsabilidade em outras questões, como educação para a vida, garantindo que se tornassem adultos de bem e trabalhadores descentes.

Um outro interesse que se reforça na Mensagem de 1904, é a questão da difusão do ensino a todos os cidadãos, onde as crianças (meninos) eram vistos como futuro da nação e a elas estava reservado o trabalho que, por sua vez, os enobreceria enquanto cidadãos no meio social. A instrução reforçava tais ideais, inclusive por seu caráter da laicização, onde a criança compreendia a noção de Estado, sua importância e sua legitimidade, devendo contribuir enquanto adulto para sua afirmação social. Assim, o grande motor educacional do Brasil e Maranhão no período republicano pode ser considerado o ensino primário elementar e os ensinos profissionalizantes.

Após séculos de exclusão educacional, a atenção deveria se concentrar nesta área que atingia maior parte da população que, por sua vez, historicamente estava afastada a educação formal, porém o maior problema registrado era da impossibilidade de continuar os estudos à medida que o grau de exigência aumentada e os pobres não possuíam condições de ampliar sua escolarização.

2.3 Etapas do ensino

Compreendendo em linhas gerais os valores que podem ser requeridos pela instrução, era necessário atender uma demanda mais específica de estabelecer onde se fundamentava a base para o saber, foi neste momento que ocorreu um maior

[115] Mensagem do Governo do Estado do Maranhão à Assembléia Legislativa (1905), p. 2.

reconhecimento da instrução básica como importante disseminadora e niveladora da escolarização no Brasil.

O relator da mensagem à Assembléia Legislativa do Maranhão, em 1898, defendia uma instrução primária voltada para o elementar, com estudo priorizando o português com leitura e escrita, enquanto língua mãe, a matemática básica, incluindo o sistema métrico e instrução moral e cívica. Para o futuro profissional, inserido em classes mais baixas, esses conteúdos atenderiam suas necessidades e a cidadania seria a condição para inserção social deste contexto, já para as poucas crianças que seguiriam na ampliação do ensino primário, estas mesmas temáticas seriam o sustentáculo de uma carreira estudantil mais prodigiosa.

O ideal de uma educação básica pensada para aqueles que não seguiriam os estudos nos níveis secundário e superior, isto é, a mão de obra brasileira, formada pelo ensino projetado, além de economizar em estudo mais apurado, com mais professores e um sistema mais organizado.

Com o governo republicano houve uma maior organização da instrução primária em que se estabeleceram os três níveis: elementar, médio e complementar. No compasso desta sequência houve, também, o aprimoramento das instituições primárias em escolas isoladas sob um mesmo regime e, em 1901, sob o Decreto de nº 14, em 10 de abril, passaram a ser denominadas de "Escolas Estaduais" a partir de uma base comum do ensino ministrado. No Maranhão, das seis escolas estaduais primárias existentes até esta data, duas eram exclusivamente femininas. Estes fatos são sinônimos da organização escolar institucional desenvolvida no Estado a esta época, pois em 1903, haveria a criação de novos grupos escolares, ampliando, ainda mais, a oferta do ensino e tornando um consenso a educação mista entre meninos e meninas.

> A essência, na escola primaria de povoações, é o estudo da língua vernácula, da sua thecnica, leitura e escrita, cálculos elementares, systema metrico e instrucção moral e civica. Nisto se resume o que o individuo precisa saber, qualquer que seja o destino a que se proponha, porque sabendo ler, escrever e contar [...] esse homem sabe o essencial para guiar os seus passos.[116]

Saber o essencial para a convivência social, em meio a espaços urbanos, foi um referencial para a organização institucional da escola primária, e foi com base num requerimento raiz (englobava o decodificar de ler, escrever e matemática básica) para a

[116] Falas e Mensagens do Governo do Maranhão à Assembléia Legislativa (1898), p.92.

composição da escola primária que ela ganhou condições de expansão pelo estado do Maranhão. Através do ranço educacional trazido como consequência de políticas educacionais mais amplas e historicamente impostas, ter um nível de educação básica a ser estendida era até um feito de grande ordem para o estado e populações em condições de acesso mais restritos.

> a instrução primária, totalmente dispersa, sem homogeneidade de princípios ou de objetivos, tornava cada vez mais difícil a unidade desejada do ensino elementar, impossível de ser obtida com o tipo de escolas então em funcionamento [...] Essa tentativa de homogeneização do ensino primário e as constantes reformas empreendidas comprovam que o sistema educacional existentes já não atendia às novas necessidades criadas pela evolução da sociedade, tornando imperativa não só a ampliação mas também a transformação da organização de ensino vigente.[117]

As regulamentações destinadas ao ensino primário a serem atendidas pelas escolas estaduais isoladas ou mesmo os grupos escolares, não tiveram seus objetivos atendidos, e a unidade e homogeneização dessa categoria não foi alcançada, mas as tentativas de organização foram implantadas e sua necessidade constantemente registrada.

A autora aponta como causa uma descontinuidade entre o sistema educacional imposto e a sociedade de então, com as marcas de um sistema imperial, agrícola; já a sociedade republicana e, em especial, em cidades como São Luís, tinha exigências diferenciadas, sobretudo no que se refere à futura profissionalização dos estudantes.

A instrução pública era estabelecida por valores com elementos universais. Para caracterizar este ensino e tais aspectos destacados inicialmente não se baseavam em divisões para homens e mulheres, nem entre classes, mas à medida em que a ordenação dessa educação foi realizada, estas divisões se corporificavam.

Uma forma de garantir o acesso da população aos níveis de ensino básico se refletia na obrigatoriedade dessa modalidade de ensino, sendo que:

> uma outra medida, que acertada me parece, será a da obrigatoriedade da instrução primaria, de modo a que possamos, se não exterminar por completo, ao menos diminuir de muito a porcentagem do analphabetismo" [118].

---

[117] ANDRADE, Beatriz Martins de. Op. Cit., p. 32.
[118] Falas e Mensagens do Governo do Maranhão à Assembléia Legislativa (1919), p. 58.

A obrigatoriedade não era uma novidade para a legislação, ela deveria ser implantada de forma eficaz, daí uma preocupação em formar professores como garantia desse acesso educacional. Numericamente cresciam as matrículas do ensino primário, porém esse crescimento não se deu de maneira expressiva, como explicitado na Tabela abaixo:

Tabela 1

Matrículas por sexo em São Luís (1889/1927)

ANO	FEM	MASC	TOTAL
1889	2032	4387	NI*
1894	2011	3095	5106
1897	2287	3814	6409
1898	2659	3998	NI
1899	2810	4001	7206
1901	2796	4179	7859
1914	3070	780	3850
1915	3795	3554	7309
1916	4301	4140	8441
1924	NI	NI	8281
1925	NI	NI	8410
1926	NI	NI	8396
1927	NI	NI	6566

* Total não informado na documentação.

(Fonte: Relatório de Governos do Estado do Maranhão. 1889/1927)

Do total de matrículas realizadas em 1894 no ensino primário, entre oscilações, a diferença para as matrículas de 1927, 33 anos, foi de pouco mais de 1500 alunos na capital

maranhense. Analisando as matrículas anuais disponíveis temos uma média de matriculados em torno de 6.486 matrículas/ano, sendo que o ano de menor registro foi 1914, com cerca de metade do que os outros anos costumavam apresentar, na mensagem deste ano não foi apresentada nenhuma explicação para tal situação. Estes números mostram com o pequeno crescimento, em longo espaço de tempo, das matrículas em São Luís que o discurso de grande instrução por meio das autoridades perdia-se na operacionalização prática, onde o aumento de escolas e matrículas ainda era pequeno frente à grande demanda.

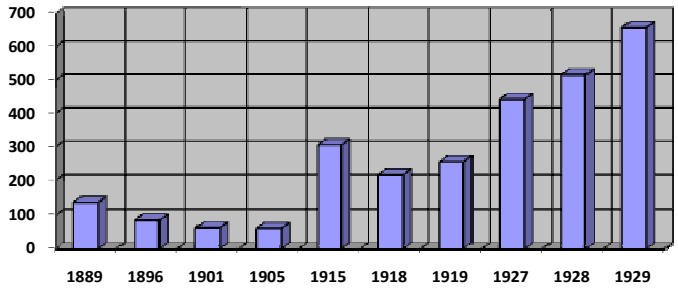
Mesmo com números considerados pequenos frente às necessidades do estado, o ensino primário recebia maior atenção das autoridades maranhenses. Em 1918 foram registradas 12670 matrículas nesta modalidade em todo o estado, sendo que destes apenas 594 destinavam-se ao ensino secundário, demonstrando uma grande disparidade entre os níveis escolares. Podemos interpretar esta expressividade da educação primária sobre a secundária de várias formas, aqui apresentaremos duas: a escassez de instrução fornecida era tão expressiva que havia necessidade de privilegiar inicialmente a primária e/ou a educação que o estado pensava em dispensar à população não tinha a preocupação de preparar para níveis maiores de instrução limitando a comunidade que ainda tinha acesso a uma educação mais aprimorada.

Por mais que tenha havido um esforço por parte dos relatores das Mensagens governamentais em demonstrar que a instrução estadual pública no Maranhão estava se desenvolvendo com valores expressivos, nem sempre este fato pode ser confirmado, os índices abaixo mostram o ensino secundário do Liceu Maranhense, que possuía uma forma de acesso limitado a uma elite, sendo a única maneira de realizar este curso via sistema público.

Ao analisarmos o gráfico abaixo, é possível perceber que no decorrer de dez anos (entre 1889 e 1929) registra-se uma média de 274 matrículas/ano e um acréscimo médio de 9% ao ano, muito inexpressiva se comparada com os números de alunos que cumpriam o ensino primário em São Luís e estariam aptos a ingressar no ensino secundário. Mantinha-se, desta forma, uma posição elitista e a manutenção dos padrões. A concentração das matrículas no Estado não se fazia para um grau mais completo de ensino, limitando-se a oferecer e estimular apenas a educação básica, caso contrário escolas secundárias teriam sido criadas e aumentadas a oferta de matrícula. Percebe-se, também, que o século XX inicia com número bem mais baixo de matrículas, resultado de ações governamentais.

Gráfico 2

Número de matrícula do Liceu Maranhense (1889 – 1929)



Fonte: Relatório de Governo do Estado do Maranhão – 1889/1929.

O ensino secundário no Maranhão admitido pelo governo do estado estava a cargo do Liceu Maranhense, concentrado apenas na capital, posteriormente alguns municípios adotaram este sistema de ensino. Sua característica elitista assemelhava-se ao ensino superior; sua demanda foi aumentada quando em 1914 e o curso profissional de formação de professores foi implementado em detrimento da Escola Normal.

O curso normal de profissionalização do Liceu veio substituir a Escola Normal enquanto instituição autônoma porque o número de alunos que se formavam não era significativo e os gastos públicos para manter esta escola não compensava, daí a fusão para o Liceu Maranhense com o uso do mesmo espaço, mesma característica e organização de ensino e, em alguns casos, os mesmo professores, disciplinas e métodos pedagógicos no curso regular e normal profissionalizante.

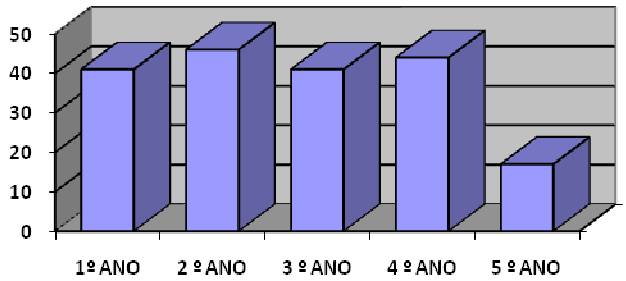
A esta escola estavam destinados os futuros administradores do Maranhão tendo em vista que aos formandos do curso secundário do Lyceu Maranhense era entregue uma certidão que permitia a investidura em cargos públicos do Estado. Sua posição de excelência em relação às demais instituições se justificava, também, pela concepção de cidadania concedida aos ilustres e inexpressivos maranhenses que conseguiam chegar ao sistema secundário de ensino.

Sua situação enquanto instituição elitizada se referia ao fato de ser a única escola equiparada com o Colégio Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, cobrança de taxa de matrícula anual e processo seletivo com exames escritos e orais para Admissão. Aos alunos não matriculados que frequentavam a escola, realizar os exames custava dez mil réis por matéria. Como as pessoas mais pobres teriam acesso a um sistema de ensino tão distante? Como popularizar o acesso e condições de permanência se o próprio sistema público era tão elitista quanto uma instituição particular? Era na imensidão dessa diversidade que mulheres, pessoas de baixa renda, pessoas que moravam fora da capital dentre tantos excluídos, enfrentavam obstáculos para continuidade dos estudos.

O registro de matrículas do Liceu mesmo em seu curso profissional de magistério mostra o número de pessoas (neste caso, mulheres) que tiveram acesso a esta instituição no ano de 1818.

Gráfico 3

Matrícula do Curso Profissional do Liceu Maranhense (1918)



Fonte: Relatório de Governo do Estado do Maranhão – 1918.

Como é possível perceber, o último ano do curso apresentava problemas usuais para a instrução da época: a deficiência de matrículas. Enquanto em 1918 foi registrado 41 matrículas no 1º ano, apenas 17 marcaram o 5º. Esta escola considerada a grande propulsora do ensino secundário no estado, sofria em seu ensino profissional um abandono expressivo que caracterizava o último, era mantido uma média, mas no 5º ano registra-se uma queda considerável. Os motivos não foram apontados, mas é possível que se relacione com as atividades profissionais que os alunos exerciam antes mesmo do término do curso.

Ainda em relação ao secundário, a formulação de uma escola que atendesse as exigências do nível de instrução sairia bem mais cara aos cofres públicos, tanto por questões físicas de estrutura, quanto pela perspectiva da formação de profissionais desta área, portanto caberia ao Estado implantar o Liceu de acordo com o Colégio Dom Pedro II, do Rio de Janeiro, considerando a base para todas as instituições de ensino secundário.

Algumas medidas foram tomadas para organizar o ensino público no Maranhão, apresentado medidas sistemáticas, como aquelas citadas abaixo promulgadas em 1923 e registradas no relatório do ano seguinte, em que o ensino primário seria frequentado por crianças em idade escolar dos 5 aos 13 anos incluindo dentro do ensino primário a modalidade elementar, o médio e o complementar:

> Estabelece [a reforma] três cursos: o elementar, feito dos 5 aos sete annos de edade (Jardim de Infancia); o médio dos sete aos doze annos, e o complementar, dos doze aos treze annos. O ensino médio é ministrado pelos estabelecimentos de instrucção primaria do Estado; o elementar e o complementar pela Escola Modelo Benedito Leite, que possue os três cursos. Foram creadas as escolas urbanas e ruraes [...] garantindo-se por esse modo a diffusão do ensino por todo o Estado.[119]

Dessa forma, sistematicamente, o ensino poderia ser direcionado e com maiores possibilidades de obter resultados positivos, pois a didática trabalhada atenderia a exigência da faixa etária. O desafio da organização educacional em curso elementar, médio e complementar, levando um total de oito anos para a educação primária. Em 1924 o Maranhão foi dividido em seis zonas educacionais, cada uma com sua equipe de inspetoria estabelecida. Era a forma encontrada de descentralizar o ensino da Capital promovendo o acompanhamento nas zonas de acesso.

Em 1917, foi criada a escola secundária "Instituto João Lisboa" em Caxias, pela necessidade apresentada frente ao crescente comércio e urbanização. O destaque da criação desta instituição é mais um elemento que configura o ensino secundário como elitista e ineficiente para o contingente populacional do estado.

O processo de ensino não aconteceu apenas pela vontade política, a importância do papel desempenhado pelos docentes, também se revelava enquanto papel de destaque na instrução. O Estado deveria elaborar formas para incentivar o professorado, inclusive na sua formação, nas promessas de vencimentos mais dignos, pela formação na Escola

---

[119] Falas e Mensagens do Governo do Maranhão à Assembléia Legislativa (1924), p.63

Normal ou condições melhores de trabalho aos que aceitassem trabalhar no interior do Maranhão.

Na maioria das mensagens de governadores à Assembléia Legislativa havia referências acerca do papel do professor bem como de sua situação social e possibilidade de desenvolvimento de trabalho. Dentro do processo educacional, a ação e condição de trabalho dos professores eram destacadas nas mensagens dos governadores, a difusão do ensino público pelo estado, como registrado abaixo, dependia também da ação, preparação e disponibilidades dos professores.

> Mantendo o que disse no relatorio do anno passado a respeito da difusão do ensino publico em todo o Estado. É materialmente impossível um professorado habilitado, com os por mais diminutos ordenados que lhe dá o Estado. Não desconheceis a gravidade da crise que nos flagella a ponto tal que cada vez mais se torna precária a luta pela existência [...] portanto não pode o cidadão investido no magistério publico, manter-se com vencimentos que recebe, sendo este um constante motivo de escuza ao cumprimento dos seus deveres.[120]

Assim, a situação do professor com baixos salários era reconhecida pelo poder público e essa realidade não sofreu grandes alterações à medida que a República foi firmando-se, pois mesmo após a inserção dos(as) professores(as) formados(as) pela Escola Normal no sistema educacional público, a situação dos docentes era mínima para o exercício do magistério, não sofrendo grandes alterações, nem de condições salariais, nem de exercício da atividade docente por meio de escolas adequadas, material didático e suportes para aula. Como indica a passagem analisada, muitas vezes os (as) professores (as) justificavam o não comprometimento em detrimento dos baixos salários que recebiam.

Dentre os próprios professores havia uma diferenciação salarial, por vezes se dava em relação ao sexo, no exercício da mesma atividade, em mesmas condições e séries, pois "no interior, tanto em cadeiras de escolas isoladas como nos grupos escolares o professor normalista perceberá 2:400$000 annuaes e a professora normalista 1:800$000 também annuaes."[121] A diferença ocorria também pelas disciplinas ministradas, as que sempre eram remuneradas por salários mais baixos eram as que se referiam às prendas femininas, economia doméstica, ginástica, desenho e caligrafia, todas elas vinculadas às mulheres professoras e alunas.

---

[120] Mensagem do Governo do Estado do Maranhão à Assembléia Legislativa (1896), p. 52.
[121] Collecção das Leis. Pereceres do Congresso. Decretos e Decisões do Estado do Maranhão de 1906. São Luis: Typ. Imprensa Official. Tabela nº 5, p.95.

Em 1890 foi criada a Escola Normal, com o objetivo de preparar professores para o magistério primário, mas, ainda assim, a necessidade de profissionais aptos a ensinar nas instituições de ensino era muito expressiva. Ao completar vinte anos de atividade em São Luís, esta instituição não tinha formado profissionais suficientes para atender a demanda do estado, em especial das cidades situadas no interior e as zonas rurais.

> A trajetória da Escola Normal no Estado do Maranhão é pontuada por sucessivas crises (tanto estrutural, como financeira), configurando-se nos seus primórdios como uma instituição, por excelência, de barganha político partidária em detrimento das exigências da política educacional vigente. Após inúmeras tentativas para sua implantação, sendo uma pública (1839) e outra privada (1870), a Escola Normal é criada no período do segundo governador republicano, nomeado, provisório, no Maranhão Dr. José Tomaz da Porciúncula (22.1 a 5.7.1890), mas sua criação não atendeu de imediato às necessidades da instrução pública primária, pois em dez anos de funcionamento (1890 a 1900) só conseguiu habilitar onze professores.[122]

Em 1904, as dificuldades se excediam em relação ao espaço físico das escolas que tinham construções adiadas. A justificativa governamental era de que não existiam profissionais para a área, resultado de uma politicagem, com perdas significativas para a educação popular: "uma outra causa do atraso das escolas primarias é a falta de professores competentes. Quasi todas as escolas são dirigidas por professores provisórios ou interinos, e a maioria delles sem nenhuma habilitação"[123].

Um dos interesses publicados nos discursos das autoridades maranhenses está relacionado a suprir esta demanda de carência de profissionais habilitados para o exercício da docência. Neste sentido, e por diversos motivos de ordem social, a mulher foi considerada apta a ocupar este cargo público, incluindo desde o atendimento de questões políticas e econômicas, já que para a classe média era cada vez mais necessária a ajuda financeira vinda das mulheres. É como aponta Muriel Nazzari ao relatar que esta família de fins do século XIX sofreu com mudanças econômicas significativas, sendo urbana, nuclear e não mais uma unidade de produção, seria o aparecimento de uma classe média, sendo assim, " por possuírem tão poucos bens, o futuro dos filhos dessas famílias dependia inteiramente de sua capacidade como profissionais."[124]

---

[122] MOTTA, Diomar das Graças. *As mulheres professoras na política educacional no Maranhão.* São Luís: Edufma, 2003, p.31.
[123] Mensagem do Governo do Estado do Maranhão à Assembléia Legislativa (1905), p. 2.
[124] NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, 1600 – 1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.164.

> No pós República, de acordo com os pensamentos positivista e republicano, alicerçou-se a idéia de se colocar mais mulheres nos quadros do magistério, principalmente o primário, e as considerar mais qualificadas para educar a infância. E, paulatinamente, o trabalho feminino deixou de ser contingencial e ditados apenas pelos tributos de vocação e missão, tornando-se no novo cenário econômico, uma exigência frente aos tempos que corriam, não somente pela profissão em si, como relação ao ingresso financeiro. Em contrapartida, o sistema co-educativo, ao pregar ensino igual para ambos os sexos, se confrontaria com os ditames católicos e com a *natureza do povo brasileiro*, que ainda considerava as questões morais superiores aos apelos da modernidade.[125]

Este novo cenário econômico buscava qualificar mulheres, como, e uma das formas de realizar esta qualificação era oferecendo uma educação mais aproximada com a dos meninos, no entanto esta premissa entrava em confronto com a tradição, e a igreja católica representava um entrave na divulgação destes ideais. No entanto fortalecia-se, sobremaneira, as formas de divulgação de que as mulheres eram as mais apropriadas para o ensino das crianças menores, inclusive porque a estas já caberia o ensino natural em suas funções maternas. Barbosa de Godois, em 1910, escreveu um livro em que se dedicou a analisar a relação entre o mestre e a escola para as exigências sociais, sobre a mulher no magistério afirma:

> A creança que, nos primeiros annos da vida escolar, necessita do coração da mestra para guial-a e desenvolver-lheco as energias moraes, por uma contradição, não se satisfaz mais tarde com isso. A proporção que cresce em idade e vae avigorando o sentimento da personalidade, julga-se incompatível com a – fraquesa feminina; [...].[126]

A profissionalização feminina estava intimamente relacionada com suas ações na vida privada, sobretudo questões de sentimentos e valores moraes tão requisitados para o ensino das crianças pequenas e que o homem não teria tais qualidades.

Na Escola Normal, em vez de priorizar o estudo vinculado à prática de ensino, a modernização dos métodos e estudo das disciplinas específicas, as mulheres tinham aulas semanais de disciplinas destinadas a prepará-las para serem esposas e mães, afastando-as da formação profissional. Semanalmente, tinha-se a divisão de atividades às mulheres que eram distribuídas da seguinte maneira: 5 h/a de caligrafia a desenho aplicado às prendas domésticas, 8 h/a de prendas femininas e economia doméstica, enquanto a pedagogia que

---

[125] ALMEIDA, Jane Soares de. Op. Cit., p.121.
[126] GODOIS, Barbosa de. Op. Cit., p.133.

incidira diretamente sobre a profissão de professor só tinha 6h/a, juntamente com geografia, química, física, mireralogia e cosmografia.

As atividades lecionadas ocupavam boa parte do tempo na escola para as meninas, mas com uma associação outra a condição primeira de ser esposa e mãe. Como a maioria das mulheres exerciam o magistério até conseguir um casamento ou ter um filho, estas especificações eram consideradas necessárias para as mulheres, menos profissionais, mas mães.

> A Escola Normal começa a ser fortalecida com a criação da Escola Modelo (Lei nº 155, de 6.5.1896) destinada ao exercício do ensino dos alunos normalistas; revisão do seu regulamento (Lei nº232, de 5.3.1900); conversão das escolas estaduais em grupos escolares, os quais deveriam observar o método de ensino seguido na Escola Modelo (Lei nº323, de 26.3.1903); criação pelo governo de grupos escolares no interior do Estado, modelando-se pelos da Capital, ou seja, curso primário de seis anos, prática da língua francesa do 3º ano em diante, e todos os professores normalistas (Lei º363, de 31.3.1905); nomeação de uma professora de piano para a Escola Normal e Escola Modelo.[127]

Os professores em exercício eram, em grande parte, leigos e frutos de uma política exercida por Marquês de Pombal, retirando os jesuítas do Brasil· e implementando uma pedagogia que ao invés de reverenciar a Igreja, como faziam os antigos docentes no Brasil, serviria para estabelecer relação com o Estado. Tais professores *leigos* contribuíram para uma "Pedagogia Tradicional leiga, [...] centrada no intelecto, na essência, atribuindo um caráter dogmático aos conteúdos, sendo seus métodos, princípios universais e lógicos.

O método mais empregado era o expositivo."[128] Esses professores exerciam uma pedagogia de cunho tradicional e leiga acarretando consequências no conjunto educacional do Brasil, por meio de disciplinas isoladas e aulas régias, carregando uma herança em não preocupar-se com o preparo dos profissionais e difusão de idéia de que qualquer pessoa pode ensinar, mesmo sem estar habilitado para isso.

Os professores leigos permaneceram por longo tempo nas salas de aula do Maranhão e a Escola Normal não conseguindo atender a demanda, tendo em vista o número de professores que se formavam anualmente. Uma possível causa para a baixa formação de normalistas seja a sua caracterização em "curso espera marido" onde muitas

---

[127] MOTTA, Diomar das Graças. Op. Cit., p.32.
[128] VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *A prática pedagógica do professor de didática*. Campinas: Papirus, 1989, p. 44.

mulheres estudavam até encontrarem pretendentes para o casamento e largarem os estudos e magistério, esta acepção não era uma totalidade.

Em todo o Brasil a Escola Normal desenvolveu características de grande valia para a profissionalização das mulheres com a feminização do magistério. Muitas destas escolas iniciaram suas atividades bem antes do que a escola maranhense. Em Niterói nasceu a primeira Escola Normal em 1835 e uma das primeiras do nordeste nasceu na Bahia em 1836, sendo estabelecida apenas em 1842 e no Ceará em 1845. Helena Azevedo ao retratar a realidade da Escola Normal no Ceará, destaque que o início do acesso era inacessível às mulheres mas que, gradativamente, o magistério foi se tornando feminino e o espaço da Escola Normal sofreu as mesmas discriminações impostas a todo espaço que tinha por maioria as mulheres. Destaca ainda:

> Somente com o movimento feminino abolicionista e a criação dos cursos normais, as mulheres começaram a ter visibilidade na cena pública, visto que a participação política e o acesso à educação constituem-se nos primeiros passos na conquista da igualdade de gênero.[129]

O sustento dos professores também era uma outra temática a ser destacada, pois poucos eram os homens que se lançavam a esta profissão devidos aos baixos salários que não atraíam os *chefes de família*. Dessa forma, era expressivo o número de mulheres desenvolvendo esta profissão inclusive com a formação na Escola Normal e, posteriormente, com o curso profissional do Liceu Maranhense.

> Ao Liceu cabia preparar o ingresso dos seus alunos nos Cursos Superiores, enquanto à Escola Normal cabia formar o magistério primário, não permitindo a lei que sua clientela tivesse acesso ao grau superior de ensino. Somente em período bem recente de nossa história, o Ensino Normal passou a articular-se com o ensino superior.[130]

A profissionalização feminina exerceu influência sobre a condição social das mulheres, tendo em vista que o meio urbano exigia comportamentos das mulheres que se julgavam dignas e mesmo sobre as mais pobres que precisavam realizar trabalhos fora do lar eram mal interpretadas, assemelhadas sempre com prostitutas.

O magistério conferia a mulher um trabalho socialmente compreendido como mais digno, possibilitando do mesmo modo a atuação dessas professoras normalistas nas cidades distantes da capital.

---

[129] AZEVEDO, Helena Selma. Op Cit., p.294.
[130] SALDANHA, Lilian Leda. Op. Cit., p.90.

> Pouco a pouco, vagarosamente, o ensino moderno vai penetrando ás escolas do Estado. E isto se justifica devido á falta de professores normalistas que se queiram internar no sertão, onde prestariam relevantes serviços á causa de instrucção pública. Esses serviços são reclamados por todos com bastante interesse, pois que ninguém mais desconhece a insufficiencia dos methodos rotineiros. Á negação do professorado é justificado pelo facto de somente as moças se diplomarem, tornando se por isso mesmo, devido aos pequenos vencimentos que tem difficil, se não impossível, o seu transporte com famílias para o interior, sem vantagens apreciáveis. Por outro lado, não podem seguir sós para remotas paragens, preferindo esperar que haja vaga em logar de fácil communicação com a Capital.[131]

Na contribuição desta profissionalização feminina teve também forte contribuição a rede privada de ensino, como destaca Diomar Motta:

> Se tomarmos a segunda metade do século XIX, mais precisamente a promulgação do Ato Adicional de 6 de agosto de 1834, observaremos que a rede privada era responsável, em grande parte, pelo ensino primário e um significativo número de mulheres criaram escolas no Maranhão.[...][132]

Escolas normais particulares regidas por mulheres que tiveram sua formação na Escola Normal Pública: Escola Normal 'Rosa Castro' de 1916 pertencente à professora formada pela escola pública Normal Rosa de Castro, Escola Normal 'Raymundo Cerveira, de 1919' sob direção e propriedade da professora Zoe Cerveira e o Colégio 'São Luíz Gonzaga', de 1920.

A mensagem destacava a necessidade de formação para o professor atuar em sua área suprimindo os métodos tradicionais e rotineiros, pois já não surtiam efeito ao *ensino moderno*, sendo que uma das justificativas do ensino não estava mais difundido em todo estado recaía sobre a falta de profissionais aptos ao cargo e, também, disponíveis ao trabalho em outras cidades.

Sobre os métodos entendidos como modernos e/ou tradicionais ao sistema educacional vigente, pode-se destacar uma pedagogia que centrava no aluno sua formação, divulgando que era melhor compreender o conteúdo e contextualizá-lo, que memorizá-lo.

As concepções pedagógicas mais relevantes para o período em estudo foram as idéias liberais de vertente leiga e bases tradicionais, em que acreditava-se na escolarização para participação política e como processo de transformação de indivíduos ignorantes em cidadãos esclarecidos.

---

[131] Mensagem do Governo do Estado do Maranhão à Assembléia Legislativa (1915), p. 21.
[132] MOTTA, Diomar das Graças. Op. Cit., p.49.

Outra influência veio por meio da concepção humanista moderna em educação, onde algumas características centravam-se na educação com significado mais amplo. Neste sentido, vale ressaltar o aumento de disciplinas deste cunho. Um exemplo disto pode ser percebido nas disciplinas distribuídas nos cinco anos de curso da Escola Normal, com maior quantidade de matérias notáveis História e Geografia:

Lingua Portuguesa (1º ao 4º anno)
Língua Francesa (1º ao 4º anno)
Literatura (5º anno)
Arthmetica (1º e 2º anno)
Álgebra (3º anno)
Geometria (4º anno)
Cosmographia e Geographia Geral (1º anno)
Chorographia do Brasil (2º anno)
Historia Universal (noções) (2º anno)
H. da Améria (noções) e do Brasil (3º anno)
H. do Maranhão (4º anno)
Instrucção Cívica (5º anno)
Physica (4º anno)
Chimica (5º anno)
Historia Natural (4º anno)
Pedagogia (3º, 4º e 5º anno)
Musica (1º ao 4º anno)
Desenho (1º ao 4º anno)
Calligraphia (1º ao 3º anno)
Desenho aplicados a trabalhos femininos (4º anno)
Prendas femininas (1 ao 4º anno)
Economia domestica (5º anno)[133]

No caso da Escola Normal, destaque-se as disciplinas exclusivas para as meninas. De um total de vinte e três (23) disciplinas, três (3) eram destinadas para questões domésticas, fornecidas ao longo dos cinco anos.

As matrículas da Escola Normal, por sua vez, foram mais expressivas em São Luís, com sua criação em 1890 com o decreto de 21 de 13 de abril, sob a forma de externato

[133] GODOIS, Barbosa de. Op. Cit., p. 109.

onde era admitida a co-educação dos sexos. Esta instituição sempre foi registrada nas falas e mensagens de governadores como uma solução para o problema de magistério do estado, no entanto, por diversas vezes foi registrado a dificuldade de formatura dos mesmos, em especial de homens, pois a escola Normal "[...] só tenham aproveitados dos benefícios resultados de tal instituição alumnos do sexo feminino, pois que o masculino ainda não houve um sequer que chegasse a concluir o curso" [134].

O número de alunos que se formavam nesta escola não era muito expressivo e a desistência era uma constante, os fatores, em geral, já foram expostos ao retratarmos das condições de vida e trabalho dos professores, sem levar em consideração o desprestígio social em relação a esta profissão, tendo em vista que após a implementação dos professores leigos, o cargo estava admissível a qualquer um.

> A exticta Escola Normal deu algum resultado e o Lyceu, com a reforma porque passou a instrucção, não deixará de proporcionar benefícios inestimaveis, attendendo-se que a sua frente esta um corpo docente illustrado e compenetrado de sua alta missão.[135]

Pelas dificuldades de manutenção dessa escola com poucos alunos interessados e formados, em 1914 esta escola foi extinta e o ensino profissional de formação de professores primários ficou com o Liceu Maranhense, inclusive as cadeiras femininas de música, prendas femininas e desenho foram transferidas ao novo estabelecimento.

Constantemente era discutido nos meios de comunicação e entre os governantes que a Escola Normal não estava atingindo o ideal necessário para seu funcionamento pois não possuía alunos em boa quantidade e, muito menos, concluintes, assim com o discurso de que onerava os cofres públicos e terminou por fechá-la, a validade do curso Normal algumas vezes, ao logo de sua existência, foi questitonada pelas autoridades competentes.

> Contudo, podemos arriscar que nossas mulheres-professoras receberam na Escola Normal ensinamentos que lhes permitiram o uso de práticas educativas, adotadas na Europa e nos Estados Unidos, as quais não sabemos se já haviam sido incorporadas pelas instituições escolares do centro brasileiro difusor de inovações educacionais, devido ao forte vínculo cultural que o Estado mantinha com o exterior. O contato com as idéias de Fröebel, Rousseau, Pestalozzi, Herbart, Locke entre outros, estão presentes em alguns de seus discursos e permeiam suas práticas educativas.[136]

---

[134] Mensagem do Governo do Estado do Maranhão à Assembléia Legislativa (1897), p. 69.
[135] Mensagem do Governo do Estado do Maranhão à Assembléia Legislativa. (1915), p. 22.
[136] MOTTA, Diomar das Graças. Op. Cit., p.61.

O Maranhão tardou em estabelecer uma Faculdade e em relação a diversas cidades brasileiras, o estado mantinha caráter de atraso por conta de não desenvolver nenhuma instituição desse porte. De acordo com Beatriz Andrade isso se deveu ao fato de que a elite maranhense, única a se beneficiar do sistema superior de ensino, não ter mantido nenhuma relação de interesse tendo em vista que seus filhos frequentavam instituições localizadas fora do país, após dificuldades econômicas que a classe média da capital enfrentou, foi estabelecida a necessidade de criação das Faculdades no estado.

> Pode-se afirmar, que, os liberais, positivistas e as camadas médias, apesar de se unirem na reinvidicação pela expansão das oportunidades educacionais, o faziam aparentemente com objetivos diferentes. Com isto criava-se mais uma contradição a ser resolvida pelo poder público, que teria que optar entre promover a educação popular, representada pela escola primária ou continuar privilegiando a educação secundária e superior destinada às elites.[137]

O ensino superior no Maranhão foi representado inicialmente pela Faculdade de Direito criada em 1918 "o curso superior apenas incipiente, é representado pela Faculdade de Direito, creação, em boa hora idealisada e posta em pratica por pessoas que muito se interessam pelo futuro desta terra" [138]. Porém como o próprio relator destacou, a instrução superior não alcançava a população do Maranhão, sendo fruto de uma política elitista. Posteriormente foi implantado mais dois cursos: farmácia e odontologia, em 1924.

> A primeira escola superior isolada foi, de fato, a Faculdade de Direito do Maranhão. Desde 1908 que nesse sentido trabalhava Domingos de Castro Perdigão, como só, de início, o incentivo do então deputado federal [...] A lei estadual nº 834, de 21/3/1919, reconheceria a Faculdade como instituição de utilidade pública.[...] Chega-se, assim, à última década de primeira metade do século XX com apenas uma Faculdade de Direito e uma Escola de Farmácia e Odontologia, equiparadas, ambas de fato e de direito unidades de ensino superior, e duas escolas do comércio.[139]

Tais faculdades foram criadas sob o regime de escola superior isolada, não constituindo assim um núcleo organizado em Universidade, mesmo porque o regime de universidade mais próximo do atual se desenvolveu em 1920 na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, sendo uma agregação das faculdades já existentes. Na década de 1930 em São Paulo, nasceu a primeira universidade criada e organizada de acordo com o Estatuto

---

[137] SALDANHA, Lilian Maria Leda. Op. Cit. p.79.
[138] Mensagem do Governo do Estado do Maranhão à Assembléia Legislativa (1919), p. 58.
[139] MEIRELES, Mário. *Dez estudos históricos*. São Luís: Alumar, 1994, p. 63/65.

das Universidades, com a novidade da implantação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para preparação de professores ao magistério secundário.

Ao contrário da organização em um sistema universitário, o Maranhão seguiu os critérios gerais do ensino superior no Brasil, onde cursos isolados que foram posteriormente agregados, após o Estatuto das Universidades em 1931, este teve o objetivo de fornecer um suporte único para organização do Ensino Superior no Brasil.

> a sociedade maranhense passa a sentir a necessidade de manter academias de cursos superiores forçando a criação de uma Faculdade de Direito, em 1918, seguida por uma de Farmácia, em 1920, e por outra de Odontologia em 1925.[140]

No período estudado três faculdades foram organizadas em São Luís, sendo que encontramos nos registros de matrículas apenas uma mulher no curso de Direito.

> O que vai distinguir a década final da Primeira República é uma preocupação constante com a implantação do regime universitário no país, o único capaz de preparar eficazmente 'as verdadeiras elites dirigentes' para realizar as novas tarefas impostas pelas exigências do mundo contemporâneo.[141]

No intuito de permitir a formação de uma elite administrativa para o país, onde os bacharéis ainda teriam os cargos públicos como lócus de poder, se o ensino básico tinha ainda características voltadas para uma minoria, os cursos superiores atendiam apenas a uma elite.

Assim, de uma forma geral, a educação pública estadual no Maranhão atendia a uma minoria que fazia parte das classes média e alta, bem mais do que atendia ao povo, e na medida em que o nível de instrução oferecido crescia, aumentava também a classe social dos usuários frequentadores, basta perceber o ensino no Liceu Maranhense, tanto no nível secundário quanto no normal, e o ensino superior pelas faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia.

O discurso republicano utilizava-se da educação como a salvação para o período político que nascia, sob influência positivista, voltava-se mais para mensagens de moralidade, obediência à pátria, respeito e valor ao trabalho. Continuava elitista em sua oferta, na estrutura curricular, organização, na formação de professores. O ensino

---

[140] ANDRADE, Beatriz Martins de. Op. Cit., p.36.
[141] NAGLE, Jorge. Op. Cit., p.161.

ministrado era na maioria das vezes vazio e sem proximidade com situações reais do cotidiano ou que pensassem na forma de vivência dos alunos menos privilegiados.

Sobre a formação de professores apesar da existência da Escola Normal e Modelo, para auxílio em excelência do ensino, Beatriz Andrade afirma:

> O professorado, embora já houvesse uma conscientização geral da necessidade de sua competência, era nomeado, para a maioria das cidades do Estado, segundo a orientação política, sem que fosse levado em conta, o fato de ter ou não o agraciado com o emprego um curso normal completo.[142]

A didática compreendida como mais adequada foi imposta aos alunos e, em muitos casos, o que era ministrado em sala não tinha qualquer relação com a vida útil da criança e adolescente, mas mesmo assim "a família dos educandos, embora em muitos casos reconhecesse o vazio daqueles conceitos decorados, se posicionava, cheia de vaidade, ao lado da maioria para que aquele tipo de saber provocava admiração incontida."[143]

A educação pública maranhense era entendida pelos intelectuais enquanto classista, isto é, mais um elemento de exclusão e separação social onde o ensino profissional seria distribuído pela população com menor poder aquisitivo e que, ainda assim, poderia ser considerado parte exclusiva dessa sociedade, tendo em vista a pouca capacidade de atingir uma população mais expressiva.

> A instrução oferecida era reconhecida como desqualificada, mas segundo a interpretação dada ao problema, a culpa era dos professores que não levavam a sério o cumprimento de sua 'nobre missão' ou não sabiam utilizar os métodos de ensino modernos, em geral importados da Europa. Com estas mistificações, as causas determinantes e reais do atraso educacional eram ocultas. [144]

Como inúmeras situações no sistema de serviço público, a educação era marginalizada, apesar das modificações apontadas, e pessimamente oferecida, com as denúncias correntes do descaso nos jornais de oposição governamental havia então uma série de justificativas apresentadas, e a mais recorrente era atribuí-la aos professores.

O que as mulheres estavam estudando nas escolas públicas e privadas. O rol de conteúdos aplicados nas escolas primárias e escola normal, as disciplinas que eram

---

[142] ANDRADE, Beatriz Martins de. Op. Cit.,p.66.
[143] ANDRADE, Beatriz Martins de. Op. Cit., p.62.
[144] SALDANHA, Lilian Maria Leda. Op. Cit., p.121.

oferecidas exclusivamente às mulheres, bem como todo discurso que permeavam esta ação, e a entrada do sistema de escolas mistas e da co-educação.

CAPÍTULO III

"O QUE SE DEVE FAZER ANTES É EDUCAR A MULHER BRASILEIRA"

Em meio à efervescência educacional que se estendeu ao Maranhão, em especial a São Luís, em fins do século XIX e início do XX, o registro das preocupações com a presença feminina era uma constante. A imprensa e a literatura divulgaram a presença das mulheres, discutindo seus papéis, ações, limitações e avanços na ocupação dos espaços na sociedade.

Figuras femininas passaram a ocupar espaços antes considerados restrito aos homens suscitavam debates e a necessidade de posicionamentos públicos sobre questões consideradas "fora do controle" em relação ao estabelecido e convencionado socialmente. Não apenas dentro do lar representava determinadas "ameaças" e, em certa medida, provocava incômodo, e a instrução era entendida como uma ação que gerava maiores problemas sociais.

> A mulher excessivamente instruída poderia se esquecer da função reprodutiva, essencial para sua realização individual e, da família, o que também vinha ao encontro de uma idéia de tradição e propriedade que igreja e oligarquias compartilhavam.[145]

Os meios de comunicação lançavam, por meio dos jornais, à população de São Luís questionamentos acerca da figura feminina no seio social, muitas vezes reforçando as definições dos papéis entre os sexos, com a definição das atribuições masculinas e femininas a partir do tradicionalmente convencionado. No entanto, a educação das mulheres não era privilégio daquele início de século, há registros de um processo educacional crescente desde o XIX, quando as mais ricas já contavam com um ensino sob os cuidados de preceptoras e algumas órfãs e desvalidas tinham a educação básica como forma de caridade.

---

[145] ALMEIDA, Jane Soares de. Op. Cit., p.105.

Um dos diferenciais para educação feminina, no período em estudo, foi a ampliação da presença feminina nas instituições de ensino, incluindo um ensino secundário e o compartilhamento dos mesmos espaços educacionais. O Lyceu Maranhense passou a receber homens e mulheres na instrução pública secundária, esta instituição era, em certe medida, integrante do modelo republicano, uma vez que a mulher era a base para a família e, por consequencia, da nação.

Dentre os aspectos que constantemente apareciam na imprensa estavam as novas preocupações com o sentido do conteúdo a ser estudado e "para que a mulher deve estudar?", e assim uma série de questões referidas ao bem estar social do marido e dos filhos eram expostos nos artigos. Outras preocupações sociais se davam em relação ao rol de conteúdos mais apropriados na reafirmação de seus papéis sociais e questionamento da validade dos mesmos em suas atribuições.

A relação entre o espaço público e educação feminina era inquietante na medida em que esta poderia proporcionar em questões de cunho público e político, entendida como uma situação desorganizada, fora dos padrões e sendo, consequentemente, uma ameaça à ordem familiar e social. Identificando estas questões alguns autores e colunistas declararam o fim da família e da moral caso as mulheres se envolvessem com o voto e o trabalho. Ressalte-se que nas classes mais baixas as mulheres sempre desenvolveram trabalhos manuais diversos e frequentavam os ambientes fora do lar e muitas delas exerciam, inclusive, a chefia da casa.[146]

Em relação a este período em São Luís, outro fator de debates e polêmicas e que estava ligado à educação foram os ideais para alcance do voto feminino que estavam sendo requisitados e discutidos no Brasil inteiro por meio dos veículos de comunicação. Juntamente com o discurso do voto feminino e busca por legitimidade, estavam os embates acerca da cidadania, pois esta noção contribuía para inclusão de grupos sociais diversos, estendendo-se inclusive às mulheres, aos pobres, analfabetos, enfim era a inserção de grupos heterogêneos no mesmo empreendimento social. O discurso republicano levantou discussões, não inéditas, de uma identidade nacional para Brasil, daí o crescimento nos meios de comunicação de pontos tão relevantes quanto a cidadania, voto e política no cenário nacional. Sobre voto feminino, no Maranhão, registrou-se nos periódicos questões acerca do limite dessas ações e suas possíveis implicações para a sociedade.

---

[146] Sobre esta temática ver: FONSECA, Cláudia. Op. Cit.

> Comquanto não pertença a alguma associação de sufragistas, nem tão pouco me queira julgar tão imaculável qual outra mulher de Cezar; devo, todavia, declarar que me preso de ser da classe d'aquellas, que entendem já haver chegado o tempo da mulher brasileira se agitar no sentido de reivindicar os seus direitos de cidadans, ha tantos séculos obtidos pelos senhores homens.[...] **A mulher não será tam boa entidade, quanto ao homem, para ter igual direito a este na escolha, por exemplo, de um Prezidente para a República?** [147] (grifo nosso).

Esta é uma carta enviada à redação do jornal A Rua, de autoria desconhecida, mulher comenta a necessidade e a exigência da mulher exercer o papel de cidadania plena, em oposição aos ideais sempre divulgados neste jornal em confronto com tais idéias, ela buscava esta cidadania para além de outros exercícios, que alas mais conservadoras consideravam cidadania, como o ato de ser mãe e educadora.

Despontavam, em todo o país, fortes reivindicações feministas, mulheres escritoras e professoras já não aceitavam incumbências baseadas na desigualdade, era necessário reconhecimento dos direitos e buscas por este direito se organizaram em todo país. Em 1929 ocorreu, no Maranhão, a primeira tentativa de alistamento eleitoral por uma mulher, Eulina Queiroz Moreira, no município de Barra do Corda, na busca de algo que a impossibilita-se de efetivar o alistamento, comprovou-se que ela ainda era dependente financeiramente do marido.

> O abaixo assignado, não se conformando com a decisão do juiz de Direito desta comarca, mandando incluir no alistamento eleitoral deste município o nome de dona Eulina de Queiroz Moreira, vem, com o devido respeito, [...] recorrer para V. Excias. Afim de que seja a dita snra. excluida do referido alistamento, por ser assim de direito. É certo que a distincta snra. provou nos termos da lei, sua idade e residencia mas quanto a profissão ou posse de renda provou ser o seu esposo que lhe garante a subsistencia [...] como chefe da sociedade conjugal, tendo por tudo isto, direito de representa-la. [...]. **Mas admitta-se que assim não fosse, e então estaria ella no caso de ser eleitora? Não; pois não ha lei que autorise o alistamento eleitoral da mulher.** [...].**Tiral-a donde se acha e collocal-a entre os vendavaes politicos, seria expol-a a grandes sacrifícios incompatíveis com a delicadeza de seu sexo.** [...]Assim, o abaixo assignado espera que a meritissima Junta, dando provimento a este recurso, fará a costumada Justiça. [148] (grifo nosso). [138]

A Constituição de 1891 não excluía as mulheres do direito de votar, mas também não citava nada em relação à sua situação, e como não havia nada expresso simplesmente

---

[147] BPBL - M de P. O Feminismo entre nós - Os direitos da mulher. *A Rua.* São Luís. nº. 76. p. 02. 11 de maio de 1915.
[148] BPBL - Em torno do Feminismo**.** *Pacotilha*. São Luís. nº. 218, de 22 de novembro de 1929, p. 01.

julgava-se proibido esta forma de participação, sendo assim, a justiça alegou que não havia lei que autorizasse a inclusão feminina, mesmo as que tivessem mais de 21 anos.

De acordo com a matéria acima, colocar as mulheres no meio político seria uma exposição desnecessária, um sacrifício incompatível com a ação feminina justificando "desculpa" de uma natureza frágil e débil permitia-se que as mulheres até desenvolvessem atividades públicas, mas desde que estas fossem compatíveis com suas capacidades cognitivas.

Havia, dentre muitas questões que envolviam o sexo feminino, três importantes pontos que estavam atrelados à condição da mulher e sua freqüência no espaço público: profissionalização, voto e feminismo, sendo que estas áreas eram também consideradas, em certa medida, perigosas para uma ordem social, pois incentivavam o afastamento das mulheres dos espaços tidos "naturais".

Direta ou indiretamente a educação estava ligada à esses três pontos, principalmente em relação ao desenvolvimento de profissões. Berta Lutz fundou (1922) um grupo de mulheres a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, com o objetivo de abrir um espaço de discussão mais amplo do que as instituições femininas da época. Já na década de 1920, a organização passou a se chamar Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), tornando-se uma organização nacional, incentivando, sobretudo uma educação mais ampla e utilitária às mulheres, lutava também pelo sufragismo. Em quase todos os estados foram criadas filiais deste grupo, no Maranhão até o presente momento não foi possível identificá-la diretamente, apesar dos indícios de que as maranhenses possuíam informações sobre a Liga.

> É especialmente a santa função da maternidade, considerada incompatível com o exercício dos direitos da cidadania, que impõe à mulher o dever de cuidar do futuro de seus filhos e que dá à sua mãe o direito de intervir não só em todos os atos da vida civil, mas também nos da vida política.[149]

Buscava-se nas "tradicionais" ações femininas a legitimidade para desenvolver ações outras a que tivessem direito, atos civis refletidos em atos políticos. Muito da proposta feminista daquele momento não rompia radicalmente com o perfil da mulher socialmente aceita, com releituras dos papéis.

---

[149] SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002, p. 125.

Na Bahia ocorreu o desenvolvimento de uma vertente filial da Federação Brasileira, nela havia a representação de uma forte elevação moral e intelectual da mulher, sob o debate da busca de paz e caridade. Cláudia Vieira aborda esta temática dos movimentos por direitos políticos femininos, afirma que os principais objetivos norteadores da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e a Federação Baiana concentravam-se em:

> No conjunto, esses objetivos se dirigiam a um público feminino específico, cuja responsabilidade social deveria transcender o espaço doméstico. Apontam, portanto, para a necessidade de construção de noções de direitos e de deveres femininos, que, de maneira difusa, vinham sendo elaboradas nos discursos médico e jurídico desde meados no século XIX, com a ambígua valorização do papel da mulher na criação dos cidadãos brasileiros.[150]

Registra-se, inclusive, uma política administrativa para promover o acesso de meninas às escolas e mantê-las freqüentando, buscando apoio da família ou mesmo suprimindo a falta de recursos financeiros destas. Já no Maranhão, até o momento, não há registros da criação de uma filial da Federação Brasileira, mas algumas discussões sobre os ideais difundidos foram, em certa medida, abordados nos jornais da época.

3.1 "Leitura frívolas e más": imprensa

Neste contexto dava-se especial destaque às questões de instrução e educação em virtude da campanha motivada pelo regime republicano em contribuir para a manutenção dos papéis sociais, no entanto, sabia-se que esta mesma educação era capaz de promover inquietações em outras áreas.

É importante identificar as principais compreensões acerca de educação e instrução para a época.

> Confunde-se a educação com a instrucção, como se fossem a mesma cousa e d´ ahi todo o nosso mal. [...] É verdade que para educação tornar-se mais fácil e segura, é preciso que seja acompanhada de alguma instrucção, pelo menos, mas nesta terra, nem n´uma nem n´outra cousa. [...] Geralmente a instrucção é dada nas escolas, collegios e outros estabelecimentos próprios, porem a educação cumpre aos paes,

[150] VIEIRA, Cláudia Andrade. Mulheres da Elite em Movimentos por Direitos Políticos. In: *Revista Gênero*, Niterói, v.2, n.1, p.115 – 130 2 sem. 2001, p.118.

> especialmente ás mães com quem convive mais o menino, podendo também no collegio dar-se a eles uma ou outra cousa ao mesmo tempo.[151]

É perceptível a diferenciação feita entre instrução e educação, sobretudo no que tange à divisão das responsabilidades e finalidades, pois o papel da escola e dos pais (família - mãe) foi delimitado, observado-se que nesta interpretação a ação de educar significa ser bem mais ampla e complexa que simplesmente instruir e nela a escola tem apenas uma pequena parcela, privilegiando a família no exercício desta função.

A escola estava em fase de estruturação e suas características organizacionais ainda não havia adquirido o perfil que tem na atualidade. Havia uma carência de coordenação humanizada que compreendesse o aluno, embora a teoria do escolanovismo já contribuísse na visibilidade da criança, a maioria das/os professores ainda eram leigos ou sem a adequada formação profissional para o magistério.

Cabia, então, à família, e com enfoque na mãe, o ato de educar que, por sua vez, estava intimamente associado à moralidade, sociabilidade, convivência e identidade social. Instruir, por sua vez, se limitaria a um aspecto mais técnico, científico acadêmico, tendo pouca ou nenhuma relação com a praticidade da vida social e quase que, exclusivamente, destacando a intelectualidade.

A diferenciação entre os atos de educar (sentido mais completo e função da família) e instruir (sentido mais restrito e função das instituições escolares) também são abordadas por Elizabeth Badinter[152]. Na visão desta autora o ato de educar não consegue se restringir apenas à família, pois existiam interferências múltiplas dos diversos atores sociais na composição das características desejáveis na criança, na projeção de modelo ideal para a vida adulta. Esta relação é um tanto ambígua porque as próprias escolas eram imbuídas de valores sociais, a instrução científica era ensinada com base nestes valores.

No que tange a relação entre os sexos nas instituições escolares reforçavam e acentuavam a moral para alunos e alunas, a própria estrutura difusa da divisão entre os sexos nas ações e instituições escolares reforçam isto, como: escolas diferenciadas para meninos e meninas, salas de aula também diferentes e, por conseguinte, aulas com ritmos, temáticas e regimes diversos entre meninos e meninas, com enfoques nas disciplinas ministradas.

---

[151] BPBL - Educação. *O Município*, 01 de dezembro de 1899, nº 4, ano V.
[152] BADINTER, Elisabeth. Op. Cit.

Ações pedagógicas distintas eram direcionadas aos diferentes sexos, pois a sociedade baseava suas estruturas sociais nas diferenciações sexuais por meio das funções, atribuições e requisitos. Guacira Lopes Louro chama de 'pedagogias da sexualidade', onde objetivos educacionais diferenciados são aplicados a homens e mulheres de acordo com o esperado retorno de cada segmento.

> processo de escolarização do corpo e a produção de uma masculinidade, demonstrando como a escola prática a pedagogia da sexualidade, o disciplinamento dos corpos. Tal pedagogia é muitas vezes sutil, discreta, contínua, mas, quase sempre, eficiente e duradoura.[153]

As instituições escolares modernas nasceram, dentre outros motivos, por uma necessidade disciplinadora e não apenas para divulgação enciclopédica do saber acumulado. Como afirma Louro, este processo produziu (e reproduziu) uma masculinidade dominante envolvendo ações e trabalhos pedagógicos que, por muitas vezes, se caracterizavam em "imposições violentas" aos submetidos, seja ela simbólica, sutil, dissimulada ou agressiva e visível, fato este que também importa perceber nas relações de poder existentes nos espaços escolares, sendo a escola uma instituição de reprodução dos valores sociais, modos de viver e sentir.

Diversas reações, como já foi dito, quanto à situação feminina no espaço público e espaços de poder e intelectual foram notificadas nos jornais, pois além de tratar-se de uma situação da inevitável presença feminina relacionava-se também uma tendência nos artigos de jornais que privilegiavam limitar e debater a legitimidade da presença feminina nos espaços públicos.

Uma das principais ações estava no plano da ridicularização em jornais e revistas da época, fato este que notadamente não se deu apenas em São Luís, mas estendeu-se pelas mais diversos meios de comunicação no Brasil. Várias foram as revistas circulantes no eixo Rio - São Paulo que inferiorizavam as mulheres que pretenderam se desviar do modelo vigente. Em São Luís, mesmo nos periódicos voltados para o público dos dois sexos, registra-se a presença de situações em que as mulheres, sua intelectualidade e profissionalização eram menosprezadas, pois esses periódicos privilegiavam uma análise sobre temáticas que implicavam direta ou indiretamente em uma educação que priorizasse a tradicional posição da mulher na sociedade.

---

[153] LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.17.

Assim, era comum aos jornais e revistas da capital maranhense a publicação de reportagens em que a condição tradicional da mulher deveria ser reforçada e seus papéis divinizados como expressões semelhantes a "missão feminina", a "mulher e o lar" ou mesmo a nobre missão da maternidade. Associado a este discurso estava o acréscimo das novas atribuições que as mulheres poderiam desempenhar, desenvolvendo ações como: atividades cívicas e nacionalistas.[154]

A freqüência feminina nas atividades que estavam relacionadas com a leitura, como a Biblioteca, e saber, como a própria escola formal, já eram realizadas rotineiramente que não se poderia simplesmente ignorar. Em contrapartida, o fato mais comum registrado nos jornais foi a disciplina e controle que deveriam ser designados às mulheres quando se tratassem do desenvolvimento intelectual, para tanto era preciso atender a demanda de toda na sociedade e, mais uma vez, os jornais e revistas atuaram no sentido de, se não podendo negar este advento educacional, era necessário impor limites a ele, como exemplificado na situação descrita abaixo.

> Quando quizeres comprar um livro para tua bibliotheca, não te deixes illudir por uma capa illustrada com títulos em realce, emfim, tudo que anima os olhos; si duvidares desse livro, dirige-te a uma pessoa de bem e instruída que possa guiarte porque é muito diffícil conhecer o fundo de um livro.[155]

Voltado especialmente ao público feminino este artigo disserta sobre uma das ameaças à condição de mulher ideal, resultado de contato com leituras "desviadoras". Desta forma, leituras e contatos com um mundo acadêmico não eram valorizados nos veículos de comunicação, pois era difundida a idéia de que os maus livros poderiam influenciar negativamente, inclusive em relação ao feminismo.

O texto acima é dedicado à preocupação com as leituras realizadas por mulheres, e nele é possível perceber a necessidade divulgada de uma tutelagem a que as mulheres pudessem ler de forma cautelosa os livros decentes e moralizantes. Às mulheres não cabia a escolha do que ler, pois eram consideradas incapazes de realizar a escolha, mais uma forma 'sutil' de violência que se processava, vigiando a leitura, vigiava-se também boa parte dos pensamentos e ações.

---

[154] A tese da maternidade data dos anos 1920, Marta Freire descreveu-a enquanto não mais algo leigo, aleatório e meramente natural, mas utilizada pelo discurso republicano como a contribuição das mulheres à nação, daí a necessidade de torná-la científica e associá-la à presença dos médicos, seria então a maternidade científica, regulamentando o natural ao científico. Sobre isto ver: FREIRE, Maria Martha de Luna. Op. Cit..

[155] BPBL - Leituras frívolas e más. *Labor*, novembro de 1915, nº X, ano III.

Frequentemente nos periódicos da capital é possível identificar preocupações com a modernidade feminina e reivindicações de direitos sociais entendendo que enquanto útil para a nação a mulher deveria ter direitos garantidos relativos à cidadania, dentre eles o mais importante seria o direito de votar e ser votada. Joan Scott, em seu estudo sobre o processo de cidadania na França, observando como o direito ao trabalho garantia certa cidadania, portanto estava diretamente ligado ao direito a voto.

> Se o voto – direito de todos os indivíduos – era o instrumento que traria a transformação social, seguia-se, então, que todos os que desejassem mudanças sociais deveriam ter direito ao voto. [...] Havia, portanto, razões de sobra para acreditar que também eram consideradas cidadãs. Se o direito ao trabalho das mulheres já tinha sido reconhecido pelo governo por atos concretos, como era possível negar-lhes o direito ao voto?[156]

O que Scott, através da feminista francesa Jeanne Deroin, debate neste capítulo é que o Estado-Nação, apropriando-se da mão de obra feminina, intelectualizada ou não, promovendo sua valorização social na constituição do mesmo, deveria retribuir a cidadania já executada com a sua legalização e o voto seria a mais expressiva forma de legitimar isso.

Fato semelhante acontecia no Brasil onde a presença feminina era importante nos diversos segmentos, inclusive nos tradicionais papéis femininos. No trecho da Revista Elegante abaixo descrito há a presença inicial de um debate que incluía a noção de civilidade e cultura como uma das reivindicações das mulheres. É possível perceber a ligação entre o direito ao voto e sufrágio universal com o aumento da profissionalização feminina nos diferentes ramos do trabalho.

> quando nos considerarmos civilisados e cultos – a mulher, não mais em virtude da doutrina aceita pela lei da força, mas por simples preconceitos, que se esvaem perante os assertos da rasão e da logica. – clama, embalde, por sua liberdade. Ultimamente, é certo, e quando muito alguns pretensos reformadores, cogitaram, para ella, no restricto direito do voto, do suffragio e do aproveitamento de suas aptidões nos diferentes ramos do trabalho.[157]

O discurso adotado neste caso, e em muitos outros registros reportava-se a uma sociedade culta e civilizada, onde as mulheres teriam maior participação em ações fora do

---

[156] SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal*: as feministas francesas e os direitos do homem. Mulheres, Florianópolis, 2002, p.110.
[157] BPBL. A liberdade da Mulher. *Revista Elegante*. 31 de julho de 1894, nº 27, ano III.

lar, dentre elas, o exercício dos direitos considerados como aqueles que fugiriam da "razão e da lógica": voto, sufrágio e trabalho. Determinados receios levavam a afirmações constantes de não repartição de direitos notadamente masculinos às mulheres.

> Ter-se-ia por entre ella repartido os direitos concedidos ao homem?— Não, certamente. A injustiça tremenda, e fatal, ainda se daria, si nisso ficasse. [...] Pede ella liberdade nos seus passeios, nas suas licçoes, nos seus recreios, nos seus vestuários, nos seus movimentos, e, o que é mais, nos seus amores – e não lh´a concedem![158]

A justificativa referia-se ao critério da injustiça com homens em seus direitos. Apontava, ainda, para uma não concessão masculina de direitos considerados bem mais simples do que o sufrágio universal, mas que estavam também ligados à noção de cidadania, como um mero passeio mais livre e menos vigiado, maior liberdade para vestir ou mesmo a 'liberdade' no amor e movimento.

Longe de debater a questão do voto para as mulheres, este autor deixava explícito que se nem mesmo a roupa poderia ser escolhida pela mulher imagine situações como decisões políticas do estado ou país. O artigo termina com a negação ao concluir: não concedemos às mulheres estes direitos.

Muitos dos jornais que publicavam informações sobre a luta feminina pela cidadania completa, faziam para criticá-las e desaprová-las, porém mesmo em tons sarcásticos, essas temáticas eram recorrentes nos jornais maranhenses e, de certa forma, estas informações eram divulgadas e publicadas crivadas pelo olhar masculino e, como já afirmado, sentenciadas à desaprovação.

Visando maior representação, presença e notoriedade na vida pública por mulheres de classe média e alta, estavam as constantes associações com a educação formal feminina e, consequentemente, conquista de um espaço que não era visto por 'natureza' seu. Seria, cada vez mais necessário divulgar os valores morais, os papéis femininos, tipo de mulher requisitada, todos esses fatores culminariam na proposta educacional.

Godofredo Viana, ao se reportar às reivindicações feministas aponta que existia certa notoriedade do feminismo em todo o Brasil, sendo esta temática recorrente nos periódicos.

> O problema da participação da mulher na nossa vida política continua a ser agitado nos meios políticos, jornalísticos, sociaes ... Achamos,

[158] Idem

> portanto, de grande alcance ouvir alguns congressistas sobre o modo por que justificarão seus votos no empolgante projecto que se encontra no senado[...] 1- Não pude ainda comprehender bem a razão porque se procura subtrahir a mulher ao dever de votar. Aquelles que procurando envolvel-a numa protecção carinhosa, mas humilhante, a desejam **simplesmente mulher**, absorvida por complecto nos affectos da família e nos cuidados do lar, direi em primeiro logar, não descubro em que é que o voto em que se lhe vae conceder possa sequer diminuir esses affectos, ou fazer esquecer esses cuidados. Também os tem o homem, que é eleitor[...] Em que é que o voto, dado não cotidianamente, mas de espaço pode embaraçar a mulher no arranjo da casa, na governação interna do lar, na attenção para com a prole?[...] Depois, quando mesmo assim fosse, como querem e proclamam os suppostos protectores da mulher o que isso dignificaria seria apenas isto: a mulher não quer mais ser **simplesmente mulher**, instrumento de prazer e de economia doméstica, anjo do lar.[159]

Duas palavras se sobressaem sobre os demais neste artigo, inclusive pelo grifo da própria publicação: "simplesmente mulher". Para Godofredo Viana este discurso representava cuidados com o lar e a família, que em nada, ou quase nada, remetia-se a assuntos públicos que não fizessem menção ao ambiente doméstico. Questionava, ainda, algumas justificativas para a não participação feminina no voto, como sendo um ato egoísta daqueles que desejavam a permanência desta que seria "simplesmente mulher", sua maior atividade sobre as demais reivindicadas seria continuar desempenhando o papel de mulher.

O autor não defende uma participação ativa das mulheres na política, ele as coloca enquanto passivas, restringindo suas ações ao voto e, portanto, este ato praticamente não alteraria as atividades já desempenhadas. É neste sentido que defendeu a possibilidade de mulheres votarem, pois o voto não implicaria no cotidiano, como ele mesmo aponta em seu texto "Em que é que o voto, dado não cotidianamente, mas de espaço pode embaraçar a mulher no arranjo da casa, na governação interna do lar, na attenção para com a prole?" [160]Desta forma, Viana não lançava proposta que incluísse as mulheres nos direitos mais amplos, no entanto se analisada por uma perspectiva contextualizada isso seria uma defesa aos direitos de voto das mulheres e atenderia inicialmente as propostas solicitadas pela luta feminista.

Uma enquête realizada por um jornal no Rio de Janeiro, e que teve publicação em São Luís pelo jornal O Tocantins apresenta algumas mulheres de prestígio para a alta

---

[159] BPBL - VIANA, Godofredo. As reivindicações feministas. *O Imparcial*, 13 de fevereiro de 1928, nº 594, ano II, p.1.
[160] BPBL - VIANA, Godofredo. Op. Cit, p.1.

sociedade e que foram convidadas a falar sobre a mulher na posição de eleitora. As três escolhidas consideraram que esta atribuição seria aplicada de forma muito prematura, sendo que teriam os acréscimos de aborrecimentos no envolvimento com a vida pública e o direito da mulher consistiria em "agradar".

> D. Gaby Coelho Netto declarou que não se alistava como eleitora pois, inda, que as mulheres vencessem no pleito seriam prejudicadas no reconhecimento o que deve traser fortes aborrecimentos. D. Laurinda Santos Lobo disse que o único direito que a mulher deve ter è o de agradar. A escritora Albertina Bertha considera o ideal muito prematuro. O que se deve fazer antes é educar a mulher brasileira.[161]

Assim, a noção de que direitos políticos só podiam ser adquiridos após todo um processo de educação da mulher brasileira, pois só então ela estaria preparada para o desempenho de sua cidadania plena. Mas, o que era um fato em meio a este discurso de conceder ou não direito político às mulheres estava sempre a educação como um requisito ambíguo, sendo estimulado, vigiado e avaliada nos debates públicos de jornais.

Com forte presença e debate acerca da educação feminina algumas avaliações dessas condições educacionais submetidas às mulheres eram mais deficientes do que a fornecida aos rapazes no mesmo nível escolar, por meio da principal forma de acesso educacional em nível secundário, a Escola Normal.

> Já que falamos do Lyceu depauperado e ruim que possuimos vamos agora mais uma vez falar da Escola Normal, pretenso estabelecimento de instrucção secundária de que temos apresentado innumeros defeitos, muitas irregularidades administrativas. [...] De modo que as meninas da Escola Normal, a falar francamente, nada aprendem, nada sabem: é pegar esta, largal-a e pegar aquella e fazer o mesmo.[162]

A avaliação da Escola Normal partia do pressuposto organizacional do Liceu Maranhense, isto é, era notório que o "orgulho do ensino" secundário do Maranhão não estava em boas condições físicas e pedagógicas, sendo considerada pior ainda a instrução na Escola Normal. De acordo com as observações acima, os dois estabelecimentos já dividiam o mesmo espaço físico, tinham a mesma estrutura administrativa e mesmos professores com o compartilhamento de disciplinas comuns. No entanto, ainda sob condições muito semelhantes, o ensino Normal foi avaliado sobre o prisma de "pretenso

---

[161] BPBL - Voto Feminino. *O Tocantins*, 01 de setembro de 1917, nº 97, ano V.
[162] BPBL - A nossa instrucção pública. *A Campanha*, 27 de maio de 1903, nº 109, ano II.

estabelecimento" secundário, com inúmeras "irregularidades" refletidas diretamente sobre a aprendizagem das formandas.

> Sahem constantemente da Normal diversas professoras que mal sabem lêr quanto mais escrever, as meninas que estudam, ou pra melhor dizer que simplesmente freqüentam a Escola Modelo recitam versos mais não fazem conta [...] Depois que empregarem inutilmente a mais florida quadra da existência, voltam a casa dos paes sem educação bastante para ajudarem a família.[163]

O reflexo deste quadro educacional se apresentava nas atuações de normalistas na sociedade, o que se refletia em não saber ler nem escrever, fato de certa forma comum nas escolas, pois vários foram os registros sobre os problemas a educação. O caráter da inutilidade do estudo feito pelas alunas na Escola Normal, era outra problemática apresentada na matéria, inclusive por que havia a questão de ajudar a família, o que nos remete à classe social das meninas que freqüentavam esta escola.

A Escola Normal foi questionada se estava trazendo os resultados pretendidos ou se estava apenas onerando o poder público, Saldanha aponta que, "com dez anos de funcionamento, apenas 11 alunos haviam sido habilitados para exercer o magistério [...]. Os índices de evasão eram muito altos, o que era interpretado por Barbosa de Godois como 'falta de perseverança' dos alunos."[164]

A profissionalização feminina era quase exclusivamente voltada para o magistério, mas outras atividades também eram requisitas por esta mão de obra, vejamos:

> Por ser mesmo tão nobre essa missão é a mais procurada e seguida pela mulher maranhense que deixando os primeiros annos, gosados no meio da família, vae logo passando a outra mais ampla, a escola primaria e desta ao Curso Profissional, que lhe faculta um pergaminho mais ou menos seguro. Esse curso, porém, já se vae tornando difficil, pelo que terá ella, ao que parece de trocar as harmonias do hymno matinal pelo teclado da machina datilographica, pelo desempenho de outras funcções, tomando lugar no commercio, nas repartições publicas e quem sabe? Talvez, mui breve na magistratura.[165]

Dentre os trabalhos requisitados estava os relacionados a datilografia, comércio e atividades em repartições públicas, todas ações menos exigentes de uma educação aprimorada. Sobre a questão da profissionalização, espaço público e instrução, algumas

---

[163] BPBL - Nossa Educação. *A Campanha,* 07 de abril de 1903, nº 71, ano II.
[164] SALDANHA, Lilian Leda. Op. Cit., p. 122.
[165] BPBL - Revista Maranhense, 1922, nº 64/65, ano VII.

fontes literárias compõe um interessante quadro de análise, quando nos referimos à presença feminina nestes segmentos.

3.2 - Educação Ideal: Em Oposição às "Bonecas de Salão"

Os objetivos que levavam as mulheres a estudar e a desempenharem o papel de profissionais eram bem diversos, muitas eram as atribuições dadas à educação, as idéias pedagógicas apregoadas eram externalizadas por meio da projeção da sociedade ideal. Assim, homens e mulheres eram submetidos a objetivos educacionais diferenciados.

Na composição da organização republicana era comum estabelecer critérios funcionais aos atores sociais em vigência, afinal, as escolas eram agências mantenedoras da ordem e bem estar social, em substituição aos espaços de religiosidade. Alguns autores afirmavam que ocorreu uma espécie de acordo social realizado entre os componentes da estrutura social, como Freire aponta:

> revisão do conjunto de normas de gênero [que] envolveu conjuntamente o Estado, a Igreja Católica, a indústria, profissionais liberais e outras parcelas da elite brasileira em torno da proposta de 'regeneração' da família como estratégia para alcançar a ordem e o progresso na nação. [166]

Assim, a partir desta concepção e do maior número de mulheres que se dedicavam a instrução, seja ela pública ou privada, contribuiu na re-elaboração de um discurso educacional normatizador às mulheres, que, naquele momento, desempenhava um importante papel em contribuir para que a nação se projetasse adequadamente ao futuro.

A questão da educação mais recorrente se fez para contrariar as mulheres que recebiam uma formação de "bonecas de salões", neste caso, as de classe alta, que recebiam uma educação mais literária e menos desprendida das ditas obrigações domésticas. Nos jornais, a educação literária era entendida como aquela que se desprendia das verdadeiras funções femininas, pois mesmo que pagasse pelo exercício das atividades domésticas, deveria envolver-se com as questões da casa, sendo vigilante constante do que se passava em seu lar. Para isto era necessário que estas mulheres de classe alta não tivessem outras obrigações sociais a não ser o cuidado devido ao lar em suas responsabilidades.

Um dos primeiros objetivos que impulsionou mulheres à educação foi a atividade de educadora, isto é, aprender para ensinar, no papel de mãe o que se estabelecia era que as

[166] FREIRE, Maria Martha de Luna. Op. Cit., p.23.

mais responsáveis pela educação eram as mulheres em seu próprio lar. A máxima a seguir exemplifica um pouco desta questão difundida nos jornais ludovicenses:

> I- Educa tu próprio os teus filhos. A casa paterna, se for o que deve ser, é preferível ao melhor internato, e ainda resta provar se o teu dinheiro educará melhor que o teu amor.[167]

Pode-se perceber que não é negada uma instrução realizada nos institutos escolares, porém, uma educação no lar, feita pelos pais é considerada mais expressiva e valorizada para os preceitos da vida. A utilização de uma linguagem muito próxima de religiosa se justificava pela histórica e cultural "aproximação" feminina com as práticas de religiosidade, sobretudo nas manifestações critãs-católicas, onde, inclusive, buscava-se um ideal de educação feminina mais completa, mesmo porque acreditava-se que a mulher era a Igreja dentro do lar.

O artigo publicado no jornal "O Tocantins", citado acima, reconfigura os mandamentos bíblicos transferindo-os para a responsabilidade dos "Mandamentos do Educador". Neste caso foram, exclusivamente, voltados para a função que a família tinha também em educar, fato este que promoveria certa isenção do Estado nestas questões, pois a responsabilidade seria compartilhada. No entanto, as personagens principais para o exercício destas atividades eram as mães; a instrução e educação eram parceiras. O desenvolvimento da medicina e do sanitarismo estavam a circular com a definição de atribuições dessas mulheres na construção de uma sociedade higiênica.

Alguns dos principais preceitos da educação informal ditadas pelos mandamentos estão abaixo relacionados, perceba-se a grande ênfase dada às questões de moralidade, respeito e obediência.

> II – disciplina e corrigi desde o berço. [...] III – Nunca elogie nem reprehendas teus filhos na presença de extranhos. [...] IV – Exige delles obediência completa. [...] V – Subritae quando possível as creanças ás conversas de adultos. [...] VI – Não faça dos teus filhos brinquedos. [...] VII – Evita a oceosidade das creanças. [...] VIII - Cultiva na alma dos teus filhos a tenacidade. [...] IX – Não suffoques o instincto de perguntar. [...] X – Expulsa a mentira do teu lar.[168]

A capacidade de educação feminina deveria se relacionar com outras problemáticas da casa, como abaixo demonstra a necessidade das mulheres, ricas ou pobres, desenvolverem algum conhecimento sobre a economia doméstica.

---

[167] BPBL – Mandamentos do Educador: casa dos paes, escola dos filhos. *O Tocantins*, 15 de abril de 1917, nº 88, ano V.
[168] BPBL – Mandamentos do Educador: casa dos paes, escola dos filhos. *O Tocantins.* Op. Cit.

> Alguns preceitos da economia doméstica. – Havendo ordem nenhum lar é pobre. A ordem garante economia, e esta assegura a felicidade. – Ás mulheres cabe a função do governo da casa, mesmo aquelles que tiverem confiados a terceiros. Por força de suas fucções domesticas, é a mulher que conhece das necessidades que sobrevêm, por isso deve cortar desperdícios e estabelecer o regimen interno de vida conforme as posses do marido. [169]

A necessidade de "cortar desperdício e estabelecer regime interno de vida", motivou a inserção no ensino público e privado das meninas cadeiras específicas sobre as atividades domésticas. A justificativa social estava na capacidade que todas as mulheres deveriam ter de administrar a economia dentro das possibilidades financeiras dos maridos e estes aspectos só nos leva a analisar esta educação enquanto funcionalista, ou seja, a partir da identificação da função social requerida.

Vários porquês em relação ao desenvolvimento de uma educação feminina na sociedade eram lançados pelos jornais, os mais comuns já foram expostos e se dedicavam a contribuir para que uma mulher fosse, sobretudo mãe e esposa. Outros aspectos se baseavam na modelação de uma boa mulher em meio ao espaço público e suas relações sociais, mais uma vez os jornais de São Luís atendiam a demanda apresentando as principais características daquela considerada uma boa mulher:

> Quando uma mulher é boa? Informa-te antes de tudo sobre a honradez de seus pais e a educação que estes têm lhe dado. Se achas que foi uma educação crhistã, que quer dizer completa, podes sem receio seguir em diante. Procura então saber quais são as suas affeições, se ella prefere a egreja à exhibição constante nos passeios e theatros.[170]

A resposta é bem evidente, a mulher para ter valor social deveria desenvolver o conhecimento educacional em sua família, nos aspectos relacionados à honra e manutenção da ordem e decência. Outro aspecto destacado no artigo do jornal "A Regeneração" e, talvez, o mais importante, foi a prioridade concedida ao ensino religioso, classificado como completo, pois facilitaria a manutenção das mulheres nos antigos espaços da igreja em oposição às outras ambientações da cidade. A religião era considerada um ambiente feminino por natureza e nas últimas décadas estava perdendo espaço na concorrência para outros espaços. Interessante é perceber que São Luís já contava com uma vida pública mais dinâmica com situações constantes de atividades fora do lar, a exemplo dos passeios, visitas às praças e teatros, ou mesmo praia.

---

[169] BPBL - PAMPEIRO. Vida Doméstica. *O Município*, 08 de outubro de 1900, nº 25, ano VI.
[170] BPBL - Uma boa mulher. *Regeneração*. 19 de janeiro de 1900, nº 42, ano II.

Com a freqüência cada vez maior da presença feminina (não apenas por necessidade de um subtrabalho) nos espaços públicos, diurnos e noturnos da cidade nos ambientes de sociabilidade, ocorreu uma maior visibilidade destas mulheres, ainda que constantemente vigiadas pelo olhar público. Em alguns registros é possível notar implicações sobre essa freqüência que não eram vistas como tão nocivas, desde que esta situação não ocorresse de maneira desregrada ou exagerada. No entanto, estes espaços foram representados como fortes concorrentes do lar, daí a necessidade de constante reforço da presença feminina nos ambientes tradicionalmente freqüentados e o papel importante que a educação também desempenharia nesta disciplina.

Na composição da mulher idealizada em sua educação, era aceito uma educação que ainda reiterava a rainha do lar, e promovia a figura materna e redentora, em oposição às bonecas de salão que possuiriam uma educação considerada inútil para as atribuições que as mulheres deveriam desempenhar.

3.2.1 Alma do sertão: as mulheres julgadas pelos homens de bem

Perceber a situação social feminina também por outras formas de divulgação do saber para além dos jornais e revistas, isto é, através das obras literárias, contribui para a discussão sobre o fortalecimento de alguns ideais femininos e demonstram a organização social que se fazia naquele momento em reação às proximidades entre homens e mulheres.

Catullo da Paixão Cearense nasceu em São Luis do Maranhão e mudou-se para o Rio de Janeiro, com seus pais, em 1888. Ainda adolescente, onde trabalhou como joalheiro. Era filho de mãe maranhense e pai cearense. Destacou-se mais na música e literatura de cordel, porém deixou um importante legado acerca da condição social feminina no Brasil com a obra **Alma do Sertão,** publicava em 1928.

As possibilidades de identificar como se dava a presença das mulheres na estrutura social do meio urbano de São Luís são um dos pontos de destaque na obra de Catullo da Paixão, pois ele registrou a opinião dos homens acerca da mulher em sua atuação no lar e fora dele. O autor apresenta alguns itens da composição social pela visão masculina, as intenções sobre a educação e profissionalização, as múltiplas facetas da família, na tentativa de exaltar a tradicional figura feminina e desvalorizar a mulher ‘masculinizada’.

Esta obra contém uma série de discussões sobre as mulheres, partindo de espaços comuns entre os sexos e com fortes referências à condição feminina na sociedade, tomando sempre o homem como referência mais expressiva. O texto perpassa opiniões masculinas acerca da presença e atuação social feminina.

> A mulher é um planeta. Não tem luz própria. Vista de longe, com o telescópio da illusão, é com a lua. Encanta! Mas, de perto, é um astro morto, sem vida. Ainda assim, ella será o sol do nosso systema planetário. Quando não exerce sua attracção sobre o homem, elle, fatalmente, dispersa-se nas profundezas do Nada.[171]

Apresenta a mulher como um ser social de representatividade, porém ainda limitada pela sua dependência em reação ao homem, cabendo-lhe as seguintes características: não ter luz própria, sem referencias se estiver sozinha. Exemplificada pelo planeta e o homem pelo sol, o autor revela características da submissão feminina e necessidade de tutela.

> O homem é feito de estopa; a mulher é feita de brasas: o diabo sopra e já sabeis o resto! Nunca me casarei! Eva é uma creança, gosta de presentes e amor que se nutre de presentes, está sempre com fome! Não me casarei, porque o homem casado tem de aturar duas Evas: a Eva esposa, e a Eva sogra! [...] A mulher é uma comédia ou uma tragédia?[172]

O autor reforça a "supremacia" da masculinidade, cabendo à mulher estar sob o jugo masculino, com confirmações de ações, pois "a mulher não pode ser sujeito da oração, que é um verbo defectivo, que é um simples objecto indirecto, que está sempre na ordem inversa e que não tem voz activa."[173]

Dentre as principais temáticas abordadas pelo autor a mais presente é a questão do controle que os homens deveriam exercer sobre as mulheres. Em diversos tópicos são apresentados itens em que determinadas problemáticas sociais são entendidas como resultado da falta de limites ou vigilância em relação à meninas e mulheres, resultando em problemas de ordem moral e social.

A obra está repleta de informações comparativas entre a mulher adulta e a criança, onde o principal paralelo seria oferecer os mesmos cuidados da infância para faixa etária mais elevada. O controle se dava também nas diversas aproximações da mulher com o

---

[171] CEARENSE, Catullo Paixão. *Alma do Sertão: desafios a mulher julgada pelos homens.* Rio de Janeiro: Freitas Bastos e Cia, 1928, p. 126.
[172] CEARENSE, Catullo Paixão. Op. Cit., p. 132.
[173] CEARENSE, Catullo Paixão. Op. Cit., p. 153.

sagrado, assim, na sua condição de pureza ela deveria ser protegida e mantida na perspectiva da idealização e satisfação.

As mulheres representavam expressivo perigo ou risco, por isso as formas de vigilância eram entendidas como necessárias para controle de insanidades ou futilidades. As principais concepções estavam permeadas pelas visões seguintes: "[...] a mulher é um jardim. E, se é um jardim, todo homem deve ser um jardineiro."[174] Ao mesmo tempo em que há um elogio e proteção à mulher vista como um jardim, perfumada e com flores, ela deve ser podada, organizada e supervisionada pelo jardineiro.

Semelhantes comparações continuam sendo descritas pelo autor, onde:

> A mulher é um navio. O mundo é um oceano. A todo momento o homem está encontrando um porto de difficil entrada. Logo o homem precisa ser um bom piloto. Conduza bem o seu navio, e verá como tudo lhe ocorre a vela solta. [175]

Na linguagem poética o autor optou por promover uma série de comparações do universo feminino com o masculino a partir das profissões e respaldo social que seus personagens integravam, com as situações vividas pelo homem sempre associadas às mulheres que o cercavam, em especial, esposas e filhas. No trecho transcrito há uma evidente aproximação entre a profissão exercida de piloto, com a relação que este deveria desenvolver com sua esposa, como Catullo bem escreve, deveria conduzi-la, caso contrário o navio, a mulher, estaria solta e desnorteada.

Descreve ainda como a presença masculina era importante para garantir as tradicionais características femininas tão requisitadas em tempos de mudanças, afirma que: "Ela é boa, é carinhosa, e meiga, é fiel, é a coisa melhor que Deos fez! Mas para ser isso tudo, é preciso que ella veja de vez em quando o chicote estalando no ar!"[176]. Há, neste momento, a legitimação da violência contra a mulher para que fosse exercido o controle sobre a mesma e, em várias situações, não apenas com o desenvolvimento da violência física para limitar ou restringir, mas, sobretudo a simbólica, sobre ações cotidianas.

As diversas formas de imposições de controle fizeram com que o autor manifestasse interesse especial pela educação que as meninas e moças recebiam e uma de suas maiores preocupações se efetivava através das críticas a uma forma de estudo que

---

[174] CEARENSE, Catullo da Paixão. Op. Cit., p. 135.
[175] CEARENSE, Catullo da Paixão. Op. Cit., p.163.
[176]CEARENSE, Catullo da Paixão. Op. Cit., p. 191.

representasse a possibilidade de exercício de ações femininas para além daquelas já desempenhadas na sociedade.

Com a máxima "panelas e mais panelas é o de que elas precisam", Catullo da Paixão aponta que a substituição da casa e família pelos livros e vaidade levariam mulheres do passado a serem intelectuais e profissionais. Para ele, apenas marido e filhos eram suficientes para completar a rotina feminina.

> pois vejo que a mulher de hoje não vale a mulher do passado. A de hoje só quer ser doutora, professora, funccionaria publica, aviadora, eleitora, senadora deputada ... o diabo a quatro, emquanto a outra era a doutora da casa, a funcionaria da cozinha e a deputada do seu marido. Que saudade do passado meus caros amigos! A mulher há de tornar a ser mulher no dia em que deixar o atropelo da moda, a vaidade de ser doutora, e voltar para a cozinha e me comprar mais pratos, copos, panellas, pois assim, como vae, há de chegar um tempo em que ella não será mais nem homem nem mulher!Meus senhores: quereis a opinião de um rude sobre as mulheres? Panellas e mais panellas é o de que ellas precisam.[177]

Ao comparar a mulher do passado com aquela contemporânea, foram utilizados alguns termos característicos na elaboração caricata de dois tipos ideais. Podemos utilizar os termos adotados para a estigmatização de uma mulher "eva"[178] e outra "maria". A primeira foi caracterizada como a doutora, professora, funcionária pública, aviadora, eleitora, senadora e deputada. E ainda interessante perceber que há uma seqüência lógica na análise destas profissões escolhidas pelo autor, primeiramente profissões anteriormente ocupadas apenas por homens, que tem relação direta com períodos mais longos de estudo e preparação profissional, mas que ainda assim são profissões ligadas ao cuidado, que de certa forma exigem sensibilidade, a médica e a professora. Já a funcionaria pública e aviadora representam o ramo das profissões que em nada tem relação com a vivencia da mulher, seria então um ramo mais autônomo e novo para relações de trabalhos feminino, por fim a descrição de uma das ações que mais incomodaram e se refletiram nos diversos

---

[177] CEARENSE, Catullo da Paixão. Op. Cit., p.145.

[178] Uma concepção muito recorrente por entre as fontes literárias e jornalíticas era a apropriação de duas concepções acerca das mulheres, aproximando-as para ser *eva* ou *maria*. A *eva* representava toda forma não aconselhável para a situação feminina, aquela que frequentava no espaço público, exercia profissões extra ao lar e desenvolvia uma sexualidade mais acentuada. *Maria*, por sua vez, alimentava um ideal de mulher devotada ao lar, marido, filhos e com uma base totalmente cristã. Um trabalho recente que discute a elaboração da *nova eva* é o de Maria Martha Freire[178], esta autora apresenta a conotação de que as *novas evas* eram sinônimo de mulheres modernas e em contraponto com os costumes sociais desenvolviam atividades outras que lhes permitiam não estarem inseridas apenas no contexto do lar, um exemplo para caracterizar esta mulher moderna era o desempenho de uma profissionalização, mesmo as que eram julgadas adequadas para mulheres de bem, como a prática do magistério.

periódicos, o ramo político tanto como na condição de eleitora, quanto na condição de eleita.

Já a mulher do passado é a que desempenhava todas estas funções, mas apenas no privado. O autor lança duras críticas reflexivas e também encontradas nos jornais, pois o estudo era para as mulheres fruto de uma vaidade destinada a poucas; e, a segunda crítica, se refere à criação de uma figura sem sexo, androgênica, não seria nem homem, nem mulher, como resultado desta mulher que estuda e trabalha.

Em outro momento da obra, já sob a fala de seu personagem educador, Catullo Paixão faz uma abordagem acerca da educação e em favor dela, porém a defende com objetivos que não se aplicam aos maiores atributos sociais, ou seja, uma educação de palacete, de bonecas de salão, fixada na falta de utilidade, onde socialmente esta mulher não desenvolveria atividades diretamente ativas. Ainda sobre a profissionalização da mulher o autor se posiciona da seguinte maneira:

> É um facto que as mulheres estão nos fazendo grande mal, na competição de nossas profissões, nos misteres que até agora só foram desempenhados pelos homens. Reprovo a mulher burocrática, deputada, senadora, advogada, medica, (a não ser a parteira) industrial, etc. etc. Mas, no entanto, eu penso que a minha profissão devia ser exercida pelas mulheres e não pelos homens. Se um dia fundar um jornal só admittirei reporteres de saia, porque a mulher, sem excepção, nasceu para repórter. Embora dimminuindo-me deante do sexo fraco, gritarei com todas as forças dos meus pulmões: a mulher veio para o mundo para fazer a reportagem dos homens.[179]

O fato de existir mulheres capacitadas para o desempenho das funções profissionais anteriormente realizadas por homens, promoveu certo impacto na sociedade. Diversas revistas e jornais descreveram algumas problemáticas e repercussões no mundo dos homens e da sociedade elitizada em geral, acerca destas questões, na maioria das vezes o tipo de opinião que se evidenciava era muito próximo ao que Catullo apresentava, isto é, a reprovação do desempenho dessas ações pelas mulheres. O autor se posiciona de forma irônica em relação à uma profissão masculina mas que poderia ser atribuída às mulheres, a de repórter uma vez que caberia aos homens as principais ações da sociedade, o espaço público e profissões e às mulheres caberia contar os feitos masculinos.

> A mulher pode saber grammatica, arithmetica, geographia, tudo quando lhe quizerem ensinar. Pode também não saber nada disso. Mas será triste vel-a indifferente deante de uma pintura, de uma escultura, ouvindo uma

[179] CEARENSE, Catullo da Paixão. Op. Cit., p.168.

> bella pagina de musica, uma poesia ou outra qualquer manifestação do Bello. [...] A mulher instruída é, com justiça, admirada: mas a mulher que tiver preparo intellectual e educação do sentimento, é admirada e adorada.[180]

O primeiro ponto que chama atenção é que o autor não é desfavorável a uma instrução, no entanto considera que ela não exerce nenhuma ou grande relevância na vida da mulher, pois ela não precisaria diretamente desses conhecimentos para realizar as atividades para as quais estava destinada. Ele defende que a mulher poderia ou não saber a gramática ou geografia, mas seria inaceitável que ela desconhecesse o mundo da arte, o 'Bello', onde o mais importante requisito seria o gosto pela pintura, escultura, música e poesia, enfim uma educação onde não havia fins práticos nem objetivos, mas que defendia um preparo intelectual mais condizente ao tipo de mulher enclausurada numa educação palaciana, onde o intuito era, como ele mesmo descreve, ser admirada e adorada.

Ainda em função do grau de escolarização e acesso a leitura das mulheres, Catullo se posicionou a partir do personagem cuja função guardar os livros de uma biblioteca. Na voz do personagem aponta que as mulheres estavam, cada vez mais, atentas a um número muito grande de livros e o grau de interesse pela leitura aumentava consideravelmente, mas as mulheres "Acha[m] razoáveis todos os [...] livros, menos um: o 'Razão'"[181]. Esta concepção parte da ideia do peso que a leitura poderia despertar, desde contatos mais inocentes e considerados apropriados até leituras que representavam problemas para a formação da mulher culta, despertando outras formas de conhecimento inapropriado àquela mulher.

Um dos aspectos apontados na obra de Catullo da Paixão é a tentativa de demonstrar alguma forma de reação social à condição da mulher, principalmente adotando posicionamentos em a busca pela mulher não representaria ameaça a ordem e organização social. Assim a dita mulher do futuro, que teria as características reforçadas constantemente, era, mais uma vez, desmotivada, sobretudo em seu caráter de instrução e profissionalização. Destarte, algumas dessas premissas perpassavam pela concepção seguinte: "[...] estou prompto a defender a mulher; mas não a do futuro. E´ uma calamidade! E´uma immoralidade!"[182] Calamidade e imoralidade eram adjetivos usados para mulheres que, de alguma forma, não se enquadravam num determinado padrão, é

---

[180] CEARENSE, Catullo da Paixão. Op. Cit., p. 193.
[181] CEARENSE, Catullo da Paixão. Op. Cit., p. 183.
[182] CEARENSE, Catullo da Paixão. Op. Cit., p. 197.

dessa forma que em vários momentos o autor aponta para o espaço privado do lar, pois a mulher não teria condições físicas e biológicas de compreender e vivenciar 'direito e a lei'. "Adoro minha mulher. [...] ainda não consegui fazel-a econômica no ministério do Lar. O direito e a Lei não foram feitos para o sexo fraco, que é, no entanto, o mais forte."[183] Era muito comum no início do século XX estudos que tinham a proposta de constatar as diferenças entre os sexos, afirmando que a mulher não tinha aptidões intelectuais para exercício de determinadas atribuições.[184]

Na obra **Alma do Sertão** de Catullo Paixão ele descreve um homem simples, sem instrução, mas que é capaz de promover um fechamento para todas as opiniões emitidas. A primeira constatação é de que a "muié nunca teve im riba do home", ou seja, por mais expressiva que fosse a presença da mulher nos diversos espaços, ela ainda não tinha alcançado prestígio social equivalente ao do homem e enfrentava fortes resistências para desenvolvimento de suas ações.

Em seguida, aponta para o fato de que havia uma necessidade das mulheres seguirem o modelo masculino para sua reafirmação no todo social, no entanto, o contrário não acontecia: "E a prova do que eu digo, seu doutô, e que toda muié que sé home, mas porém, cum licença de todos vasmincês, eu juro que nunca vi um home que quizesse sé muié."[185]

Como mulheres estavam em uma posição social de inferioridade, por conseqüência, os homens não tinham interesse na apropriação de suas ações. Em suma, esta obra tem relevância por que aponta uma série de questões que eram também debatidas nos periódicos e jornais, o autor faz isto em tom de humor, mas que apresenta parte de um comportamento masculino e a visão sobre os novos papéis femininos. Apresenta, ainda, o quanto o grau de instrução e a busca por novos espaços incomodavam e ameaçavam a sociedade de então.

---

[183]CEARENSE, Catullo da Paixão. Op. Cit., p 127.

[184] Obras de destaque para este trabalho e que tiveram a preocupação de relatar a situação feminina nos campos: social, educacional e político. *Alma – educação feminina* (1911), de Coelho Neto, *Alma do Sertão* (1928), de Catullo da Paixão Cearense e *As raças humanas: a mulher*, de Gomes de Castro, cujos títulos se reportam à possível sensibilidade da mulher enfocando a alma como critério de análise.

[185] CEARENSE, Catullo Paixão. Op. Cit., p. 180.

3.2.2 Alma: um modelo de educação feminina

A proposta do livro de Coelho Neto é também delimitar formas pedagógicas ao ensino das meninas e moças. O trabalho veiculava uma padronização para a educação das mulheres, independentemente de sua classe social, considerando o exercício do matrimônio e maternidade. Dessa forma, a "receita para a mulher ideal envolvia uma mistura de imagens: a mãe piedosa da Igreja, a mãe-educadora do Estado positivista, a esposa-companheira do aparato médico-higienista." [186] É no reforço destas imagens que a obra em questão se destaca para o período republicano, pois tal imagética refletia-se em posicionamentos como o descrito no jornal Regeneração:

> Também é preferível, que ella saiba bem cozinhar e costurar ao ter primores rethoricos ou saber tocar piano e pintar e fazer versos a lua. Emfim, a mulher deve ser afeiçoada ao trabalho e estar acostumada á laboriosidade. Uma boa qualidade será, ella não se importar com o q` dizem os jornaes nem com costume da moda. Em resumo: uma mulher cristhã e laboriosa, eis ahi uma boa mulher.[187]

A reportagem descreve dois perfis de mulheres. A primeira mais interessada em questões como moda, piano, pintura ou mesmo recitais características relacionadas às mulheres de classe média e alta, a chamada mulher boneca de salão. Esta versão é negada pelo/a autor/a enquanto posicionamentos de mulheres vaidosas e crítica a perda de tempo em artes, ações desvalorizadas socialmente para exercício feminino. A outra mulher é a que valoriza o conhecimento de rudimentos do lar, como cozinhar e costurar, apontada como a *boa mulher*, pois acima de quaisquer questões dedicava-se aos preceitos cristãos e ao trabalho doméstico.

Havia ainda uma preocupação em promover a negação de futilidades fortalecidas pelos próprios jornais e revistas, neste caso a negação da moda, tendo em vista que ela servia como um elemento desviante das intencionalidades femininas e do modelo idealizado já decorrente na sociedade: a mulher religiosa, boa e honesta, seriam as contribuições da cidadania feminina na sociedade, com o bom cumprimento das suas funções, pois "a mulher só poderia exigir seus direitos de cidadania a partir do momento

---

[186] FONSECA, Cláudia. Op. Cit., p. 528.
[187] BPBL - Uma boa mulher. *Regeneração.* 19 de janeiro de 1900, nº 42, ano II.

em que cumprisse seus deveres com a pátria – pela educação dos filhos ou pela ação social voluntária." [188]

Manter as mulheres moralmente bem resolvidas era estabelecer bases morais para toda a sociedade. Com a divulgação desta premissa jornais, revistas e obras literárias reforçavam os papéis femininos. Acreditava-se na possibilidade de que a sociedade de então vivia sob uma crise de conceitos, em que a dita modernidade era avassaladora, comprometendo os valores aceitos e convencionados como importantes, é nesse momento, que a figura feminina no espaço familiar ganhou mais visibilidade, pois com os requisitos de possíveis fragilidades sociais, restava à mulher parte da responsabilidade em restabelecer os valores morais.

No Maranhão alguns jornais destinaram seções específicas para as mulheres e, até mesmo, com escritas de mulheres onde diversas temáticas eram abordadas, desde moda (tema mais recorrente), produtos para cuidado com os bebês, a missão feminina, beleza e outros assuntos recorrentemente associados à feminilidade. É partindo de preocupações com a manutenção da tradição e valores que a obra de Coelho Neto se destaca, fazendo uma elaboração do perfil de mulher a ser seguido, instruindo acerca de vários prismas, como a questão da amizade, organização, higiene pessoal, beleza e um conjunto de quesitos influenciadores no processo de formação do caráter da menina.

Era na figura da mãe que o lar e sua unidade se firmavam e o livro de Coelho Neto reforçava este tema. A partir de abordagens sobre "União", onde a família tornava-se o centro, destacou a importância da prática familiar, pois é neste ponto que os membros se ampararíam de forma zelosa nos momentos de dificuldade, com enfoque à figura feminina.

O livro apresenta um explícito incentivo ao estudo e à leitura, oferecendo um novo valor simbólico ao dote feminino. O dote era um antigo costume e tinha um importante papel na formação das famílias quando ainda se carregava a concepção de que tais núcleos eram unidades de produção. Os pais costumavam dotar suas filhas com bens materiais que pudessem contribuir para a formação do patrimônio e sobrevivência do novo casal. Coelho Neto afirma que a riqueza de uma mulher ao casamento e à sua vida pessoal mediante a sociedade era o saber e estimulava o conhecimento, mas não disponibilizava todas as formas de informação e ciência para o sexo feminino. A elas não cabiam áreas do saber disponíveis aos homens, e o conhecimento adquirido deveria ser utilizado na vida privada.

---

[188] FREIRE, Maria Martha de Luna. Op. Cit., p.77.

Coelho Neto afirma: "Applica-te ao livro e poderás, um dia, erigir um pequenino edifício com os teus pensamentos, e, ainda que o não offereças á Humanidade, que exige obra forte, poderás dedicál-o aos teus, mostrando-lhes, [...] sobre a virtude".[189] Fazendo esta afirmação firmava sua posição quanto à extensão da educação feminina.

Destacando os dotes intelectuais das mulheres por meio da educação, Coelho Neto destacou que uma honrada área para o trabalho feminino seria o magistério, profissão crescente entre as mulheres desse período, inclusive com a entrada de protestantes missionários no Brasil, fins do século XIX e início do XX, que estimulavam o estabelecimento de instituições de ensino e profissionalização das mulheres enquanto professoras, uma prática que segundo Jane Soares de Almeida veio estabelecer novos conceitos sobre trabalho feminino. Foi no período republicano que "o magistério exercido por mulheres, a co-educação dos sexos, a implantação de uma prática educativa inovadora e a visão de mundo diferenciada ganharam a simpatia dos intelectuais reformadores"[190], fato este que possibilitou a entrada das mulheres nas instituições de formação de professores.

Henrique Maximiano Coelho Neto foi professor, político, romancista, contista, crítico, teatrólogo, memorialista e poeta,. Nasceu em Caxias (MA) em 21 de fevereiro de 1864, e faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 28 de novembro de 1934. Estudou no Colégio Dom Pedro II e fez Direito na Faculdade de Direito em São Paulo. A obra de Coelho Neto teve grande importância para compreendermos a questão social e o ensino feminino, pois publicou, em 1911, um manual para a educação feminina com direcionados às mães de como realizarem uma instrução e educação mais adequada às exigências sociais da época. Esta obra foi uma importante definidora das margens para o desenvolvimento das pedagogias diferenciadas aos sexos.

> Recorrendo ao dote que não se perde, que é a instrucção, saihu a ensinar e, com o producto do trabalho honesto, se não conseguiu reintegrar-se no antigo fausto, estabeleceu-se em lar proprio.[...] A mulher deve prevenir-se com uma reserva para o que possa acontecer de surpreza. [...] Os dotes melhores e mais seguros são os que dão o estudo, a experiência e o conhecimento da vida.[191]

---

[189] COELHO NETO, Henrique Maximiano. *Alma: educação feminina.* Rio de Janeiro: J. Ribeiro dos Santos, 1911, p.43.
[190] ALMEIDA, Jane Soares de. Op. Cit., p.153.
[191] COELHO NETO, Henrique Maximiano. Op. Cit., p. 79-80.

Assim, a profissionalização aceita no meio social: a docência. Sobre o trabalho feminino e sua "missão" na terra, Coelho Neto também acrescenta estas observações:

> Não, minha filha. Faça cada qual o que lhe compete e cumprirá sua missão na terra. Á mulher cabe o governo da casa e nelle está comprehendido o preparo da geração futura. O trabalho é uma harmonia, e ao som do malho na pedra ou na bigorna, ao estrondo das minas, ao silvo das machinas, ao murmurio das águas, ao sussurro das folhas, ao coro infantil de uma escola casa-se uma voz suave da mãi embalar um berço. O conjunto de taes sons e vozes fórma o hymno da vida, oração por excellencia, grata ao senhor. E é assim que o trabalho é um officio divino.[192]

Era comum a associação entre as atividades desenvolvidas pelas mulheres e o caráter divino supostamente desempenhado por elas, o sacerdócio feminino estaria ligado às esferas já abordadas e tão debatidas nos estudos de gênero no Brasil. Este "ofício divino" destacado por Coelho Neto remonta não apenas ao trabalho desempenhado no lar ou o cuidado com a família, mas às outras formas que, gradativamente, participavam da vida feminina como forma de profissionalização.

Diante do maior contato das mulheres com a educação e leituras que não restringiam-se apenas à folhetins de romance, os cuidados com o acesso feminino com os mundos da leitura e do saber passaram a ser preocupações relevantes na classe média e alta de São Luís. Como destaca Coelho Neto acerca deste cuidado:

> Não te fadigues muito na leitura. [...] Fazer estudos com cuidado para não cansar o cérebro. [...] Tens ancia de saber? Estuda. O livro deve subir ao cérebro em essência – não em palavras, mas em idéias.[193]

Ainda sobre a leitura e o estudo da mulher no início do século XX, Coelho Neto descreve abertamente os riscos de uma leitura não considerada adequada às mulheres, sendo que algumas poderiam levar a um conhecimento inadequado que provavelmente, seriam leituras voltadas para temas como feminismo, emancipação das mulheres, questões relacionadas ao contato com o público, enfim, áreas relacionadas ao diálogo ou pluralidade das questões femininas.

> Poe mais cuidado na escolha dos livros da tua leitura do que na dos manjares da mesa. [...] Os alimentos do espirito são examinados pelos sentidos: passam dos olhos ao cerebro e nelle ficam em deposito. Se levam substancia apreciavel, espalham a seiva pela intelligencia e, sendo boa, fornece instrucção sadia, sendo nociva deprava a alma. [...] O livro,

---

[192] COELHO NETO, Henrique Maximiano. Op. Cit., p.91.
[193] COELHO NETO, Henrique Maximiano. Op. Cit., p. 97-98-99.

> minha filha, é sempre um degrau: sobe se é bom; desce se é mau. Por elle o espirito acende a claridade ou abysma-se na treva.[194]

Os conteúdos que deveriam caber às mulheres eram então os tradicionalmente debatidos no meio social, aqueles que teriam uma relação direta com o lar e a pátria.

> O patriotismo funda-se na dedicação, no respeito, no amor, em summa, de quantos interessam-se pela prosperidade do país nativo. E á mulher, minha filha, o ser fraco, cabe a responsabilidade maior nesse trabalho, porque, como o Senhor, no dizer dos livros criou a alma do Homem infundindo-lhe no corpo seu halito divino, a mulher mãe deve inspirar ao coração do filho o bom exemplo, que é o germen da perfeição. Por isso convem que a educação da mulher seja guiada com todo escrupulo, porque o seu destino na terra é continuar a vida, perpetuando o amor.[195]

O 'ser fraco' tinha o dever de atuar no lar e contribuir para o crescimento da nação, ao criar um filho e ensinar bons costumes e bons exemplos estaria contribuindo para o crescimento da nação e seu fortalecimento. Dentre as diversas temáticas trabalhadas neste livro esta a questão da honra. Nesta obra ela é vista como a denúncia de "falha no caráter, que deve ser inteiriço, por que é a couraça da honra. [...] A boca, uma vez aberta, é a porta por onde escapam todos os pensamentos se a Prudência não está de guarda para correr o ferrolho a tempo".[196]

Uma série de palavras-chave ajuda a interpretar o trecho destacado. A primeira é *honra,* onde o texto destaca o caráter como forma de honra feminina. A segunda, é prudência, caracterizada como saber a hora certa de falar e a terceira palavra, o *ferrolho*, simbolizando as formas de controle. Vai-se, dessa forma, constituindo as principais características para as mulheres idealizadas.

A obra aborda também temáticas sobre conselhos de união familiar, amizade, ordem, simplicidade do traje, dicas para que as meninas aprendam os elementos serenos embasados na natureza. A simplicidade era entendida como um atributo necessário destacando o luxo no vestir, "nos dias comuns, os vestidos devem ser como as folhas: simples, mas limpos e graciosos"[197]. Juntamente com a simplicidade é reforçado, mais uma vez, a advertência em relação às conversas, pois a mulher perfeita lançar-se-ia a conversas

---

[194] COELHO NETO, Henrique Maximiano. Op. Cit., p. 133-134.
[195] COELHO NETO, Henrique Maximiano. Op. Cit., p. 40.
[196] COELHO NETO, Henrique Maximiano. Op. Cit., p.27.
[197] COELHO NETO, Henrique Maximiano. Op. Cit., p. 126.

somente com pessoas de um mesmo nível educacional, livrando-se das conversas que aviltam.

Ao incentivar a instrução feminina, preza para que ela seja feita com cuidado e ressalvas, indicando que a menina acompanhasse seu "passo natural" e que não se fadigasse muito na leitura, por fim é aconselhado: "Se fizeres os teus estudos com o devido cuidado aproveitarás o tempo sem cansar o cérebro [...] Tens ânsia de saber? estuda. O livro deve subir ao cérebro em essência – não em palavras, mas em idéias"[198]

O livro de Coelho Neto, em certa medida, é um reflexo da sociedade brasileira do início do século XX pertencente à classe média e alta, uma sociedade preocupada com a situação da mulher em relação às mudanças que invariavelmente estavam ocorrendo nos espaços, principalmente, urbanos do país, fruto de um maior contato das mulheres com a instrução e informação, fruto também de um mundo público cada vez mais freqüentado por elas. Assim, este livro se configura como forma de reforçar o 'ser mulher' por meio de valores que eram considerados ameaçados naquele momento por uma sociedade envolta na modernidade.

3.2.3 As raças humanas: a mulher

Augusto Olímpio Gomes de Castro nasceu em Alcântara (MA) em 1836, vindo a falecer em 1909, foi político e escritor, estudou no Liceu Maranhense e escreveu um livro dedicado a analisar a mulher no contexto republicano e positivista, esta obra foi resultado de uma conferência sua no Rio de Janeiro.

O trabalho de Gomes de Castro fundamenta-se na República e no Positivismo, com destaque para a importância do papel feminino na formação da nação e para o progresso. Ao contextualizar com as novas demandas e corporificações sociais ele também formula novas demandas e releituras de exigências para as mulheres. Inicialmente destaca que tendo:

> O amor por princípio, e a ordem por base; o progresso por fim. O amor, que procura a ordem e impelle ao progresso; a ordem, que consolida o

[198] COELHO NETO, Henrique Maximiano. Op. Cit., p. 98-99.

> amor e dirige o progresso; e o progresso, que desenvolve a ordem e conduz ao amor.[199]

Nesta proposição Castro aponta três unidades que julga imprescindíveis para a nação republicana, a primeira é o amor, a sustentação é a organização e ordem e a grande finalidade é o progresso, elas estão de tal forma unidas que cada uma desenvolve as outras duas.

Ainda sobre estas três premissas o autor afirma como a sociedade deveria estar pautada na identificada "tríplice progressão" e ele afirma que:

> Amor, ordem e progresso; culto, dogma e regimen; poesia, philosofia e política; a tríplice progressão, moral, intellectual e pratica, inherente á nossa tríplice natureza: tudo nella como que se requinta a primor."[200]

Essas atribuições destacam-se pela necessidade, apontada no livro, que o ser humano teria de desenvolvimento em sua natureza, o culto, a filosofia, a política. O autor começou a analisar a relação da mulher com a sociedade que a caracterizava, promovendo uma aproximação das relações femininas com as convicções positivistas:

> Tudo isso quer dizer, em uma palavra, que o vamos fazer como positivistas que somos, e nessa edade em que nos achamos, em que nos achamos, em que se não volta atrás, quando se tem a ventura de ter as inabaláveis convicções positivas, isto é, reaes e úteis, que nos temos. E´ um crente, pois da mais feminina das religiões; a do amor, como a lei do dever e da felicidade; a do culto da Mulher, como fundamento moral da ordem e do progresso; que vae abordar agora, minhas Senhoras, a delicada e tocante apreciação do vosso bello e nobre sexo; que naturalmente, assim philosophicamente estribado, se sente á vontade para o fazer.[201]

Assim, Castro aponta para uma realidade em que todas as convicções políticas e filosóficas são positivistas, o que também oferece a noção de que o Brasil vivia sob forte influência do positivismo de forma a ser destaque sobre as relações sociais mais amplas e não apenas de política. No seu culto ao positivismo ele destaca como estas convicções são reais e úteis para a sociedade e confirma-se a partir de uma conclamação às mulheres como algo fundamental para a moral e no culto ao feminino. Desta forma, não fugindo das principais idéias sobre as mulheres sua educação e missão social da época, afirma que a

---

[199] CASTRO, Augusto Olímpio Gomes de. *As raças humanas: A mulher*. Rio de Janeiro: Marques, Araujo e C., 1921, p.124.
[200] CASTRO, Gomes de. Op. Cit., p 128.
[201] CASTRO, Gomes de. Op. Cit., p 142.

sociedade deveria esperar da mulher três grandes responsabilidades: ser filha, esposa e mãe.

Na tentativa de promover a organização da sociedade aborda as principais comparações entre os dois sexos, bem como suas exigências de ações.

> O minucioso e criterioso confronto dos dois sexos, pelo escrupuloso cotejo das suas mutuas qualidades, affectivas, especulativas e activas, moraes, intellectuaes e praticas, de coração, de espírito, e de caráter; mostra, pois, que a Mulher é intrinsecamente superior ao homem, quanto ás primeiras, as affectivas, as moraes, as do coração. E duplamente superior, como vimos positiva e negativamente; em ternura, e em pureza, como mais altruísta e menos egoísta.[202]

Nos critérios de avaliação escolhidos pelo autor para a comparação entre os sexos, tenta demonstrar o quanto a mulher possue maiores qualidades para a convivência em sociedade, aponta-a como superior nas qualidades afetivas, emocionais, morais e do coração e duplamente superior em relação à ternura, pureza e altruísmo. Divulgou-se os elementos que tradicionalmente a igreja católica aplicava às mulheres, dando simbologia de santas e identificando a emoção sobre a razão, Castro não se afastou deste modelo e reproduziu um ideal de mulher que tem suas qualidades sentimentais superiores aos homens, mas não problematiza, em nenhum momento da obra, possíveis atributos intelectuais, políticos ou mesmo públicos.

> Apreciada scientificamente a excelsa natureza feminina, como o fizemos, vejamos agora a dupla missão social da Mulher, a physica ou physiologica, e a moral ou educadora. É a deusa do lar, é a progenitora do homem, é o seu anjo da guarda, é a sua amiga natural, mãe, esposa e filha; é aquella que abnegadamente joga a vida que nos dá; que vamos especialmente encarar agora, no atarefado exercício da sua incomparável e insubstituível missão. [203]

A mulher possui uma dupla missão, identificada enquanto física e moral. A física se deu por meio do ato de ser mãe, progenitora, no entanto o autor se fundamenta mais na segunda missão, a moral e educadora, estas duas proposições teriam um aspecto relacional. Gomes de Castro usou representações como anjo da guarda, amiga natural e aquela que abnegadamente abre mão de sua própria vida, em busca de um bem comum maior, esta seria, de acordo com Castro, a principal forma de atuação da mulher sobre o público, sua contribuição à sociedade.

---

[202] CASTRO, Gomes de. Op. Cit., p 151.
[203] CASTRO, Gomes de. Op. Cit., p 152.

Como a maioria das obras, poesias ou descritos sobre as mulheres na época, as principais abordagens referiam-se a reforçar a concepção vigente sobre a mulher, Gomes de Castro contribui com sua obra na mesma linha dos trabalhos aqui já analisados de Coelho Neto e Catullo da Paixão, onde ao lado do reforço das premissas sobre o feminino e masculino, estava a mutilação de todo modelo que visasse uma configuração diferente.

> Do seu culto, porque sendo a Mulher a obra prima da civilização; o ente mais perfeito e, por isso mesmo, mais sensível ao prazer, bem como á dor; o nosso principal aperfeiçoamento moral fito do culto, consiste naturalmente na plena emancipação moral do sexo affectivo, objecto do culto intimo ou pessoal, que é a base do culto privado e do culto publico.[204]

Abordando a qualidade da mulher ao amamentar seu próprio filho e constantemente fazendo comparações religiosas, o autor explicita uma utopia positivista da Virgem-Mãe, um modelo importado do catolicismo na figura da Virgem Maria, sendo esta a grande concepção da Humanidade. Castro apresenta uma relação de causa-consequencia geridos pela natureza ao afirmar que se "[...] Por suas próprias naturezas; ao homem cabe a vida publica, a acção sobre o mundo; e á Mulher, a vida privada, a acção sobre o proprio homem."[205]

Dessa forma, Castro reforça a divisão entre os sexos, justificando ser de cada um, na natureza de seus papéis, a importância de desenvolver o homem a vida pública e, a mulher, a vida privada. Este constante reforço em obras, jornais e revistas se deu também como uma resposta às demais demandas sociais que se fomentavam no Brasil.

Rachel Sohiet discute como a imprensa do Rio de Janeiro, em início do século XX, registrou esta 'inversão' dos papéis como sendo considerado um grande risco para a sociedade. Ela aponta que:

> Para a grande parte dos estudiosos em comportamento da virada do século XIX para o XX, a intelectual emancipada era mau exemplo para as outras mulheres, pois faria com que acreditassem que poderiam sobreviver sem o auxílio do marido. Ao se recusarem a restringir seu universo à maternidade e ao lar, desprezando suas funções naturais, essas mulheres de comportamento diferenciado seriam a fonte de todos os flagelos sociais.[206]

---

[204] CASTRO, Gomes de. Op. Cit., p 159.
[205] CASTRO, Gomes de. Op. Cit., p 164.
[206] SOIHET, Rachel. Pisando no "sexo frágil". In: *Revista Nossa História*. Rio de Janeiro, 2004, ano 1, p.14 – 20.

Eram veiculadas imagens de mulheres gordas, feias e deselegantes em jornais e revistas, principalmente as voltadas para o público feminino, a fim de representar aquelas que abandonavam os preceitos familiares, muitas reportagens apontavam até o fim do lar, pois os homens não conseguiriam mantê-lo como as mulheres. A imagem dos homens que ficavam em casa enquanto as mulheres saíam era de tristeza, desapontamento, de fracos e submissos frente a crescente figura feminina. Para colaborar ainda mais com o quadro que se compunha à mulher intelectual e trabalhadora, estavam os perigos que o feminismo representava.

> E o chamado feminismo, essa monstruosa competição de funcções entre os dois sexos, essa incrível perversão de atribuições, que desconhece o caracter fundamental de todo organismo collectivo, o principio da cooperação, da separação dos officios, e da convergência dos esforços, descoberto por Aristoteles, e sem o qual não há absolutamente sociedade, nem civil, nem domestica; essa aberração feminista, com o seu conseqüente amor livre, esse horror dos horrores, que brada aos céos; constituem o extremo grão ultra-revolucionario da dissolução do lar.[207]

As palavras que representavam o feminismo eram: aberração, horror e monstruosidade, pois era visto como uma competição de funções da mulher para com o homem, pois o ideal era seguir o critério de divisão sexual do trabalho, para o autor (baseado em Aristóteles) os dois sexos deveriam trabalhar em comunhão, coletivamente, mas, ao mesmo tempo, separadamente, onde cada um desenvolveria seu ofício. Para o autor toda forma de organização social necessitava desta organização e divisão e aquilo que acreditava ser feminismo ele deu adjetivos de 'horror dos horrores', que promoveria o amor livre e, por conseqüência, dissolveria o lar. No que tange a missão moral da mulher reforça que:

> A missão moral da Mulher, que actua sobre o homem, é mais importante, pois, do que a acção política do homem, que actua sobre o mundo. Além de que, agindo directamente sobre o homem, que age directamente sobre o mundo; a Mulher age, por conseqüência, indiretamente sobre o próprio mundo. O mundo é o instrumento bom na mão de operário ruim. E é a Mulher quem faz o operário bom.[208]

A mulher teria sua ação sobre o público de forma indireta, pois se agia na família, agia consequentemente no mundo, a capacidade da mulher enquanto mãe e educadora contribuiriam para melhoria do espaço público ao criarem o que o autor chama de

---

[207] CASTRO, Gomes de. Op. Cit., p 170.
[208] CASTRO, Gomes de. Op. Cit., p 165.

‘operário bom’. O autor fundamenta sua análise a partir de um grau menor para maior, percebendo desde a célula primária da sociedade, que é a família, até a organização maior, a Humanidade.

> Família, Pátria e Humanidade; são as três sucessivas associações humanas; Família subordinada á Pátria, e Pátria subordinada á Humanidade. A Família é a íntima associação formada pelo amor em torno da Mulher. A Pátria é a intermédia associação formada pela actividade em torno do governo. E a Humanidade é a universal associação formada pela fé em torno do sacerdote. A Mulher, o órgão do amor, é pois, o imprescindível e insubstituível anjo do lar.[209]

Nestas três “associações humanas” a que fundamentam-se em torno da mulher é a família (onde mais uma vez repete a assertiva de que a mulher é o anjo do lar, destacando o caráter de protetora, de vigilância, atenção,cuidado) e a que fundamenta-se em torno do homem é a pátria, através do governo, a humanidade seria o resultado da associação entre estes dois compostos.

3.3 Para manutenção da Família

A atenção e, sobretudo, preocupação com as mulheres de elite, presentes nos jornais e obras literárias era dispensada também àquelas de classes menos favorecidas, recaindo sobre o Estado cuidados para que tais meninas não se tornassem prostitutas e desmoralizassem ainda mais os valores apregoados, pois uma das maiores ameaças constituídas às famílias estavam concentradas na prostituição. Como afirma Rago:

> quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho.[210]

Era sobre este estigma que muitas mulheres estavam submetidas em suas relações sociais frente à esfera pública e o conflito com o lar e a necessidade de organização familiar.

---

[209] CASTRO, Gomes de. Op. Cit., p 166.
[210] RAGO, Margareth. Op. Cit., p. 63.

> Mais do que a infância masculina desvallida, reclama urgentes medidas de proteção e defesa a infancia feminina da nossa capital. [...] Dê se lhes às meninas uma educação essencialmente prática, de carater puramente domestico, de maneira a serem ellas próprias a concorrer para a boa economia doméstica para o próprio Asylo. Uma instituição que receba as orphãs em condições do mais perigoso abandono, não se compreende que ainda não a possua uma sociedade culta, de uma das mais antigas capitais do paiz.[211]

Nesta citação há uma evocação em defesa da infância de meninas pobres e órfãs, com a cobrança de realização de um espaço apropriado para receber estas moças e lhes oferecer uma educação, primordialmente, doméstica. No século XX, com a relativa expansão das escolas públicas e os estabelecimentos de grupos escolares juntamente ao regime co-educação, pessoas das classes mais baixas tiveram acesso a educação formal, dentre elas algumas mulheres. Com isso este papel de implantar uma educação doméstica para as pobres foi acatado pela escola em regime normal das aulas, só que com tantos desafios que sobrevém às mulheres pobres e cuidados com irmãos, necessidade de trabalho, etc., muitas abandonavam as aulas por serem "pequenas mães".

O jornal Tribuna reclamava por atenção às essas jovens, tendo em vista que este seria o papel de sociedade culta, civilizada e com bases históricas como São Luís, pois, no século XIX, alguns asilos desempenharam a missão de "resgate" de algumas jovens e adolescentes, fornecendo educação básica e, em alguns casos, até dotes para fomentar casamento e evitasse a "vida pública" das meninas órfãs.

> A mulher pobre, cercada por uma moralidade oficial completamente desligada de sua realidade, vivia entre a cruz e a espada. O salário minguado e regular de seu marido chegaria a suprir as necessidades domésticas só por um milagre. Mas a dona de casa, que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo da 'mulher pública'.[212]

No Maranhão, o asilo de cunho civil foi criado em 1855, no governo de Eduardo Olímpio Machado, para amparar as órfãs expostas na Santa Casa de Misericórdia, mas recebia pensionistas particulares. Neste estabelecimento a educação destinada às jovens era dividida em três momentos: a doutrina cristã (acreditava-se na fundamentação religiosa para complementação do caráter e consequentemente da formação da família) associada a estudos das primeiras letras e aritmética; trabalhos de agulha (não apenas como forma de

---

[211] BPBL - Infância Feminina. *Tribuna*, 07 de fevereiro de 1932.
[212] FONSECA, Cláudia. Op. Cit., p.516.

suprir as necessidades de casa, mas também dar à essas mulheres atividades que poderiam auxiliar na renda familiar e seriam consideradas honestas) e trabalhos domésticos[213].

É importante perceber como os requisitos de ideal feminino e familiar eram, impostos também às mulheres de classes baixas, por isso a disposição dos jornais em defender instituições diretamente relacionadas com estes perfis.

> De tudo que vejo neste mundo desde o mais pequeno gérmen á grandeza indiscritivel do firmamento, nada me inspira maior admiração e respeito do que o lar de uma família que sabe cumprir com seus deveres. Admiro a mulher que, compenetrando-se do seu papel de esposa e mãe, embora o lar seja pobre, sabe tornal o feliz, já com a sua amabilidade para com seu esposo, já com seus carinhos para com seus filhos. Admiro um homem que trabalha para a felicidade do lar, que é paciente e carinhoso para com os filhos e verdadeiro amigo da esposa. O lar quando abriga duas almas nestas condições encerra o que há de mais grato na vida – a felicidade.[214]

Ao identificar suas admirações por certos requisitos, este autor realiza uma normalização para o desempenho de funções em um espaço privado, onde ao homem caberia o trabalho, felicidade e carinho, à mulher caberia ser esposa e mãe. É interessante notar que as duas condições estavam implicadas para homens e mulheres e assumem situações diferenciadas não apenas em relação às ações, mas em significância, é possível notar como a condição masculina refere-se a **exercer** atividades, já a condição feminina refere-se a **ser** uma personagem, realizar e sofrer uma ação, o que determinavam o ser homens e o ser mulher.

Nos requisitos apresentados ao longo deste texto há sempre referências às mulheres de classe baixa e lares pobres, como uma forma de inserção da necessidade de programação e organização das famílias carentes, pois o bem estar social dependeria também dos menos favorecidos. Dessa forma, explicitava-se, também, o interesse na educação das esferas sociais que, por toda uma trajetória histórica, vinha à margem do processo educacional, a partir do reforço da seguinte noção: "todo homem precisa de conhecer os mysterios que encerram os caracteres do alphabeto. Esses mysterios contituem a felicidade da família e a properidade da pátria"[215].

Os objetivos apresentados nos jornais são precisos e não negam a existência de que havia interesses de manutenção de "poder" a partir de uma educação que se pretendia

---

[213] Sobre esta temática ver: ABRANTES, Elisabeth Sousa. Op. Cit.
[214] BPBL - PERY, Lily. O LAR. *O Martelo*, 01 de abril de 1913, nº. 25, ano II.
[215] BPBL - Pela Instrucção. *O Postal*, 18 de agosto de 1918, nº. 43, ano III.

normatizadora e regulamentadora. Susan Besse[216], ao analisar a educação feminina até a década de 1940, afirma que com o processo educacional e advento em algumas profissões, a mulher vivenciou uma modernização da desigualdade, isto é, novas roupagens para antigas questões, onde foram mantidas submissões, daí muito da relevância educacional que as mulheres trariam para o social e o constante reforço em sua ideal instrução.

> Se as novas condições sociais e econômicas favoreceram a expansão da educação feminina, os valores culturais tradicionais tiveram grande peso na formulação do conteúdo dos currículos educacionais. [...] para as mulheres, 'instruir-se e educar-se não quer dizer, porém, emancipar-se'. E, na prática, as escolas que formavam as moças para atuar no mercado socializava-as para aceitar os papéis domésticos femininos como 'naturais' e necessários.[217]

Manter o ideal de família era a força motriz da instrução, sobretudo a voltada para o público feminino, reforçando papéis domésticos, como aponta Besse. Abaixo uma crítica ao modelo de educação que poria em xeque a instituição familiar:

> Tenho-vos falado, amáveis leitoras da ridícula educação que recebem em nossos dias essas *bonecas de salão* das classes burguezas. A errônea educação da mulher, que se nota também já nas classes médias, irradia em fim até para as das classes pobres e laboriosas, e estas já desconhecem os rudimentos do arranjo da casa. Tenho entrado em casa de operários e de pessoas, não digo miseráveis, porém pobres; nellas encontrei alguma cousa que me impressionou mais do que a própria miséria – é a falta de asseio e o seu complemento desalinho. [...] E a cozinha? A mulher pobre não pode dar ao marido e a seus filhos lauto jantar de numerosos pratos. [...] Não há duvida, se muitos maridos, ao deixarem o trabalho, encontrassem em sua modesta casinha a sedução da limpeza e os estimulasse o melhor de todos os aperitivos, que é o bom cheiro de um cosinhado vulgar mais bem feito, a taverna teria menos freguezes e o problema do alcoolimo encontraria mais uma de suas variadas soluções. Mas, pergunto eu, o que é que aprendem nossas filhas? Muitas cousas! Fazer *toilett* , vestir-se à ultima moda, cobrir ou substituir as cruéis faltas da natureza com os mais extravagantes productos de perfumarias e drogas, falar um poucochinho de francez, estudar grammatica e geographia e historia, tocar piano, dansar, bordar e ler romances, criticar e retocar com língua afiada a vida alheia.[218]

Esta crítica deu-se ao tipo de educação tanto para as mulheres de classe alta quanto para a baixa, as futilidades na educação são atacadas, tendo em vista que o requisito educacional estava voltado para educação do lar e as tradicionais atribuições femininas,

---

[216] BESSE, Susan. Op. Cit.
[217] BESSE, Susan. Op. Cit., p.123.
[218] BPBL - Que havemos de fazer por nossas filhas? Revista *Typographica*, agosto de 1911, nº 5, ano V.

classificando a educação mais literária enquanto "errônea educação da mulher", uma vez que elas desconheceriam os "rudimentos do arranjo da casa". Fica expresso que tal falta de conhecimento não remete apenas a um estrato social, as mulheres das classes mais baixas estavam tendo acesso à instrução, ainda que restrito, e deveriam saber os requisitos para serem boas donas de casa.

De acordo com o texto a única (a maior) diferença entre as mulheres e suas classes sociais diz respeito a: enquanto as de classe alta deveriam saber os cuidados da casa para fiscalizar suas empregadas domésticas, as de classe mais baixa deveriam saber para serem as empregadas e usarem desses saberes em suas próprias casas. No entanto, ao mesmo tempo, foi apresentado, no texto, características do desequilíbrio feminino, e como já abordados são: moda, perfumaria, francês, piano, dança e curiosamente o estudo de gramática, geografia e história, incluindo a leitura. É possível perceber como o estudo de saberes considerados cognitivos eram vistos como inúteis.

Outro aspecto possível de observar é como a moral burguesa não era de todo estranha às classes populares, pois os requisitos de trabalho, limpeza e alimentação a ser fornecido para a família e, sobretudo, ao esposo foram apresentados como algo constante mesmo nas famílias com menos condições econômicas. Esta dita função social feminina deveria ser implantada sem a distinção de classe, embora nem todos os valores transitassem por entre as diversas classes sociais.

Como já abordado por diversos momentos neste trabalho, toda forma de educar e instruir estava ligada aos moldes de situações sociais, a pedagogia da sexualidade voltava-se de forma bem característica para a distinção na educação de meninos e meninas. As publicações sobre educação feminina visavam o estabelecimento de algo ideal por que também havia intenções, e a mais expressiva era a manutenção da organização familiar no padrão urbano, cristão e burguês de família.

> À maior parte das uniões infelizes é devido unicamente à falta de critério que preside a escolha da noiva [...] Hei de procurar uma moça com educação igual a minha. Sim, porque diz o povo e o povo tem suas razões, que quem quizer viver bem procure o seu igual. [...] Não me refiro às moças que sabem um pouco de francez e fazem caretas em inglez, allemão ou italiano e já se julgam illustradas. Não! Refiro-me àquellas que são educadas.[219]

O trecho escolhido ilustra o reforço do papel da família nos diversos discursos ao longo da Primeira República, nos apresenta algumas questões que mostram o peso

[219] BPBL - ESCOLHAS. *O Maranhão.* 19 de junho de 1908.

feminino no que tange a elaboração do espaço doméstico. O primeiro aspecto, e que vai movimentar outros argumentos, refere-se à escolha da noiva, pois se o casamento não foi satisfatório ou feliz então o problema estava na falta de critério do homem ao escolher sua noiva, o apontamento descreve então o mais apropriado era escolher através da educação e mesmo nível social, por conseqüência. No entanto, o autor descreve um pouco do tipo de educação que não lhe interessa, que seria uma instrução mais formal, com o exemplo da aprendizagem de outras línguas, então a que se refere o autor? A uma educação que visa, de forma quase que exclusiva, a mulher no desenvolvimento de seus papéis no lar, na família, para o esposo e filhos.

Como é possível perceber na leitura do artigo mais uma vez houve o reforço da necessidade e importância que a mulher exerce na família, sobretudo no referido à manutenção deste lar. Isto explica a atenção mais aguçada que os governos na república ofereceram à educação feminina, sendo que o sustento de um casamento honrado, feliz e duradouro estava entregue ao feminino, como uma espécie de responsabilidade em que as exceções fossem sempre se reportar na culpabilidade.

> Na família o homem representa o mais importante nos deveres sociais. Elle apresenta-se como filho, como esposo e como pai. Dessa sublimissima comunhão em que a mulher também apresenta-se com os mesmos deveres e cuidados compõe-se a sociedade humana. Portanto, fácil è conceber-se que a entidade humana tem a sua missão determinada a cumprir no sistema geral das cousas. [...] a mulher com seus encantos e attractivos, embora phisiológicamente mais débil que o homem, constitui por sua vez o importante objeto [ilegível] da família.[...] Não fóra a família, o que seria de nós? Viveríamos sem tecto, sem sol, tristemente alheios aos encantos mágicos do sublime e doce espetáculo da natureza. A família é, pois, o sacrario de humanos deveres, que o Bem fortalece e divinisa. [220]

Com o objetivo de manutenção da ordem familiar, tão cara ao positivismo republicano, os jornais empenhavam-se em promover uma composição que primava pelo estabelecimento dos papéis convencionados. No trecho anterior o homem foi enaltecido nas representações de filho, esposo e pai, qualificações entendidas enquanto deveres sociais. A união matrimonial do casal resultaria na composição da sociedade humana, a partir de direitos e deveres, tais questões estariam estabelecidas também na concepção de mulher que foi apontada como fisiologicamente inferior ao homem, mas que mesmo assim

[220] BPBL - AMAZONAS. A Família. Jornal *O Município,* 11 de abril de 1901, ano VII.

tinha um importante papel na família. A família é apontada aqui como uma instituição de manutenção da sociedade, pautada em deveres.

Uma grande questão é que não levantava-se apenas a importância da família para que a sociedade fosse um espaço de difusão do respeito, ordem dentre outros critérios tão importantes para a ordem republicana, associada à família estava a necessidade de moldar ou demonstrar com freqüência quais modelos se aproximariam nesta composição social.

> Um ligeiro estudo sobre a repartição e natureza das faculdades no homem e na mulher conduz ao mesmo resultado: a mulher é fraca, o homem é forte; no homem predomina a razão, que sabe encaminhar os negócios, prever os acontecimentos e tirar delles o necessário á subsistência; na mulher o sentimento, o amor, tão necessários para se poder supportar com paciência.[221]

A divisão se inspira em fontes de modelos de convivência anteriores ao século XX e, portanto, não representava novidade. A repartição 'natural' de homens e mulheres seria a representação de definições representativas de características apontadas a homens e mulheres e que também já foram alvo de discussão neste trabalho. Palavras de suporte bem fincados apresentam homens e mulheres, aqueles com uma representação da força e razão e que estaria, por ter esta natureza, envolvido com os negócios e a manutenção econômica do lar, já a mulher seria balizada pelo sentimento e o amor, contribuindo para o estabelecimento da paciência necessária para cuidados na família, esta seria a educação necessária para o melhor desenvolvimento do lar.

> Já vae, felizmente, bem longe, época em que a authonomia da mulher era completamente desconhecida. Tudo porém, marcha, naturalmente, à perfeição, pelo que esse ente que impropriamente, chamam sexo fraco, foi attingindo o logar, que a própria natureza, milagrosamente impellida por Deus, lhe destinara. Assim, o amargoso titulo de escrava, que lhe haviam impostos nas passadas éras, se foi, pouco a pouco adoçando, até chegar aos mais ternos e honrosos qualifitativos que hoje lhe dão: o esposo, o poeta, o litterato, enfim, o homem civilisado.[222]

É interessante notar também como se dava nos jornais a apresentação da situação da mulher no meio social. Já foi possível observar uma série de posicionamentos dos homens para com as mulheres nos amplos sentidos onde a presença feminina se estabelecia tanto na organização da família, da religião, mas nosso foco estava, sobretudo

---

[221] BPBL - Divorcio. *Regeneração*. 22 de agosto de 1898, nº 7, ano I.
[222] BPBL - Revista *Maranhense*, 1922, nº 64/65, ano VII.

nas brechas, nos pequenos espaços completados por estas mulheres, inclusive nas situações em que a educação foi predominante para percebermos a presença feminina, como nos exemplos mais evidentes das diversas profissionalizações.

A feminização do magistério foi um importante espaço de atuação pública das mulheres, pois historicamente elas já exerciam atividades econômicas para sustentação ou complementação da renda familiar, no entanto as mulheres que submetiam-se a trabalhos fora do meio doméstico eram julgadas pelo crivo da moralidade, sendo consideradas prostitutas e desmerecidas socialmente. O magistério contribuiu para que o trabalho remunerado fosse bem aceito e atendesse aos quesitos econômicos das famílias da classe média e baixa e ainda representava um espaço de atuação feminina muito importante, mesmo que o maior número de mulheres dedicadas à docência ainda fossem solteiras, que ao casarem abandonavam suas atividades profissionais.

Outra brecha social possível de perceber é que gradativamente o debate a cerca da busca feminina pelo direito do voto e exercício da cidadania plena chegavam aos jornais de forma ainda tímida, porém, de maneira clara e permanente, inclusive com casos de mulheres que solicitaram alistamento eleitoral alegando que a lei não estipulava uma proibição evidente.

Jornais, periódicos e livros da literatura local e nacional, por sua vez, esforçavam por reforçar os ideais para moças e senhoras, destacando insistentemente a missão e o papel feminino, negando, assim, toda forma contrária a estes estereótipos, sobretudo no que dizia respeito ao feminismo. Essa reação pública acerca da mulher e sua condição social também apontam algumas brechas, pois se havia a necessidade do reforço constante pode ser que os modelos, anteriormente tão rígidos, estivessem sofrendo alguma forma de abalo.

Estatisticamente as mulheres cresceram nas escolas públicas do Estado do Maranhão, em São Luís especialmente, tanto na educação das primeiras letras e primário, quanto na educação do ensino profissional secundário, na Escola Normal. Com grau de instrução mais elevado mulheres poderiam ter restrições menores ao universo da leitura e do espaço público, demonstração de pequenas ações que poderiam se configurar em importantes brechas e possibilidades de lutas por condições de igualdade entre os gêneros.

Observou-se também como esta educação adquiriu características outras, para além das propostas no ensino imperial, sendo mais ampla e voltada a um público mais

numeroso, pois os “novos” objetivos da nação republicana se encaixavam neste perfil. Foi dentro deste movimento de ampliação educacional que o número de mulheres se destacou e ao mesmo tempo as reações sociais em periódicos e livros também registraram como homens da elite enxergavam e se posicionavam em algumas situações em que mulheres, muitas das vezes também da elite se apresentavam nos espaços de poder, de representatividade social, buscavam, mesmo que de forma um tanto comportada, o direito à cidadania de votar e ser votada.

Acredita-se na capacidade que o movimento “in-voluntário” e lento da educação pelas e para as mulheres teve em promover um quadro social pouco perceptível a olho nu, mas com mudanças estruturais que seriam capazes de fornecer as bases para uma emancipação. Mulheres seriam construtoras de suas próprias formas de convivência em que mesmo balizadas por causa das fortes resistências sociais são perceptíveis, algumas presenças de sociabilidades e espaços públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brechas para emancipação. Pode-se afirmar que em fins do século XIX já tínhamos uma emancipação feminina no Brasil? A resposta a esta pergunta intriga pela força da palavra "emancipação", sobre ela recai a intensidade de uma completa independência, neste caso, das mulheres em relação aos homens. Se analisarmos a situação feminina entre o final do Império e a primeira República, ainda não poderemos falar categoricamente em emancipação, mas sim, em suas diversas faces, manifestações e conquistas, mesmo que a passos mais curtos.

Consideramos o período estudado como um momento significativo para mudanças no papel feminino. A própria dinâmica do meio urbano contribuiu para que houvesse certa mobilidade das mulheres nos espaços públicos, para além dos jardins das casas e sítios no interior, da igreja e da forma que não fossem taxadas imediatamente de prostitutas. É inegável que os aspectos de vigilância e controle ainda se faziam presentes de forma acentuada e com manifestações diversas a um público feminino de classe social também diversificada. Jornais, livros e periódicos confirmam esta afirmação com as divulgações de informações acerca do controle "necessário" sobre as mulheres, os "perigos" do meio público e as possíveis conseqüências disso para o bem comum.

Parte daí o reforço do controle sobre as mulheres pobres, buscando demonstrar a importância de que soubessem comportar-se em público, educar seus filhos, serem limpas, asseadas e prezarem por uma alimentação saudável para marido e filhos. O olhar sobre as mulheres de classe baixa – lavadeiras, engomadeiras, etc – sempre foi mais apurado, tendo em vista o risco que estas assumiam ao trabalhar em lugares fora do lar e estarem bem mais expostas do que às de classe média e alta.

Com a estrutura social em relativa mudança no pós-proclamação da República, houve a necessidade de se revisitar várias áreas administrativas e políticas do país, e a educação foi uma delas. O processo de organização educacional teve seu desenvolvimento tardio no Brasil, e o Maranhão seguiu a mesma tendência, apenas no século XX desenvolveram-se projetos mais amplos e aplicativos para repensar a educação, sua estrutura e organização. Estes procedimentos foram viabilizados com certa intensidade no governo republicano. Atendendo aos interesses de uma elite administrativa e intelectual, a

educação ganhou contornos de coordenação social, pois se acreditava na sua capacidade de bem alinhar o tecido social.

Neste contexto educacional destaca-se a figura feminina, ressignificada, com a remodelação de velhos papéis, com releituras da tradição já exercida no país. A mulher galgou a perspectiva de *mariane*[223], uma "nova" mulher, imersa em uma "nova" sociedade e com exigências mais acentuadas sobre suas funções de mãe e esposa. A esta mulher republicana, novas atribuições eram dadas. Historicamente estas mulheres já se constituíam em primeiras educadoras de seus filhos, tanto para a questão da educação moral, quanto para a instrução das primeiras letras, porém com esta sociedade mais exigente, a mulher em seu papel de educadora sofreu maiores exigências, tensões.

Estudiosos, administradores e pensadores almejavam ideais de disciplina, ordem e trabalho voltados aos jovens como requisitos na tentativa de que fossem capazes de promover o progresso da nação, a modernidade saudável tão almejada e comentada nos jornais. Neste sentido, acreditava-se mais ainda na educação feminina, pois assim estariam educando seus filhos e uma nação. Ricos e pobres teriam orientações diferenciadas, no entanto almejariam o mesmo fim, a maior diferença consistiria nos objetivos educacionais: para a elite o trabalho intelectual com as universidades e preparação para administração política, aos menos favorecidos objetivava-se o aprendizado e empenho em trabalhos manuais que promoveriam a distância da ociosidade e vagabundagem.

É perseguindo esta premissa que a instrução pública foi notada com mais responsabilidade pelas autoridades brasileiras e maranhenses, vista como questão vital para a nacionalidade. Destinar mais verbas para educação, investir em escolas de formação de professores e promover o sistema de grupos escolares, foram algumas das ações desenvolvidas no sentido de melhorar a educação, porém deve-se notar que os investimentos financeiros neste setor ainda deixavam muito a desejar, ainda mais quando comparado com os demais gastos públicos do governo do estado.

No que tange a educação das mulheres, vale ainda ressaltar como esta se processava dentro das instituições escolares com trabalhos e ações pedagógicas desenvolvidas nas escolas caracterizando modos de ensinar a meninos e meninas diferenciadamente, para que atendessem as exigências de alteridades em suas funções sociais. Este período foi caracterizado por uma ambigüidade na instrução: por um lado, priorizou a continuação de ações pedagógicas diferenciadas, baseadas na pedagogia da sexualidade; por outro, marcou

---

[223] Figura feminina utilizada na Revolução Francesa para designar a República, a pátria, a mãe.

uma homogeneização nessa educação em relação aos meninos e meninas, o sistema de co-educação e ensino misto, pois caracterizam bem a relação de aproximar e mesmo igualar ao máximo as condições de aprendizado e conhecimento para os diferentes sexos.

A idéia era promover a homens e mulheres condições de educação, no entanto, esta premissa esbarra-se nos tradicionais papéis femininos, alguns dos livros que circulavam em São Luís acerca da situação feminina enfatizavam uma educação que seguisse o padrão do tradicionalismo, algumas destas literaturas foram as trabalhadas na dissertação: **Alma: educação feminina** de Coelho Neto, **O Mestre e a Escol**a, de Barbosa de Godois e **Alma do Sertão**, de Catullo Paixão; **As Raças Humanas: a mulher**, de Gomes de Castro.

A educação feminina no momento da Primeira República pode ser entendida de forma ambivalente, pois ao mesmo tempo em que assume uma postura ainda tradicionalista, que visa a mulher voltada para o âmbito privado, promove maiores espaços e acessibilidades dessa mesma mulher na promoção de uma educação mais completa e capaz de levar à profissionalização. No entanto, muito do resultado da instrução feminina possibilitando o ambiente público e espaços de poder foram frutos de ações femininas, usos dessa instrução.

Diante desta conjuntura que o estado do Maranhão atravessava em relação à educação, foi possível notar o desenvolvimento da mulher, de classe média e alta, enquanto estudante e na posição profissional, em especial as atividades do magistério nas primeiras letras. Acreditava-se nas múltiplas possibilidades que a instrução permitia no desenvolvimento de ideais relacionados à emancipação da mulher, e nos usos feitos dessa instrução ao relacionar uma série de discussões acerca do feminismo e reivindicações por uma instrução mais apurada, a profissionalização e exercício do voto.

Este trabalho analisou alguns dos usos da educação feminina em São Luís, que proporcionaram certa diferenciação para o ensino tradicional ocorrido durante todo o século XIX. A perspectiva para as mulheres (independente dos discursos normatizadores masculinos) por meio desta educação tornou-se mais ampla e ativa com o âmbito público, abrindo possibilidades de espaços e interações, possíveis brechas na relação social, no cotidiano, em meio a dominação masculina. Entretanto, se abriu perspectivas mais diversificadas nas relações de gênero parece que as diferenciações de classe tornaram-se mais firme e institucionalizadas, sim pois até 1930, a escola primária, a grosso modo atendia mais as classes médias e alta do que ao povo. Se esta classe média e alta ainda era

privilegiada com a instrução básica, aumente-se o privilégio para o ensino secundário, público e privado, e para o ensino superior.

Dentre as situações abordadas neste estudo é possível identificar alguns acontecimentos e indícios enquanto brechas de uma possível emancipação feminina, em São Luís pode-se destacar a instrução formal, pública e privada, com ofertas mais expressivas o que também possibilitou maior entrada de mulheres nestas escolas. Realizar o curso secundário profissional junto ao Liceu Maranhense, pela Escola Normal, também despontou possibilidade de grau maior para o ensino feminino e o exercício de uma profissionalização, pelo magistério ou mesmo trabalhos exercidos nas fábricas têxteis em São Luís, ou atividades administrativas como recepcionistas, telefonistas, etc.

A conseqüente docência feminina também despontou gama significativa de oportunidades para algumas mulheres, pelo exercício da atividade docente em diversos municípios do Maranhão, distante de seus domicílios e da presença constante dos pais, caracterizando uma mudança na vigilância e controle dessas moças, pois em geral em mulheres solteiras. Questões de importância também se deram no âmbito das buscas ainda que tímidas, pelo processo eleitoral feminino.

Provavelmente as mulheres que vivenciaram estes anos estudados neste trabalho não tivessem noção de que eram parte integrante de um processo inicial de transformação social e feminina, de uma emancipação conquistada dia a dia, de forma tática e sensível, e que persiste até os dias atuais, com diferenças sólidas do novo contexto.

Neste ensino superior como se dava o processo de educação feminina? As primeiras faculdades no Maranhão se estruturaram ainda na Primeira República, qual o impacto da presença feminina nestas faculdades? Qual o resultado desta educação após as décadas de 20 e 30 numa “pretensa” emancipação feminina? O interesse para o futuro é promover uma continuidade na pesquisa, avançar cronologicamente para os anos 1930 a 1950 a fim de promover uma análise dessas primeiras mulheres que enfrentaram os rigores de uma sociedade ainda tradicionalista e conseguiram ter acesso ao nível superior e, mais importante, conseguiram freqüentar, completando uma formação acadêmica e possivelmente tornando-se profissionais.

O ensino superior tinha um grau de representação de poder, com ele algumas mulheres conseguiram adentrar em esferas sociais até então não permitidas, some-se a isso o quadro político em que as mulheres adquiriram o direito de participação política, elegendo e sendo eleitas. Este contexto é primordial para dinamizar as relações entre os gêneros no que tange ao espaço público, trabalho, instrução, lazer e independência.

Teremos a preocupação em perceber também como a educação contribuiu para formar mulheres profissionais, desde as professoras normalistas, outras formas de trabalho exercido pelas mulheres, como telefonistas, recepcionistas, enfermeiras, estas exigiam uma formação acadêmica menos apurada, no entanto, analisaremos também as mulheres que galgaram uma formação no ensino superior, identificando se tornaram-se profissionais e como exerceram esta profissão percebendo na educação possíveis brechas para a emancipação.

LISTA DE FONTES

BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE – BPBL

PERÍODICO	PERÍODO
A Campanha	27 de maio de 1903, nº 109, ano II. 07 de abril de 1903, nº 71, ano II. 13 de abril de 1903, nº 71, ano II.
A Rua	11 de fevereiro de 1915, nº 13, ano I. 11 de maio de 1915.
Alma Nova	07 de setembro de 1929, nº2.
Labor	15 de Julho de 1913, nº5, Ano I novembro de 1915, nº X, ano III.
Gazeta do Povo	01 de maio de 1913, nº 5, ano I
O Dia	05 de fevereiro de 1925, nº 31, ano II. 08 de fevereiro de 1925, nº 32, ano II.
O Imparcial	13 de fevereiro de 1928, nº 594, ano II.
O Jornal	22 de fevereiro de 1923. 01 de março de 1923.
O Maranhão	19 de junho de 1908.
O Martelo	01 de abril de 1913, nº. 25, ano II. 01 de julho de 1913, nº25, ano II. 01 de agosto de 1914, nº38, ano III.
O Município	01 de dezembro de 1899, nº4, ano V. 08 de outubro de 1900, nº25, ano VI 11 de abril de 1901, ano VII.
O Postal	18 de agosto de 1918, nº. 43, ano III.
O Ser	16 de novembro de 1904, nº2, ano I
O Tempo	8 de fevereiro de 1931, nº1, ano I.
O Tocantins	01 de setembro de 1917, nº 97, ano V.
O Zephero	17 de agosto de 1901, nº10, ano I.
Pacotilha	nº. 218, 22 de nov. de 1929
Regeneração	19 de janeiro de 1900, nº 42, ano II. 22 de agosto de 1898, nº 7, ano I.
Revista Elegante	31 de julho de 1894, nº 27, ano III.
Revista Maranhense	12 de março de 1916, nº1, ano I. 23 de novembro de 1916. 1922, nº 64/65, ano VII.
Revista Typographica	agosto de 1911, nº 5, ano V.
Tribuna	07 de fevereiro de 1932.
Vida Escolar	31 de março de 1932, nº3, ano I.

ARQUIVO PÚBLICO DO MARANHÃO – APEM

BRASIL. Collecçao das Leis, Pareceres do Congresso, Decretos e Decisões do Estado do Maranhão, 1901-1902. São Luis: Typ. Fria. Decreto nº 13, 2 de abril de 1901.
BRASIL. Collecção de Leis do estado do Maranhão. Decreto nº 38, de 19 de julho de 1904. Regimento dos Grupos Escolares, 1904.
Collecção das Leis. Pereceres do Congresso. Decretos e Decisões do Estado do Maranhão de 1906. São Luis: Typ. Imprensa Official. Tabela nº5.
BRASIL. Collecção das Leis do Congresso, Decretos e Regulamentos do Governo do Estado do Maranhão, de 1914. São Luis: Imprensa Official, 1915. Lei nº 666, 28 de abril de 1914.
MARANHÃO. Mensagem do Governador do Maranhão à Assembléia Legislativa (1895).
MARANHÃO. Falas e Mensagens do Governo do Maranhão à Assembléia Legislativa (1895).
MARANHÃO. Mensagem do Governo do Estado do Maranhão à Assembléia Legislativa (1896).
MARANHÃO. Falas e Mensagens do Governo do Maranhão à Assembléia Legislativa (1898).
MARANHÃO. Mensagem do Governo do Estado do Maranhão à Assembléia Legislativa (1905).
MARANHÃO. Mensagem do Governo do Estado do Maranhão à Assembléia Legislativa (1915).
MARANHÃO. Falas e Mensagens do Governo do Maranhão à Assembléia Legislativa (1916).
MARANHÃO. Falas e Mensagens do Governo do Maranhão à Assembléia Legislativa (1919).
MARANHÃO. Falas e Mensagens do Governo do Maranhão à Assembléia Legislativa (1924).
MARANHÃO. Mensagem do Governo do Estado do Maranhão à Assembléia Legislativa (1929).

LITERATURA

GODOIS, Barbosa. *O Mestre e a Escola*. Rio de Janeiro, 1910.
CEARENSE, Catullo Paixão. *Alma do Sertão: desafios a mulher julgada pelos homens.* Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1928.
COELHO NETO, Henrique Maximiano. *Alma: educação feminina*. Rio de Janeiro: J. Ribeiro dos Santos, 1911.
CASTRO, Augusto Olímpio Gomes de. *As raças humanas: A mulher*. Rio de Janeiro: Marques, Araujo e C., 1921.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elisabeth Sousa. *A Educação do "Bello Sexo" em São Luís na Segunda Metade do Século XIX*. Recife: UFPE, 2002. (Dissertação de Mestrado).

ANDRADE, Beatriz Martins de. *O discurso educacional do Maranhão na Primeira República.* São Luís: UFMA/Secretaria de Educação, 1984.

ALMEIDA, Jane Soares de. *Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?* Campinas: Universidade Metodista de São Paulo/Autores Associados, 2007.

ALVES, Gisele; MATOS, Maria Izilda Santos de. "A nova mulher" educando as futuras mães. São Paulo 1850 - 1900. In: *Caderno Espaço Feminino,* 2006, v.15, n° 18.

ARIAS NETO, José Miguel. *Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização.* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol.1.

AZEVEDO, Helena Selma. Professoras e Escritoras: a possibilidade de profissionalização das mulheres cearenses de classe média no final do século XIX e início do século XX. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. *Feminismo, Ciência e Tecnologia.* Salvador, REDOR/NEIM/UFBA, 2002.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BESSE, Susan. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914 - 1940).* São Paulo: EDUSP, 1999.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.* Petrópolis: Vozes, 2008.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. *Nos fios da trama: quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho feminino em São Luís na virada do século XIX*. São Luís, Edufma, 2006.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar.* Rio de Janeiro: Graal, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 2002, nº 1, v.10.

CHALHOUB, Sidney. Diálogos políticos em Machado de Assis. CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta e a Educação Feminina do século XIX. In: LOBO, Yolanda; FARIA, Lia (orgs.). *Vozes femininas do Império e da República.* Rio de Janeiro, Quarteto/Faperj, 2008.

INÁCIO FILHO, Geraldo; GATTI JÚNIOR, Décio (orgs.). *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produções e novas investigações*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp/Contexto, 2008.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. *A educação brasileira no contexto histórico*. São Paulo: Alínea, 2001.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, Mães e Médicos: discurso maternalista no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da Educação, Instituições e Cultura Escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: INÁCIO GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da Educação Brasileira.* São Paulo: Cortez, 2006.

HEILBOM, Maria Luiza. Gênero: um olhar estruturalista. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (org.). *Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade.* Florianópolis: Mulheres, 2006.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A Campanha da Produção*. São Luís, Associação Comercial do Maranhão, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O *Corpo Educado: pedagogias da sexualidade.* Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. In: *Cadernos Pagu* (11), Campinas, 1998.

MEIRELES, Mário. *Dez estudos históricos.* São Luís: Alumar, 1994.

MOTTA, Diomar das Graças. *As mulheres professoras na política educacional no Maranhão*. São Luís: Edufma, 2003.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. *Cadernos Pagu* (11) 1998.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, 1600 – 1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu* (11) 1998, p. 89-98.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (org.). *Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade.* Florianópolis: Mulheres, 2006.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes. *Matrizes da Modernidade Republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil.* Campinas: Autores Associados, 2004.

ROSSI, Ednéia Regina. Espaços autônomos e modernos de educar: a instituição de ensino elementar no início da república e a produção de uma cultura escolar. In: MACHADO, Maria Cristina Gomes; OLIVEIRA, Terezinha(org). *Educação na História*. São Luís: Editora da UEMA, 2008.

RIVERA, Maria Milagros. Uma aproximacion a la metodologia de la historia de las mujeres. In: OZIEBLO, Bárbara (org.). *Conceptos y Metodologia em los estúdios sobre la mujer*. Málaga: Universidade de Málaga, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A Mulher: na sociedade de classes mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAVIANI, Demerval. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas.* São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

SCOTT, Joan. Prefácio a Gender and Politics of History. *Cadernos Pagu:* desacordos, desamores e diferenças. Campinas, 1994, nº 3.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife, S.O.S CORPO, 1996.

SCOTT, Joan Walach. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem.* Florianópolis: Mulheres, 2002.

SALDANHA, Lilian Leda. *A instrução pública maranhense na primeira década republicana (1889-1899).* Imperatriz: Ética, 2008.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*. Texto no prelo a ser publicado na Revista Brasileira de História.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Revista Afro-Ásia*. Salvador, nº 20, 1991.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.) *Domínios da História.* São Paulo: Campus, 1997.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *A prática pedagógica do professor de didática*. Campinas: Papirus, 1989.

VIEIRA, Cláudia Andrade. Mulheres da Elite em Movimentos por Direitos Políticos. In: *Revista Gênero*, Niterói, v.2, n.1, p.115 – 130, 2 sem.2001.

ZIMBALIST, Michelle. A mulher, a cultura e a sociedade. In: LOUISE, Lamphere; ROSALDO, Michelle (org.) *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.